

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CARLOS MAURICIO ZAREMBA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTES E LAZER:
O caso da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação de Ponta Grossa –
Paraná

PONTA GROSSA

2014

CARLOS MAURICIO ZAREMBA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTES E LAZER:

**O caso da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação de Ponta Grossa –
Paraná**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior

Co- Orientadora: Prof^a Dr^a Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Ponta Grossa

2014

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Z36 Zaremba, Carlos Mauricio

 Políticas públicas em esportes e
 lazer:

 o caso da Secretaria Municipal de
 Esportes e Recreação de Ponta Grossa -
 Paraná/ Carlos Mauricio Zaremba. Ponta
 Grossa, 2014.
 145f.

 Dissertação (Mestrado em Ciências
 Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
 Cidadania e Políticas Públicas),
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Constantino
 Ribeiro de Oliveira Junior.

 Coorientadora: Prof^a Dr^a Lenir
 Mainardes da. III. Universidade Estadual
 de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências
 Sociais Aplicadas. IV. T.

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLOS MAURICIO ZAREMBA

“POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTES E LAZER: O CASO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO DE PONTA GROSSA - PR”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa 01 de setembro de 2014.

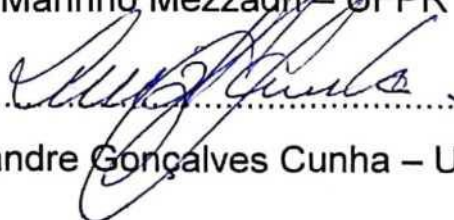
Assinatura pelos Membros da Banca:



.....
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Jr. - UEPG – Presidente



.....
Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri – UFPR



.....
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG

Profa. Dra. Solange Ap. B. de Moraes Barros - UEPG - Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grande arquiteto do Universo, que conduz de forma brilhante nossos caminhos e nos leva à nossas conquistas.

Agradeço aos meus pais Osmar e Maria, que sempre me mostraram que o caminho correto é o da educação.

Aos meus filhos Carlos, Guilherme e Murilo por serem a inspiração das minhas lutas em sempre procurar deixar um mundo melhor para eles.

A minha amiga e companheira Lucimara, pelas sugestões e críticas inerentes aos momentos vividos juntos, durante a construção deste trabalho.

Aos meus amigos de mestrado que de uma forma ou de outra, sempre estiveram contribuindo para momentos de descontração e alegria, para que pudéssemos superar os obstáculos.

Um agradecimento especial aos amigos de turma Luiz Marcelo de Lara, Claudia Moraes e Silva Pereira e Bruna Lopes, por tornarem os dias de aulas e pesquisas mais agradáveis e prazerosos.

Ao meu amigo e orientador Prof Dr. Constantino de Ribeiro de Oliveira Junior, por em muitos momentos ter mostrado os caminhos a seguir e orientado com profissionalismo e conhecimento todas as etapas desta jornada.

Ao amigo Prof Carlos Roberto Ferreira, que não mediu esforços em colaborar com seu conhecimento e experiência de vida nas suas entrevistas, sem as quais este trabalho não seria possível de ser construído.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho de propõe a fazer uma análise da implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa, interpretando a participação da Sociedade Civil no processo, assim como analisar as relações sócio-políticas desenvolvidas na ação. Todo o estudo terá como referencial as concepções de Gramsci como Sociedade Civil, Estado e Hegemonia, que será o suporte teórico da análise sócio-política do processo. A hipótese principal é que não ocorreram oportunidades de participação junto à Sociedade Civil e que o projeto foi todo desenvolvido nas esferas políticas superiores dos governos Municipais e Estadual. A metodologia usada é a pesquisa documental, entrevista informal, semi estruturada e tratamento das entrevistas realizadas com sujeitos envolvidos na área esportiva no período estudado. As interpretações das entrevistas serão realizadas através do método do Discurso do Sujeito Coletivo. Este estudo é amparado pelo método qualitativo como forma de complementar a sua análise. O resultado apresentado corrobora a hipótese, ou seja, a Sociedade Civil como esfera de participação e de busca pela hegemonia, não teve oportunidade de participar na elaboração e implantação das políticas públicas que balizaram a criação da referida Secretaria Municipal.

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Gramsci, Esporte

ABSTRACT

This work proposes to analyze the implementation of the Municipal Sports and Recreation Department in Ponta Grossa, interpreting the participation of civil society in the process, and analyze the socio-political relations developed in action and public policy defined for the project study. All study will reference the concepts of Gramsci as Civil Society, State and Hegemony, which will support the socio-political analysis of the process. The main hypothesis is that there were no opportunities for participation by the civil society and the project was developed entirely in the higher political spheres of Municipal and State governments. The methodology used is the documentary research, informal interviews, semi-structured and treatment of interviews with individuals involved in sports during the study period. The interpretations, the interviews will be conducted through the Collective Subject Discourse method. This study is supported by the qualitative method as a way to supplement their analysis. The presented result confirms the hypothesis, the civil society as the sphere of participation and search for hegemony, had no opportunity to participate in the elaboration and implementation of public policies that guided the creation of this Municipal Department.

Key Words: Public Policy, Gramsci, Sport

LISTA DE SIGLAS

CF - Constituição Federal

CND - Conselho Nacional do Desporto

CRDs - Conselhos Regionais do Desporto

CRE - Centros Regionais de Esporte

CREM - Centros Regionais de Esporte Municipal

DED - Departamento de Educação Física e Desporto

DERO - Departamento de Esportes e Recreação Orientada

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

FESTUR – Fundação de Esportes e Turismo

JEM - Jogos Estudantis Municipais

JEP's - Jogos Estudantis da Primavera

MEC - Ministério de Educação

OLIJUP - Olimpíada Infanto-Juvenil Pontagrossense

SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMER - Secretaria Municipal de Esportes e Recreação

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DO BRASIL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1960/1964/1968 – QUADRO DE MEDALHAS	74
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CAPÍTULO	19
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
1.1.1. LAZER E ESPORTE	19
1.1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	30
1.1.3. ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA EM GRAMSCI	37
1.1.3.1 ESTADO AMPLIADO.....	40
1.1.3.2 SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI.....	53
1.1.3.3 HEGEMONIA EM GRAMSCI.....	60
2. CAPÍTULO	65
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE NO BRASIL.....	65
2.2. A LEI 6251\75 UM AVANÇO OU UM RETROCESSO PARA ESPORTE BRASILEIRO?	75
3. CAPÍTULO.....	90
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ.....	90
3.2 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPORTE NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: DO DERO À IMPLANTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO.....	99
DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERENCIAS.....	121
ANEXOS.....	130

INTRODUÇÃO

A temática em questão trata da implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação (SMER) na cidade de Ponta Grossa – Pr. Para o desenvolvimento desta pesquisa delimitaremos o estudo entre os últimos anos das décadas de 1960 e também os últimos dos anos 80, mais especificamente 1989. Destacando neste espaço temporal a criação do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) no município de Ponta Grossa, no ano de 1974 e a implantação da SMER no ano de 1989.

Como se trata de uma temática voltada para a gestão do esporte¹, a mesma direciona-se para uma discussão amparada no entendimento do desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e para o lazer, no município de Ponta Grossa. Esta escolha baseia-se no fato de que a organização e a sistematização das atividades promovidas pelos órgãos gestores esportivos, são norteadas pelo escopo teórico previsto nas políticas públicas, neste caso, para o esporte e lazer. Para tanto, será feita uma abordagem do geral para o específico e realizar-se-á uma breve revisão das políticas públicas nacionais e estaduais para o esporte, no período delimitado até se estabelecer uma aproximação com a realidade municipal.

O recorte temporal desta pesquisa tem dois acontecimentos iniciais; um na esfera federal que foi a publicação do Diagnóstico Nacional da Educação Física e Desportos no Brasil, elaborado entre os anos de 1969 e 1971, e o outro na esfera municipal, que foi a criação e implantação do Departamento de Esportes e Recreação Orientada – DERO - no ano de 1974. Este último, atribuiu à gestão do esporte municipal um caráter político e relevante perante o poder público, sendo que a partir deste momento, o DERO tornou-se parte da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC de Ponta Grossa.

¹ A administração esportiva (denominação histórica da área de conhecimento no Brasil) ou gestão do esporte (nome mais apropriado da disciplina) concerne à organização e direção racional e sistemática de atividades esportivas e físicas em geral e/ou de entidades e grupos que fazem acontecer estas atividades quer orientadas para competições de alto nível ou participação popular ocasional ou regular, e práticas de lazer e de saúde. (DA COSTA, LAMARTINE (ORG.). ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006)

O acontecimento delimitador temporal final desta pesquisa é a implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação - SMER, no município de Ponta Grossa – em 1989. Este fato é considerado importante, pois aparentemente vem a alterar o modelo de gestão no esporte praticado até então no município.

A legislação esportiva brasileira tem como marco em sua história o Decreto-Lei 3199/1941 que se apresenta até então como o documento legal de maior importância e conteúdo. Após este momento, surgem a Lei 6251\75, seguida da Lei 8672\93 (Lei Zico), Lei 9615\98 (Lei Pelé) e a Lei 9981\00 (Lei Manguito Vilela). Antes disso, tem-se alguns decretos (época colonial), mas os mesmos destinam-se a regulamentação de algumas práticas desportivas dentro de estabelecimentos militares. Portanto, a legislação esportiva brasileira tem uma história recente, porém com algumas particularidades em relação aos períodos sócio-políticos em que estas legislações foram propostas.

Porém, para melhor compreender este período, busca-se no contexto das esferas nacional, estadual e municipal as legislações que de uma forma ou outra balizaram ações voltadas para o esporte. Na esfera federal o ato de referência é a publicação do Diagnóstico Nacional da Educação Física e Desportos no Brasil. Entende-se, que este documento deu suporte técnico/ideológico para a elaboração da Lei 6251/75 (Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências). Esta legislação balizou as políticas públicas esportivas brasileira para os treze anos subsequentes, sofrendo uma acentuada mudança a partir da promulgação da Constituição Federal² (CF) em 1988.

Já no âmbito estadual, as políticas públicas esportivas, em relação a legislações, sofreram poucas modificações no período entre os anos 50 até a segunda parte da década de 80. Segundo Mezzadri (2000), após os anos 50 a primeira mudança significativa ocorreu no governo de José Richa³, e que foi efetivada realmente no governo subsequente, ou seja, no governo de Álvaro Dias⁴. Tendo

² Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/11/1988;

³ José Richa, governou o Estado do Paraná no período de 15 de março de 1982 a 09 de maio de 1986;

⁴ Álvaro Fernandes Dias, governou o Estado do Paraná no período de 15 de março de 1987 a 15 de março de 1991;

como marco deste período a implantação da Secretaria Especial do Esporte (1987), sendo sua unidade administrativa a Fundação de Esportes do Paraná.⁵

No município de Ponta Grossa, a Lei 2679 de 23 de setembro de 1974 cria o DERO, em forma de departamento e pertencente a estrutura da SMEC. Esta legislação será o ponto de partida das análises da existência de construções e implantações de políticas públicas esportivas em Ponta Grossa, que iriam culminar com a criação da SMER, em 1989.

Mesmo concordando com Mezzadri (2000, p. 155-156), quando argumenta que: “No entanto, não basta a regulamentação de uma lei para que seja rapidamente incorporada pela sociedade”, incorporado no sentido de aceitação, ou seja, legitimada pela sociedade. Entende-se que no caso específico deste estudo, o balizamento através das mais diversas legislações esportivas é necessário, independente se as mesmas foram incorporados ou não pela sociedade. Pois, estas legislações são as demandas legais que ampararam a gestão esportiva brasileira, paranaense e pontagrossense, respectivamente, para o período aqui estudado.

Partindo dos diferentes pontos de vistas dos sujeitos envolvidos nesta alteração de estrutura de gestão, ou seja, de departamento para secretaria municipal e em decorrência das alterações das políticas públicas para o esporte no Brasil e no Estado do Paraná, surgiram algumas indagações, que balizam a problemática central desta pesquisa: Quais os principais sujeitos envolvidos na criação a SMER? Em que nível ocorreram as relações/tensões e se elas existiram entre os sujeitos presentes no cenário político- esportivo de Ponta Grossa, no momento da criação da SMER? Até que ponto a criação da SMER foi uma resposta às políticas públicas esportivas que estavam sendo implantadas no Paraná?

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é a compreensão e análise das ações e comportamentos sócio-políticos dos sujeitos envolvidos na gestão do esporte em Ponta Grossa, durante a criação e implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação e se esta ação foi uma resposta ao cenário político-esportivo que se desenhava no âmbito estadual.

⁵ Lei 8485 de 03 de junho de 1987;

Desta forma, para que a pesquisa possa ser desenvolvida, houve a necessidade da apreciação histórica da evolução do esporte, no que se refere as suas políticas públicas no Brasil, no Paraná e em Ponta Grossa, estudando cada uma destas esferas governamentais e suas articulações com os níveis internos da administração pública, compreendida no período de 1969 a 1989. Pois, as políticas públicas deste período foram importantes para o entendimento da construção de relações entre pessoas e instituições, as quais, foram determinantes para a implantação da Secretaria de Esportes e Recreação em Ponta Grossa.

Este estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória, pois segundo Salomon (2001, p. 158) “são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de soluções, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis”. Complementando a definição anterior, encontramos em Gil (1999), que

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas como objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 1999, p.28)

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, é uma pesquisa qualitativa, pois “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (EDNA, 2001, p. 20). Nesta dinâmica, entende-se que o “pesquisador torna-se um ativo descobridor e participante do processo, cujo o objetivo é revelar e interpretar uma parte da realidade que foi selecionada como objeto de estudo” (BROWN; DOWLING, 2001, p 167 apud Quimelli)

Desta forma, “no contexto da abordagem qualitativo, a pesquisa exploratória pode ser recurso metodológico potencializador da definição e problematização do objeto de estudo.” (OLIVEIRA JR; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON. 2012, p. 207). Assim, pretende-se através do levantamento documental que dará suporte a esta pesquisa e com as entrevistas realizadas nos apoderar-se cada vez mais do objeto de estudo.

Portanto, pretende-se entender toda a dinâmica existente no período que antecedeu e não apenas no momento em que se concretizou, a implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa.

Para atingir o objetivo elencado neste trabalho, foram executados alguns procedimentos metodológicos, que serviram como elementos essenciais para a escolha dos sujeitos, o trabalho com as fontes e também para a coleta e tratamentos dos dados.

Foi utilizada como técnica a pesquisa documental. Sobre a pesquisa documental utiliza-se como referencial Gil (1999), que em sua obra faz o seguinte comentário:

A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas analíticas etc (GIL, 1999, p.66)

A pesquisa documental foi realizada através de consultas as fontes primárias e secundárias, como legislações das esferas federal, estadual e municipal e a consulta a jornais, revistas, dissertações, teses e demais documentos que se relacionaram ao objeto deste estudo.

Para o entendimento da visão dos sujeitos envolvidos no processo relativo a esta pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a técnica da pesquisa informal para o momento exploratório e da pesquisa estruturada com os demais sujeitos, pois, “A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados” (GIL, 2008, p. 113), e a informal,

Este tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado. (GIL, 2008, p. 111)

Com relação ao tamanho da amostra, foram o total de cinco sujeitos na entrevista estruturada e um sujeito na informal, pois segundo Triviños (2001, p. 84), coloca que “em geral, depende do pesquisador determinar o número de sujeitos que participarão da amostra [...] o tamanho da amostra não é fixo: ele pode variar, substituindo, diminuindo, aumentando, o número de sujeitos, de acordo com as necessidades”.

Como já descrito, esta pesquisa possui dois momentos de entrevista, uma informal destinada para o momento exploratório e a estruturada com a maior quantidade de sujeitos. Para o momento exploratório a entrevista foi com o Prof. Carlos Roberto Ferreira, participante de todo o processo de implantação da Secretaria de Esportes e Recreação no município de Ponta Grossa. Desta forma, foi sujeito primordial para a definição dos caminhos desta pesquisa.

A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. É o tempo dedicado - e que merece empenho e investimento - a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou alguns pressupostos para seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para a escolha do espaço e da amostra qualitativa. (MINAYO, 2008, p. 2)

Os sujeitos submetidos à entrevista estruturada, foram selecionados através dos seguintes critérios: Participação efetiva no esporte municipal e/ou na administração esportiva do município durante o período estudado. Sendo assim, foram selecionados os seguintes seguimentos:

- Um sujeito representado por funcionário público, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que permaneceu durante todo o período de transição entre o DERO e a SMER – desempenhando a função de técnico de uma das seleções do município - (profissional de educação física);

- Um sujeito representado por funcionário público, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que também esteve presente na transição de DERO para SMER, mas com uma função administrativa interna aos órgãos gestores do esporte municipal - (gestor esportivo);

- Dois sujeitos representados por atletas pertencentes às seleções do município de Ponta Grossa, (sujeitos que presenciaram enquanto atletas os dois momentos da gestão esportiva, ou seja, DERO e SMER);

- Um sujeito que respondesse pela presidência de alguma entidade esportiva, representante direto da Sociedade Civil, no seu aspecto esportivo, que vivenciou dentro desta função a transição estudada aqui - (gestor esportivo);

Todas estas categorias de sujeitos, entende-se serem eles representantes da Sociedade Civil organizada ou não, e que de uma maneira ou outra vivenciaram o momento de transição do DERO para SMER. Desta forma, a entrevista com estes sujeitos procurou entender a participação da Sociedade Civil durante o processo, assim como também compreender como foram estabelecidas as relações sócio-políticas durante a transição. Sociedade Civil, segundo Gramsci, aqui entendida como espaço de lutas das classes subalternas para desenvolver um novo projeto hegemônico de poder. Esta categoria será amplamente discutida do referencial teórico desta pesquisa.

Cada um dos sujeitos foi contatado com antecedência para agendamento prévio de horário. Antecedendo todas as entrevistas foi entregue aos entrevistados o termo de “Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral e Compromisso Ético de não Identificação do Depoente”⁶ e a “Carta de Apresentação para a Entrevista”⁷. Assim como foi explicado aos entrevistados que os mesmos tinham a liberdade de não responder qualquer uma das questões. Também foi solicitado a permissão para que a entrevista fosse gravada e transcrita no relatório final desta pesquisa.

Todas as entrevistas foram gravadas através do aplicativo “Easy Voice Recorde”, para Android. E foram transcritas até 48 horas após os depoimentos. Utilizando as mesmas palavras dos entrevistados, sem resumo ou abreviações.

⁶ Anexo V

⁷ Anexo I

Somente foram utilizados no corpo do trabalho, os trechos de interesse comum para este relatório, porém optou-se em transcrever na íntegra todos os depoimentos e disponibilizá-los em forma de anexo⁸.

Para análise das entrevistas, foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), onde,

O DSC conforme concebido por seus autores e apresentado em seus livros consiste em uma modalidade de análise de discursos obtidos em depoimentos verbais ou obtidos em qualquer manifestação discursiva que se possa encontrar em textos e documentos escritos. Um dos objetivos da técnica a partir dos procedimentos que adota é reduzir a variabilidade naturalmente presente nos discursos, visando com isso validar o conhecimento que o autor do discurso representa em sua fala em face disso, que na obtenção de qualquer discurso, mas, sobretudo do discurso verbal, a liberdade de falar, pensar livre e argumentar dos depoentes deve ser valorizada. (LEFEVRE, A. M. C. et. Al, 2003, p.70)

A complexidade do nosso objeto de estudo nos conduziu a uma abordagem interdisciplinar do mesmo. Só o conhecimento da área esportiva, isolado dos demais, não permitiria um entendimento satisfatório e não traria elementos transformadores para a área das ciências sociais ou mesmo da Educação Física.

Portanto, teve-se que dialogar com outras áreas como a história, a sociologia, a política, a economia, entre outras, para a partir disso, começar a construir um instrumento teórico, indisciplinar, para dar conta da temática desta pesquisa. Este conjunto de conhecimentos deve dialogar entre si, sem deixar de lado, o senso comum, tão importante para a base inicial de qualquer tipo de investigação científica. Assim, percebe-se que a interdisciplinaridade deve,

[...] estar presente na definição de objeto, na discussão dos vários conceitos, e nas propostas metodológicas e técnicas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade não *configura uma teoria ou um método novo*: ela é uma *estratégia* para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos. (MINAYO, p. 15)

A estratégia interdisciplinar parece ser o caminho ideal para dar suporte a discussão que aqui está sendo proposta. Pois, para uma abordagem de caráter

⁸ Anexo III

político de uma estrutura pública, os conteúdos de apenas uma área de conhecimento, tornar-se-iam insuficientes para um entendimento coerente e completo do tema tratado. Desta forma, sem descontextualizar a questão interdisciplinar e por uma questão didática, este trabalho será segmentado em algumas partes.

Para dar conta desta proposta, dividiu-se este relatório de pesquisa da seguinte forma:

O primeiro capítulo, foi apresentado o referencial teórico com a discussão das categorias, que se entende serem pertinentes para esta pesquisa, como: Esporte e Lazer, Políticas Públicas, Estado, Sociedade Civil e Hegemonia, sendo as três últimas na perspectiva do autor italiano Antônio Gramsci.

O segundo capítulo, tratou de um levantamento histórico das Legislações e das políticas públicas desenvolvidas para o esporte e o lazer implantadas no Brasil, no período compreendido nas décadas dos anos 70 e 80. Acompanhando este levantamento histórico, foram desenvolvidas discussões pertinentes a Legislação e políticas públicas esportivas e para o lazer, com o objetivo de verificar os impactos que as mesmas possam ter gerado no âmbito esportivo. Tendo como pano de fundo a organização do Estado, como sujeito legítimo e atuante neste processo. O entendimento das características do Estado são essenciais para que se possa perceber, até onde e de que forma sua ingerência sobre o esporte foi benéfica ou não, no período correspondente a este estudo.

No terceiro capítulo, foi realizada a discussão da evolução e implementação das políticas públicas para o esporte e lazer no Estado do Paraná e no município de Ponta Grossa.

Em síntese procura-se entender a formação da Secretaria de Esportes e Recreação, referente a gestão pública em Ponta Grossa-PR. E por que não, apontar caminhos e despertar interesses para que mais trabalhos sejam realizados nesta área de conhecimento.

CAPÍTULO 1

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento deste trabalho é imprescindível a definição e conceituação de algumas categorias de análise. Em um primeiro momento foram definidos os conceitos de Lazer, Esporte e Políticas Públicas. A necessidade de conceituar outras categorias como Estado, Hegemonia e Sociedade Civil surgiram após a análise das entrevistas com os sujeitos, já anteriormente elencados para esta pesquisa.

1.1.1. LAZER E ESPORTE

Vivencia-se o Lazer diariamente, mas defini-lo é uma tarefa mais complexa; podemos questionar uma infinidade de pessoas sobre “o que é Lazer” e receber uma lista de definições e conceituações, excetuando o senso comum, com tantos extremos e particularidades, que podemos concluir, de antemão, que utilizar somente uma conceituação, seria limitante e pouco enriquecedor.

Realizando uma busca na literatura da conceituação de Lazer, foram tantos os conceitos e os autores encontrados; como é normal que ocorram, alguns convergem com a concepção deste pesquisador, outros fogem do propósito da pesquisa, mas, invariavelmente, um autor ou outro, prende a atenção de quem escreve se não pelo conjunto da obra, por uma frase ou um trecho escrito. O que segue, é um apanhado de conceituações selecionadas, com o objetivo final de construir a conceituação que se adapte à finalidade do presente estudo.

Marcellino (1983, p. 6) observa que a palavra Lazer constantemente está associada a uma segunda palavra: “Lazer e promoção social, lazer e violência, lazer e segurança, lazer e saúde, lazer e bem-estar” dando a ideia “de coisas diferenciadas e que agrupadas podem levar a uma superação de um estado de coisas considerado indesejável”. Essa conexão de termos é um “ranço” das “políticas embrionárias de lazer”, de cunho assistencialista, que só conseguem conceber o Lazer com uma justificativa, como relata Marcellino (1983, p. 6): “o lazer só é justificado, infelizmente,

em nossa sociedade, se agregado a um outro conceito que sirva para amenizá-lo, suavizá-lo ou mesmo ‘resolvê-lo’”.

Logo, para conceituar Lazer, quantos outros termos associados (justificativas) deveríamos definir e contextualizar? Podemos despir o Lazer da imposição de justificativas? Chega-se então, a raiz do que entende-se como uma problemática na conceituação de Lazer: a necessidade de conceituá-lo sempre em relação à um outro termo, como se o Lazer não pudesse ser conceituado pelo que é, mas pelo que é em relação à outra “coisa”, que lhe agregue justificativa e valor, como por exemplo, o trabalho.

Alguns autores como será observado adiante, justificam a “existência” do Lazer devido ao trabalho; mais que uma justificativa, a relação Lazer- trabalho é, para grande parte dos autores, uma contraposição, e em muitas das conceituações encontradas, o Lazer vem definido considerando a relação dicotômica com o trabalho.

O sociólogo francês Joffre Dumazedier (1914-2002), em seu livro “Lazer e Cultura Popular”, definiu Lazer como:

(...) um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p.34).

Dumazedier deixa claro na citação anterior a relação dicotômica quando escreve “após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais”, assim, considerando o Lazer uma oposição ao trabalho.

Outras conceituações seguem a linha dicotômica; para Morin (1997, apud ALMEIDA & GUTIERREZ, 2004, p. 51) “o acesso ao tempo livre vincula-se ao tempo industrial e possui como principal característica o repouso, recuperação do trabalho e reprodução da sociedade de consumo”; a conceituação de Morin exemplifica, além da relação dicotômica, uma definição que considera o Lazer justificável em função do trabalho, considerando-o como uma oportunidade de repousar para posteriormente, retomar as atividades laborativas, tratando-o como um apêndice do trabalho. Para

Magnani (2000, apud ALMEIDA & GUTIERREZ, 2004, p. 51), o interesse pessoal, após as obrigações impostas pelo trabalho, é a principal característica do Lazer, demonstrando mais uma vez, a tendência dicotômica.

De modo mais abrangente, mas na mesma linha de pensamento dos autores citados anteriormente (dicotômica), Camargo (1989, apud OLEIAS, 2013) define o Lazer como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica,

(...) atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. (CAMARGO, 1989 apud OLEIAS, 2013, p. 67).

Compreende-se que, sem o trabalho, existe uma relativa dificuldade em visualizar o tempo considerado “livre”, tempo para outras atividades que não o trabalho, dentre as quais, o Lazer; por esse motivo prático, consideramos válidas as conceituações que partem desta dicotomia. Mas, assim como não nos obrigamos a necessidade social de conceituar o Lazer de acordo com suas “justificativas” situação relatada na abertura desta seção, pretendemos para o nosso estudo, uma conceituação distanciada da dicotomia Lazer-trabalho.

Em relações dicotômicas, tem-se contraposições e na maioria delas, um dos lados, sem se preocupar agora com o porquê, permanece em uma espécie de desvantagem. Com a dicotomia Lazer-trabalho não é diferente, e infelizmente, a desvantagem pende criticamente para o lado do Lazer- um dos motivos que nos faz relutar em aceitar plenamente a conceituação dicotômica. Segundo Elias e Dunning (1992, p. 106), os conceitos de trabalho e Lazer “foram distorcidos por uma herança de juízos de valor”. Os autores relatam que o trabalho, tradicionalmente “classifica-se a um nível superior, como um dever moral e um fim em si mesmo” ao passo que seu contraponto, o Lazer, “classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência”. Esta desvantagem imposta ao Lazer nos faz acreditar que, uma conceituação partindo da dicotomia entre Lazer e trabalho, estaria, mesmo que de forma sensível, reduzindo a riqueza do significado do Lazer, crença essa reforçada pelo exposto por Elias e Dunning (1992, p. 106-107)

(...) a continuidade da tendência para considerar as actividades de lazer como um mero acessório do trabalho deve-se mais a sobrevivência de um esquema de valores tradicional do que a qualquer outro exame sistemático dos dois conceitos e das estruturas sociais e funções das actividades humanas a que se referem.

Durante a busca pela conceituação de Lazer, não saciada pelas conceituações baseadas nas relações dicotômicas Lazer-trabalho, encontra-se na obra de Norbert Elias e Eric Dunning (1992), “A Busca da Excitação”, além da negação da relação dicotomia Lazer-trabalho como verdade absoluta, “Ninguém deve aceitar a afirmação tradicional de que [...] a função do lazer é uma função que só existe na perspectiva do trabalho” (ELIAS & DUNNING, 1992, p.141). Portanto, a conceituação diferenciada que se procurava, discutida não na perspectiva do trabalho como categoria *a priori*, mas na perspectiva do controle das emoções e de sua contrapartida, a busca da excitação.

Elias e Dunning (1992) construíram uma conceituação que exalta o Lazer como oportunidade do indivíduo transformar sua realidade, buscando a excitação ou o prazer, demonstrando sentimentos e euforias que são “obrigados” a silenciar em nome da conduta e do convívio social. A tensão exigida pelo controle das emoções necessita de uma válvula de escape, propiciada pelo Lazer, onde o indivíduo pode buscar a satisfação, com qualquer atividade, “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo” (ELIAS e DUNNING, 1992, p.107).

Concluindo, considera-se o Lazer um “fenômeno social por direito próprio, interdependentes de atividades de não lazer, mas do ponto de vista funcional, de valor não inferior e não subordinadas a elas” (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 141); compreende-se que o Lazer está inserido no tempo livre, mas que, nem todo tempo livre⁹ é sinônimo de Lazer; contempla uma infinidade de atividades, “quer se tome parte nelas como actor ou como espectador, desde que não se participe como se participasse numa ocupação especializada através da qual se ganha a vida” (ELIAS

⁹ O “tempo livre” não é sinônimo de Lazer; o Lazer está inserido no tempo livre, que também é destinado ao “trabalho privado e administração familiar”, “repouso”, “provimento das necessidades biológicas” e “sociabilidade” (ELIAS & DUNNING, p.108-109).

e DUNNING, 1992, p. 110), dentre as quais, o Esporte na maioria de suas vertentes, com a finalidade de buscar um “descontrole medido”, na perspectiva de superar o controle das emoções.

Pode-se definir então, para este trabalho, o entendimento de Lazer como um “estado de liberdade”, tempo útil para demonstrar que, por mais que a sociedade insista a nos mecanizar, através do controle das emoções, somos feitos de uma fusão de sentimentos que pode ser silenciada por um certo tempo, mas não por todo o tempo; podemos considerar o Lazer como uma oportunidade diária de buscar o prazer e a satisfação pessoal.

Definido o entendimento sobre o Lazer, se faz necessário neste momento, um esclarecimento sobre o termo “Recreação”. Necessidade esta, em decorrência do mesmo aparecer na nomenclatura do órgão gestor aqui estudado, ou seja, na Secretaria Municipal de Esportes e Recreação (SMER) de Ponta Grossa-PR. Como não é o objeto deste material, aprofundar-se na discussão comparativas das definições e conceituações entre os termos Lazer e Recreação, os apontamentos aqui realizados serão pontuais, esclarecendo desta forma, o que se entende por Recreação.

É comum os dois termos, recreação e lazer, aparecem em conjunto, como se um complementasse o outro. Em outras oportunidades se tornam sinônimos e em decorrência disto um dos dois é suprimido. Segundo Waichman (2004) existe uma preocupação mais empírica do que conceitual para tratar do termo recreação. E estes conceitos ou definições, são mais atrelados ao tipo e a forma que as atividades são desenvolvidas ou mesmo aplicadas.

O mesmo autor, estabelece uma divisão baseada nas formas que as atividades recreativas são desenvolvidas, são elas: Recreacionismo, Animação Cultural e Recreação Educativa. Para Waichman (2004, p. 26) a vertente do Recreacionismo concebe a recreação como um conjunto de “atividades que têm como sentido o uso positivo e construtivo do tempo livre.”. E apresenta que “Tal concepção centra sua análise nos espaços e meios: instalações, técnicas de trabalho, instrumentos ou materiais.” (WAICHMAN, 2004, p. 26).

Com relação a Animação Cultural, o autor expõe que a definição do termo é amparada “pela análise das trocas sociais e culturais e de como o indivíduo ou o grupo vão tomando posição(...)” (WAICHMAN, 2004, p. 28), diferente do Recracionismo que tem sua definição baseada na atividade. Sendo assim, a Animação Cultural, são ações de recreação que são construídas com bases “na análise da realidade que desenvolve métodos e técnicas a favor de uma mudança social, cultural e individual.” (WAICHMAN, 2004, p. 29).

A definição utilizada para a Recreação Educativa, ao contrário do que parece, não está vinculada diretamente a educação formal. Waichman, (2004, p. 30), explica que “a recreação educativa se refere à pedagogia, ao motivo e à finalidade de cada uma das ações; possui lugar fora do âmbito da escolaridade e é, de alguma maneira, seu complemento.” E complementa ainda que “a recreação como âmbito da educação não formal nasce desde a educação infantil pós-escolar ou extra-escolar e para ser complementar à escolarização.” (WAICHMAN, 2004, p. 29). A análise das três definições de recreação apresentada pelo autor, remete a um entendimento que a mesma, antes de tudo, se relaciona com a forma, método e momento da vida do sujeito, em que a atividade de recreação é elaborada e aplicada.

Para Brunhs (1997), a Recreação é uma atividade do Lazer, e muitas vezes aproximando do lúdico, em que “ ocorre uma certa confusão de termos e objetivos, sendo o jogo visualizado como “recreação””. (BRUNHS, 1997, p.39). Neste caso, especificamente o jogo, “Jamais é imposto pela necessidade física ou pelo dever moral, e nunca constitui uma tarefa, sendo sempre praticado nas “horas de ócio””. (HUINZIGA, 2000, p. 10). Aqui, Brunhs, faz a análise da Recreação como uma atividade, pois aproxima a recreação da atividade lúdica, o jogo.

Uma visão sócio antropológica, apresentada por Coppola (2006), identifica a recreação com um espaço de desenvolvimento humano e social. Este autor discute a influência do campo da recreação na constituição da cultura da nação argentina e define a mesma como, “(...) un derecho en la edificación adecuada y armoniosa del Sujeto social, en conjunto con la de sus pares, entendiendo a sus posibilidades recreativas como una necesidad de vida y de desarrollo del mismo.” (COPPOLA, 2006, p. 30).

Bramante (1998), também articula o conceito de recreação com o fator atividade. Em uma discussão onde procura definir e conceituar o lazer, o autor apresenta a mesma preocupação presente neste trabalho, para ele “ o lazer vem sendo também, ao longo do tempo, conceitualmente confundido com outros derivativos, tais como recreação, jogo, esporte, etc.” (BRAMANTE, 1998, p. 10). Na sua obra o autor, trata o lazer como uma ação voltada para a dimensão humana, como componente inerente da necessidade do ser humano em usufruir de momentos de lazer. Já a recreação, é uma ação, uma atividade, onde o lazer está inserido, segundo ele, “ O conceito atividade, no meu entender, é mais apropriado quando associado à recreação, por exemplo, a um “programa de atividades recreativas para pré-escolares”... e assim por diante. ” (BRAMANTE, 1998, p. 11).

No texto apresentado por Rosado et al., onde teve como objetivo apresentar a relação dos conceitos de recreação, lazer e ludicidade, o mesmo, elucida que o desenvolvimento da recreação está intimamente atrelado ao desenvolvimento da Educação e da Educação Física no Brasil. Transitando pela história, os autores, apresentam a recreação com caráter instrumental, sendo na escola utilizada como elementos de auxílio pedagógico e de formação moral e cívica. Fora do ambiente escolar, a recreação apresentou-se como ferramenta à serviço da lógica dos sistema capitalista, ou seja, é responsável pela manutenção e reposição das energias do trabalhador. Perpassando por inúmeros estudos (TEIXEIRA (1933), MIRANDA (1941, 1962, 1984), MARINHO (1981), (MARCELINO, 1987), WERNECK (2003)), os autores apresentam a seguinte definição para recreação:

Por isso, talvez seja necessário compreendermos que na atualidade a recreação se converteu e se consolidou num saber-instrumento que foi apropriado pela escola, pelo lazer, pela família, pela igreja, pelo esporte, enfim, pelas diferentes instituições sociais que fazem dela uma manifestação com conteúdos, características e qualidades ajustáveis aos diferentes contextos e situações. (ROSADO, et al. 2009, p. 5)

Em decorrência das inúmeras facetas que a recreação pode ser abordada e como já anteriormente anunciado, que não é o objetivo deste trabalho a discussão aprofundada entre os conceitos dela e lazer, optamos por definir o entendimento que será adotado para este termo neste trabalho. Resumidamente percebe-se que a definição de recreação, muitas vezes é atrelada a atividade, a programação de um

determinado momento que leva o indivíduo a busca de seu próprio desenvolvimento, uma necessidade do ser humano. Conectando isso, ao que ficou entendido como lazer sendo uma oportunidade diária de buscar o prazer e a satisfação pessoal, observa-se que as duas situações recreação e lazer se completam, se intercalam, uma ação necessita da outra. Assim, para fins de compreensão da presença do termo recreação na nomenclatura do órgão gestor em estudo neste trabalho, entenderemos o termo recreação e lazer com o mesmo significado.

Na tentativa de conceituar o Esporte¹⁰ contemporâneo, vamos explorar, mesmo que superficialmente, a sua trajetória histórica. Elias e Dunning (1992, apud MARQUES et. al, 2009, p. 366) situam a gênese do Esporte na Inglaterra do século XVIII; segundo Marques (2009, p. 366), com a modernização da sociedade inglesa, “o esporte passou por um de seus importantes estágios de transformação, no qual rumou para uma uniformização das regras através do surgimento de órgãos reguladores” estabelecendo um diferencial das “manifestações culturais anteriores à sua gênese”, ou seja, o “Esporte” praticado anteriormente a Era Moderna não gozava da mesma racionalização, universalização, organização e sistematização que o Esporte Moderno.

GUTTMANN (1978, p. 16, apud MARQUES et. al, 2009, p. 366) resume as categorias construídas historicamente, que elucidam a transição das manifestações esportivas da Antiguidade para o Esporte Moderno: secularidade (rompimento com o sagrado), igualdade de chances na disputa, especialização dos papéis, racionalização das práticas e processos, burocracia, quantificação e recordes, elucidam a transição das manifestações esportivas da Antiguidade para o Esporte Moderno.

No início do século XX, segundo Proni (1998, apud MARQUES et. al, 2009, p. 367) o Esporte foi marcado por mudanças qualitativas em sua estruturação e divulgação, relacionadas à transformação das estruturas sociais e econômicas, consequência do segundo pós-guerra, e da “progressiva mercantilização da cultura”. Marques (2009, p. 367), complementa que o Esporte Moderno sofreu transformações devido a sua manipulação como ferramenta política, a sua popularização, mundialização e espetacularização, sendo o ápice destas transformações evidentes

¹⁰ Neste trabalho, o termo Desporto e o termo Esporte terão o mesmo significado.

no final da Guerra Fria; “com o fim da Guerra Fria e o fortalecimento da globalização, o esporte, antes pautado principalmente pela disputa político-ideológica, rumou no sentido da disputa mercadológica” (MARQUES, 2009, 368); a mercantilização da prática foi uma das principais características que marcam a transição do Esporte Moderno para o contemporâneo, assim como a institucionalização de diferentes sentidos da prática, “que transcendem a hegemonia do alto rendimento” e se apresentam “como práticas alternativas e formas específicas de aproximação dos sujeitos ao universo esportivo, onde surgem ideias referentes à promoção da saúde, valores educacionais, inclusão social e diversão” (MARQUES, 2009, p. 368).

O processo histórico que envolveu o Esporte possibilitou a construção de sua conceituação, que foi reformulando-se a medida que o mesmo modificava-se como fenômeno social; o conceito de Esporte Moderno não é o mesmo do Esporte contemporâneo e certamente não será a conceituação de Esporte do futuro; o conceito de Esporte enriquece com a história, mais é transitório, com a ambição de absorver e representar a atualidade.

De acordo com Barros Alves e Penna Pieranti (2007, p. 6), a concepção do esporte moderno durante o início do século XX, assume diferentes configurações, passado do associativismo, considerado o elo fundamental para a associação entre as pessoas. O *fair-play*, resultado do movimento olímpico, disseminando a ideia do respeito comum entre as pessoas (competidores). E a configuração dicotômica amadorismo\profissionalismo, que perdurou até a década de 80, onde a partir disso, o profissionalismo prevalece dentro do conceito.

Segundo, Tubino (1987), *apud* Oliveira (2011, p. 205) o grande evento que marcou o conceito de esporte, foi o Manifesto do Esporte promovido pelo *Conseil International d'Education Physique et Sport*, organismo ligado a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, “que tratou o esporte na perspectiva do tempo livre e da escola, além de fazer referência ao esporte de competição. E além deste manifesto, a Carta Europeia de Esporte para Todos, de 1996, considerou o esporte como fenômeno social.”

Já para Vinnai (1986, *apud* Pires 1998, p. 3), destaca que a lógica do aparato de produção do capitalismo, esta fundada em categorias “que podem ser aprendidas

e treinadas no esporte: maximização do rendimento, minimização dos gastos, adequação do homem à função (coisificação), etc.”.

Portanto, percebe-se que o esporte assume configurações, na teia social, que vão desde o sentido de proporcionar o bem-estar, o desenvolvimento do sentido do caráter competitivo e chegando a ser elemento representativo nas determinações históricas das lutas de classe. Em razão destas características é que Deccache-Maia (s/d), *apud*, Oliveira (2011, p. 207), afirma que “o esporte, atualmente, tamanha se configurou sua importância, que é utilizado como atividade alvo de ações políticas revestidas de cunho social, já que faz parte da formação do indivíduo.”

Mas então, o que é o Esporte, qual a sua conceituação atual?

O Esporte contemporâneo abriu um leque de alternativas; o seu antecessor, o Esporte Moderno, era referenciado no Esporte de rendimento, onde a prática era para poucos; essa prática seletiva fez crescer a espetacularização do Esporte (poucos praticavam, muitos assistiam) e conseqüentemente, a sua negociação como “mercadoria”. A mercantilização do Esporte foi a porta de entrada para o Esporte contemporâneo; gigantes da indústria passaram a promover e associar suas marcas ao Esporte, atletas ou competições específicas. A ascensão de produtos, esportivos ou não, relacionados ao Esporte, as competições, transformadas em espetáculos, contribuíram para que os indivíduos desejassem estar do outro lado, não como espectadores, mas como praticantes, tornando a prática esportiva um produto. E então, mais uma vez, o conceito de Esporte remodela-se, para absorver não somente o Esporte de rendimento, mas suas novas vertentes.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988, bem exemplifica que o Esporte não é mais visto somente como uma prática extremamente formal; a padronização e a regularização continuam extremamente evidentes no Esporte formal, de rendimento, mas cresce, e muito, a vertente do Esporte informal; segundo o Artigo 217, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”, sendo a prática desportiva formal, “regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais

de administração do desporto” e a prática desportiva não-formal, “caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes” (BRASIL, 1998, LEI 9615, Art. 1º).

Uma vez que o Estado entende como dever promover o Esporte formal e o não-formal, significa que a concepção de Esporte modificou-se, assim como o seu conceito; atualmente, por Lei, o Esporte é reconhecido em três diferentes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (BRASIL, LEI 9615, Art. 3º, 1998).

Concluindo, pode-se definir o Esporte contemporâneo como atividades físicas-cognitivas, que envolvem, em diferentes graus, tendo em vista sua formalidade ou informalidade, esforço físico, habilidades motoras, regulamentação, institucionalização, competitividade e organização, com os mais diferenciados objetivos, como o Lazer, a prática de atividade física, a competição regular (campeonatos, torneios, ligas), a socialização, o entretenimento, a mercantilização e a formação educacional.

Desta maneira, entende-se que o conceito do Esporte é antes de tudo polissêmico, por isso a necessidade de se deixar bem claro, qual é o ponto de vista que se tem do mesmo neste momento. Utilizando-se de Betti (1991), o Esporte,

É uma ação social institucionalizada, convencionalmente regrada, que se desenvolve com base lúdica **em** forma de competição entre duas ou mais partes oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, através de uma comparação de desempenhos, designar o vencedor **ou** registrar o recorde. (BETTI, 1991, p. 15)

Complementando este conceito buscamos em Marchi Jr (2004, p. 64), onde o mesmo coloca que o Esporte é, “Um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contexto socioculturais, em constante desenvolvimento, e em franco processo de mercantilização, profissionalização e espetacularização.”

O conceito de esporte, que se aproxima do apresentado por Marchi Jr, é o que será utilizado neste trabalho. E torna-se importante, seu entendimento, devido ser este o carro chefe das políticas públicas inseridas no contexto municipal e estadual, predominantes no período analisado. Os conceitos de lazer e recreação são importantes, porque ações mesmo sendo esporádicas funcionaram como uma novidade no contexto estudado. Pois surge pela primeira vez, no organograma da Secretaria de Esportes e Recreação do município de Ponta Grossa, um departamento destinado à recreação/lazer. Sendo assim, as duas frentes, esportes e recreação/lazer, foram desenvolvidas como políticas públicas, mesmo de forma incipiente pelo órgão gestor implantado.

1.1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

É necessário definir o que se entende por políticas, políticas públicas e estabelecer um critério que possibilite comparações entre as existentes. Para tanto algumas definições e conceituações serão elencadas.

De acordo com Mezzadri; Silva,

No Brasil, o termo “política” possui uma terminologia abrangente, constituído pelas instituições (partidos políticos e órgãos governamentais), pelos agentes (políticos e gestores) e pelo desenvolvimento das ações (programa e projetos), ou seja, engloba todas as dimensões possíveis do ato de governar. (MEZZADRI, F.M.; SILVA, M.M. 2014, p. 16).

Nesta perspectiva, tem-se a necessidade de distinguir qual o conceito de política será tratado neste trabalho. Portanto, recorre-se a Frey (2000, p. 216-217), para discorrer sobre algumas dimensões que este termo pode assumir. São elas:

- a dimensão institucional ‘polity’ se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;

- no quadro da dimensão processual ‘politics’ tem-se em vista o processo político, frequentemente de carácter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;

- a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Portanto, “Como se pode observar, o termo “política” deve ser compreendido de forma abrangente e subdividido entre as instituições (polity), os agentes (politics) e os programas (policy).” (MEZZADRI, F.M.; SILVA, M.M. 2014, p. 17). Porém como afirma Frey (2000), “Todavia, não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente.” (FREY, 2000, p. 217).

Para a conceituação do termo política, e utilizando-se da dimensão ‘policy’ que mais se atrela aos objetivos deste trabalho, teremos em Frey (2000, p. 221-226) as seguintes contribuições.

Como ‘policy networks’, Frey (2000, p. 221) resumidamente conceitua o termo como as interações entre os grupos políticos e a sociedade no momento da criação e implantação de uma determinada ‘policy’. Esta configuração, muito característica das democracias modernas e consolidadas, onde a participação popular é tida como natural no processo de estabelecimento da ‘policy’.

O conceito de ‘policy’ arena, está vinculado ao fato de que as pessoas afetadas pela política em formação, geram expectativas antes de sua formulação e de sua implantação. Ocasionalmente desta forma, processos de conflitos e consenso dentro das áreas de elaboração desta ‘policy’. Neste ponto é importante o carácter distributivo, redistributivo, regulatório ou construtivo da ‘policy’ em questão. Assim, “Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político.” (FREY 2000, p. 223).

Já o conceito de ‘policy cycle’, é determinante em uma análise (policy analysis) de uma determinada ‘policy’, pois com este modelo é possível verificar as configurações e resultados de todas as fases do processo de construção da mesma. Uma divisão que permita uma análise mais apurada de todo este processo, é sugerido por Frey (2000, p. 226), “Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, ‘agenda-setting’, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e eventual correção da ação”.

Assim, neste trabalho o modelo utilizado para a análise da política será o da ‘policy network’, pois o entendimento de todo o processo inerente a esta ‘policy’, é de fundamental importância para apreender e poder interpretar os dados relacionados a sua construção e implantação.

Quando se fala de políticas públicas, fala-se de intervenções, de resolução de problemas que atingem a sociedade; o início dessas intervenções é claramente visível em um período determinado da História, o “fim” do Estado liberal.

De acordo com Linhales (1998, apud STAREPRAVO, 2011, p. 238), o Estado liberal clássico não compreendia a realização de direitos sociais como uma de suas atribuições; preocupava-se principalmente com o direito à propriedade, sendo os proprietários prioritariamente aceitos como detentores de direitos políticos. O Estado, durante o liberalismo clássico, tinha como função básica assegurar a paz, defender suas fronteiras, garantir as propriedades civis e arrecadar impostos, situação que se altera “pelo contínuo processo de expansão dos direitos políticos e sociais ocorridos, essencialmente, no decorrer do século XX, apontando o fim do caráter restrito do Estado” (LINHALES, 1998, apud in STAREPRAVO, 2011, p. 238).

Dentre os fatores que impulsionaram a ampliação da ação estatal e consequentemente o fim do Estado liberal, podem se destacar a pressão social exercida por trabalhadores nos países ocidentais de capitalismo avançado, que sofreram as consequências, principalmente da Grande Depressão¹¹.E

¹¹ Nos anos 30, o capitalismo liberal dos Estados Unidos da América sofreu a sua maior crise; teve o seu início em meados de 1924, onde os novos meios de produção e a mecanização propiciaram um aumento na produção, não acompanhado pelo aumento do consumo, gerando uma “crise de superprodução”. Em 1929 ocorre o “Crash da Bolsa de Wall Street”; acionistas e bancos faliram, a economia ficou paralisada e ocorreu **desemprego em massa**. A crise tomou proporções mundiais, propagando-se pelas economias dependentes da economia estadunidense,

posteriormente, do segundo pós-guerra mundial, levando os Estados envolvidos a desenvolverem políticas para solucionar os problemas sociais eminentes, como a pobreza e o desemprego; essa intervenção resultou na criação de um “Estado de Bem-Estar Social” ou “*Welfare State*”, que ilustra a transformação do Estado liberal para um Estado- providência.

O Estado do Bem-Estar Social tinha como finalidade e característica básica a intervenção estatal nas atividades econômicas e sociais, regulando-as, subsidiando-as, executando grandes investimentos e obras, redistribuindo rendimentos, visando sempre, pelo menos teoricamente, ao bem estar da maioria da população (TOMAZI, 2010, p. 100); para o autor, a principal ideia era abandonar as características do Estado liberal, “romper com o centenário princípio do liberalismo, que rejeitava qualquer função intervencionista do Estado”. Durante a consolidação do ‘*Welfare State*’¹², o Estado passa a atuar “mais diretamente na formulação e implementação dos padrões de proteção social do trabalhador” (SILVA, P., 1999, p. 80).

No momento em que o Estado é obrigado a atender interesses muito mais abrangentes, e não mais de forma exclusiva a interesses privados daqueles que reconhecidamente o controlavam, é que a sua função cresce em importância para a sociedade (STAREPRAVO, 2011, p. 238). O Estado acabou assumindo amplamente a responsabilidade pela promoção e manutenção do bem-estar geral dos cidadãos, atuando na implementação de políticas públicas, que quando concebidas dentro do ‘*Welfare State*’, significavam “intervenção direta do Estado voltada para o atendimento da população de forma abrangente e não apenas de uma classe ou grupo social” (SILVA, 1999, p. 80). E ainda com relação a função do Estado,

Não mais apenas recolher impostos para defender o território e assegurar a paz é a função do Estado. O Estado passa a se responsabilizar por outras questões sociais, garantindo que direitos e deveres sejam cumpridos. A

como a Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Portugal. Em resposta a crise, o Estado anglo americano passa a intervir na economia (New Deal), procurando melhorar o poder de compra dos trabalhadores e a redução do desemprego. Países como Inglaterra e França, provam a seguir os passos dos Estados Unidos. Em contrapartida, na Itália, Alemanha e Portugal, os governos enfraquecidos foram tomados por ditadores, na tentativa de reerguer as nações da crise.

¹² É importante ressaltar que, no Brasil, o *Welfare State* não chegou a ser implantado; após a crise de 1930, o que se viu foi “uma variedade de formas governamentais, entre as quais, as ditaduras que se implantaram por meio de golpes militares [...] deflagrados como se fossem constitucionais” (TOMAZI, 2010, p. 100). O desenvolvimento de políticas pública no Brasil é tardio e precedido de políticas assistencialistas.

conquista de direitos e consequente ampliação da cidadania impôs ao Estado uma reformulação, no sentido de repensar novos conteúdos da agenda pública (LINHALES, 1998, apud STAREPRAVO, 2011, p. 238).

Com esta nova concepção de Estado, surge a necessidade de se estabelecer diretrizes ou mesmo ações que pudessem atender as demandas sociais. Assim as políticas públicas surgem da prática social e das necessidades humanas (SALLES FILHO, 2005, p. 246) e segundo Rua (1998, p. 731-732), são “conjuntos de decisões e ações destinados à resolução de problemas políticos”; são respostas, “que tem a sua origem em alguma demanda apresentada pelos atores políticos ou sociais, direta ou indiretamente interessados, que transitam e interagem no ambiente e no sistema político”. A definição de Rua é extremamente prática, uma vez que, mesmo empiricamente, é o que se pode observar como ocorrência em nossa sociedade, onde grupos de políticos e em menor proporção, a Sociedade Civil, “pensam” políticas públicas que, quando implementadas, devem solucionar ou, preferencialmente, evitar o surgimento de problemáticas sociais.

Deve-se esclarecer que existe uma grande diferença entre políticas públicas e decisões políticas. “Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” enquanto que uma decisão política “corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos” (RUA, 2013, p. 1).

Para reforçar a definição de Rua, pode-se somar com outros autores, como Lynn (1980, apud Souza, 2007, p. 68) e Peters (1986, apud Souza, 2007, p. 68), que conceituam política pública, respectivamente, como “conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” e “soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Isso nos leva a destacar, mais uma vez, que as políticas públicas são “um conjunto de decisões e não uma decisão isolada” (LIMA, 2012, p. 50).

Para Teixeira (2002), em uma abordagem com um viés mais burocrático, assinala que “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e

sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado; são políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As inter-relações existentes na construção e efetivação de Políticas Públicas são definidas por Demo (1994), quando coloca que a constituição de uma participação popular real e efetiva, depende ou se situa em dois polos: a vontade do Estado e a vontade civil. Sendo que a vontade do Estado se refere aos canais de abertura que estimulam a participação popular, como as ouvidorias, o orçamento participativo e a organização de conselhos e também depende de como o Estado lida com as formas de poder que possui: o poder econômico, político, de informação e o poder científico. Entretanto, nesta análise, devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, ou seja, aquilo que se opta em não realizar, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002).

Paim (2009, p. 486), relata que “uma política pública não se limita à explicitação das intenções de governos, seja essa formal, traduzida em leis, planos ou projetos, seja informal, como declarações, discursos, dentre outros”. Para o autor, a política pública para ser conceituada como tal, deve sair do papel, o conjunto de ações deve se concretizar de modo planejado e eficaz: “para classificar os atos de governo como uma política pública seria preciso verificar se, além da intenção formal de intervir sobre determinado problema, foram desencadeados os mecanismos necessários para assegurar a execução das propostas”. (PAIM, 2009, p. 486),

Bastos (2012) discute a gestão esportiva em um município baiano, apresenta outro conceito de Políticas Públicas. Ou seja, para ele Políticas Públicas são atuações efetivas do Estado em prol da sociedade nos âmbitos federal, estadual e municipal; são ações que devem ser construídas e desenvolvidas tendo como base de sustentação e inserção a participação popular; deve haver a perspectiva da política como um espaço privilegiado de comunicação constante entre Estado e Sociedade Civil; quando a política é pensada e desenvolvida sem levar em consideração os anseios, as propostas e as carências da população, ela se distancia das demandas sociais e acaba por se configurar como uma política de governo, uma ação

verticalizada, sem interação mútua entre os diferentes atores no processo de construção das políticas públicas.

Bastos aproxima-se das características de um regime ditatorial, quando se discute a ação imposta, ou seja, quando políticas públicas são elaboradas sem passar por um processo de discussão com a Sociedade Civil. O sistema verticalizado de elaboração e implantação destas ações públicas, acarreta uma descaracterização das tensões presentes no processo, mas de forma alguma, isso significa que elas deixam de existir.

As políticas públicas surgem na esteira da evolução do Estado moderno. Apresentam-se como um conceito complexo, portanto, vamos esclarecer qual é o entendimento para este trabalho para políticas públicas.

(...) podem ser entendidas como uma intervenção do Estado no âmbito das relações sociais por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais, sob a justificativa de, por um lado, atender a demandas, necessidades ou interesses heterogêneos não raramente contraditórios e presentes na sociedade e, por outro, manter as condições de estabilidade adequadas a fim de garantir a produção e a reprodução social. (VERONEZ, 2005, p. 69)

E esta intervenção pode estar vinculada a garantir direitos específicos (saúde, educação, cultura) e em nosso caso específico, no esporte. Não existe política públicas se não tiver a presença do Estado e da sociedade. A complexificação da sociedade impõe ao Estado, o estabelecimento das mais diversas políticas públicas.

Segundo Di Giovanni, estas intervenções começam a ganhar força na metade do século passado, principalmente após a 2ª Guerra Mundial. Existem dois tipos de políticas públicas a de Estado e a de Governo.

Em geral, diz-se que as políticas de Estado são aquelas que conseguem ultrapassar os períodos de um governo. Ou seja, políticas públicas são políticas de Estado ou políticas de governo. A diferença entre aquilo que é política de Estado e o que é política de governo é a maneira como elas são institucionalizadas. Se elas são fortemente institucionalizadas em uma sociedade, não há quem as mude. ((Di GIOVANNI, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas)

Assim, política pública é política de Estado. Política de governo tem que institucionalizar-se para se tornar política pública.

Feito estes entendimentos pode-se passar à uma análise mais específica do objeto de estudo aqui apresentado, que são as políticas públicas para o esporte. Uma definição específica deste tema é necessário, e encontra-se em Proni (2013, p. 230) que,

A política pública nessa área engloba, atualmente estruturas administrativas, processos, planejamento estratégico de ações prioritárias, mecanismos institucionalizados de financiamento e avaliação de programas, diretrizes e códigos compartilhados por todos os atores sociais que compõem esse campo.

Portanto, mais que uma simples intervenção, políticas públicas são bases de gerenciamento público, onde a sociedade é a maior interessada e beneficiada. Assim sendo, a definição desta categoria vai balisar as interpretações com relação às implantações das políticas públicas Federais, Estaduais e municipais para o esporte, que vieram a coincidir com o período de implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa.

1.1.3 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E HEGEMONIA EM GRAMSCI

Entre as categorias de análises elencadas para sustentarem a discussão deste trabalho, algumas concentram-se nos conceitos propostos pelo pensador sardo Antonio Gramsci. Entre estas, algumas receberam um destaque maior: Estado (Estado ampliado), Sociedade Civil e Hegemonia. Para isso, alguns autores além de Gramsci, serão utilizados para suprir este momento da revisão teórica com destaque para: Giovanni Semeraro, Carlos Nelson Coutinho, Norberto Bobbio, Karl Marx, Maria Lucia Duriguetto e Carlos Montaña, Danuta Cantoia Luiz, Lucia Cortes da Costa, entre outros

Semeraro, trará o suporte teórico nas interpretações de Gramsci para as categorias Sociedade Civil e Hegemonia. Especificamente na sua obra "Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia (2001), utilizando os capítulos: 2 - A concepção de Sociedade Civil e 3 – Pressupostos teóricos da Sociedade Civil.

Numa perspectiva em que apresenta os seus pressupostos teóricos que embasaram o pensador italiano na construção destes conceitos, através dos autores Hegel e Marx. Analisando e contextualizando historicamente o momento vivido por Gramsci, descrevendo e interpretando as lutas políticas que o italiano esteve inserido, fazendo disso o pano de fundo para a construção dos conceitos de Sociedade Civil e Hegemonia.

A teoria de Estado e de Estado Ampliado, será sustentado também por Coutinho, referência indispensável quando se discute Gramsci. Autor contemporâneo, estudioso de autores marxistas como Lukács e Gramsci, apresenta toda a trajetória política-intelectual de Gramsci. Demonstra o amadurecimento do pensador italiano durante toda a sua vida, desde o seu ingresso no Partido Socialista Italiano – PSI (1911) até sua passagem pelo cárcere onde produziu a maior parte da obra “Cadernos do Cárceres”. A obra de Coutinho, perpassa por interpretações metodológicas dos Cadernos e discute os conceitos de Estado e Estado Ampliado, estabelecendo uma abordagem rápida, mas consistente sobre Sociedade Civil. Nesta leitura foram utilizadas as seguintes obras: “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político” (2007) ênfase nos capítulos - III “As primeiras formulações do conceito de hegemonia” e o capítulo V “Teoria ampliada do Estado”. Outra obra utilizada foi “Ler Gramsci, entender a realidade” (2003), principalmente nos capítulos: “Estado e Sociedade Civil: entender Gramsci para entender a realidade” e “As três ideias de Sociedade Civil, o Estado e a politização”. Também recorre-se ao artigo de Coutinho: “Hegel e a democracia” (1977).

Norberto Bobbio traz uma abordagem crítica dos escritos do pensador italiano. Discute com outros autores as nuances apresentadas nas Cartas e nos Cadernos. Foram elencadas principalmente as obras “O conceito de Sociedade Civil” (1982) utilizando a primeira parte, especificamente “Da sociedade ao Estado e do Estado a Sociedade”. Outra obra deste autor utilizada foi “Ensaio Sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil” com um aprofundamento no capítulo 2 “A Sociedade Civil em Gramsci”. Criticado por alguns autores contemporâneos, em relação as suas interpretações sobre as aproximações de Gramsci e Marx, Bobbio traz uma excelente proposta das discussões nas categorias Estado e Sociedade Civil.

Uma discussão contemporânea que coloca no mesmo cenário conceitos de Democracia, Estado e de Sociedade Civil, é a perspectiva da obra de Maria Lucia Duriguetto e Carlos Montaña, “Estado, Classe e Movimento Social” (2010), exclusivamente o primeiro capítulo: “O Estado moderno e as Sociedade Civil nos clássicos da teoria política”. E também, “Sociedade Civil e democracia: um debate necessário” (2007), com referência principalmente ao capítulo primeiro no item “Sociedade Civil e democracia na tradição marxiana e marxista”. A sua proposta de entender, uma ressignificação destes conceitos na atualidade brasileira, remete há uma profunda reflexão sobre que papel o Estado e a Sociedade Civil desenvolvem dentro do processo neoliberal. Estabelece uma análise no viés marxista, discutindo com autores como Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci, contrapondo com um debate da realidade democrática brasileira, apontando para questões de cidadania, de movimentos sociais e justiça social.

A coletânea “Sociedade Civil e Democracia” (2010) organizada por Danuta E. Cantoia Luiz, traz uma discussão aprofundada sobre as relações da Sociedade Civil e a Democracia, perpassando pelas categorias de Estado e Hegemonia. Apresenta uma contextualização dos pensamentos marxistas, fazendo um paralelo com as condições democráticas brasileira e da América Latina, tendo como elemento central os movimentos sociais. Utilizada para suprir as necessidades teóricas, deste trabalho, o capítulo “Razões para continuar utilizando a categoria Sociedade Civil”.

O Estado Moderno com toda a sua complexidade e as reflexões que sua compreensão demandam, são as discussões que Lucia Cortes da Costa traz em seus apontamentos registrados na obra “Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil” (2006), especificamente no seu primeiro capítulo “Reflexões sobre o Estado moderno”. A influência do sistema capitalista na construção do modelo de Estado Moderno e suas relações de poder com a Sociedade Civil, são os referenciais dos estudos apresentados por Costa.

Karl Marx, pensador Alemão, é que estabelece uma conceituação que se torna um referencial precursor para Gramsci. A importância para a discussão de seus apontamentos quando se refere a conceitos de Estado e Sociedade Civil, são imprescindíveis. Várias obras são utilizadas como “O capital: Crítica da economia

Política”, “Contribuição à Crítica de Economia Política” e “Crítica da Filosofia do direito de Hegel”.

E o próprio Antonio Gramsci, que nos Cadernos apresenta as suas interpretações, em muitos casos fragmentadas, mas muito preciosas sobre as categorias aqui elencadas. Apresentando-se como um pensador que é ulterior ao seu tempo, pois, suas concepções e conclusões são aplicáveis nas análises conjunturais até os dias de hoje. Colocando as suas interpretações principalmente das categorias de Estado Ampliado e Sociedade Civil, como um momento de superação das teorias marxistas. Não as nega, como supõem alguns autores, supera-as. As obras aqui discutidas foram retiradas dos apontamentos “ Cadernos do Cáceres” volumes I, II e III.

A escolha destes autores, justifica-se por serem pensadores que estudam e se utilizam dos conceitos estabelecidos por Gramsci. Assim, irão proporcionar o suporte teórico para a interpretação e análise do conteúdo desta pesquisa, pois o autor italiano será o principal debatedor da mesma.

1.1.3.1. ESTADO AMPLIADO:

Nem sempre a concepção de Estado foi a mesma que se utiliza nos dias de hoje. A evolução da humanidade, balizou uma gama de situações de convívio entre as pessoas que, em diferentes momentos e determinantes históricos, exigiu propostas distintas para regulá-la. O que justifica racionalmente a formação do Estado é o mesmo ser “uma instância capaz de proteger todos os seus integrantes e, pelo uso legítimo da força, manter a paz” (COSTA, 2006, p. 25).

Ainda com Costa (2006, p. 32), o objetivo e a função do Estado, dentro da sociedade capitalista “se legitima para assegurar o direito à propriedade privada, à liberdade econômica, segurança pessoal e liberdade política do cidadão.” Portanto, independente das nuances históricas do momento analisado, o Estado vai ser detentor destas funções, privilegiando em alguns momentos uma mais do que a outra, mas nunca desconsiderando-as.

Com o objetivo de compreender o entendimento de Antonio Gramsci, no que se refere à categoria de análise em questão, dar-se-á uma atenção maior para o período em que antecede o surgimento dos escritos deste autor. Especificamente nos entendimentos de Hegel e Marx, já que estes formam a base dos pressupostos teóricos de Gramsci.

É necessário compreender a divisão sobre os pensadores que teorizaram as características pertinentes à formação de um bloco de ações e que tinham como objetivo, regulamentar o convívio dos grupos sociais. Esta divisão pode ser assim entendida: Os contratualistas, que surgem aproximadamente no séc XVII (Thomas Hobbes; John Locke, Jean Jacques Rousseau), e os de tradição Marxista (Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Existe mais uma classificação que se refere a uma visão tendendo ao neoliberalismo (Tocqueville, Keynes, Hayek, Weber e Habermas), que deverá ser discutida em outra oportunidade, pois está além das intenções do presente trabalho.

Os contratualistas são aqueles que compreendem que o Estado é o momento em que se firma um “pacto”, entre os homens e entre estes e o Estado. Somente através deste “pacto” (contrato social) o homem tem seus direitos (naturais – vida e propriedade) assegurados, e em decorrência disso a sociedade possa viver em paz, pois nesta concepção o homem é livre. O Estado nesta situação é decorrente de determinações racionais do homem. Assim, aparece a necessidade de se ter o governante e o governado. Portanto,

Esse princípio de legitimação do poder político é o *consenso* daqueles sobre quem tal poder estatal é exercido, que seria expresso num *pacto* ou *contrato social*, estabelecido entre os homens, sobre a autoridade e normas de convivência social, aos quais passam a se submeter, renunciando à sua liberdade individual e natural – daí o termo “contratualista”. [...] E é por meio desse pacto que se instituiria o Estado. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 22, grifo do autor)

Hobbes, Lock e Rosseau, foram aqueles que discutiram a idéia de que o Estado é concebido “como expressão do pacto firmado entre os indivíduos para assegurar a liberdade e proteger a propriedade” (COSTA, 2006, p. 26). Devido a presença da produção capitalista, exige-se a necessidade de se estabelecer uma ordem jurídica para assegurar os pactos realizados entre os indivíduos. Esclarecendo assim, que o

capitalismo, e isso vai se repetir durante toda a evolução do Estado aqui estudada, prioriza-se sobre o político, ou seja, a economia define as ações políticas.

Portanto, o contrato social vai ser o marco deste modelo. Porém, a existência do Estado dentro deste conceito, depende única e exclusivamente da vontade do homem, pois, “O contrato social criava o Estado, e os indivíduos, aqueles considerados cidadãos, os proprietários poderiam dissolver o Estado caso este não cumprisse suas funções [...]” (COSTA, 2006, p. 32).

Esta concepção contratualista, apresenta uma perspectiva de Estado, que surge como teoria e como divisor de dois mundos. De um lado o sistema feudal agoniza e de outro aparece uma nova forma de produção. Assim, o contexto se altera com a ascensão da burguesia e com a transformação do modo de produção, que surge com a Revolução Industrial, novas teorias são apresentadas, as quais tem o sistema capitalista como balizador das ações e surge um novo conceito de Estado. Identificado pela a urgência em se estabelecer preceitos que garantam o direito à liberdade e à propriedade privada.

Diferentemente dos Contratualistas que trabalham com uma teoria definida, a tradição marxista vem de um propósito comum entre seus pensadores. O qual se resume na condição de se obter o conhecimento crítico da realidade capitalista, para assim propor uma teoria social, que tenha como objetivo final o da superação desta realidade. Utiliza-se para tal o Método Dialético de Marx, que partindo do real chega-se a um conhecimento teórico, que tem por obrigatoriedade em ser uma reprodução intelectual fiel desta realidade. Desta forma, é uma corrente filosófica que trabalha com a realidade que está em constante adaptação e mudança, ou seja, as determinações históricas de cada objeto é que determinam suas interpretações. Desta forma,

[...] em relação ao Estado, pode-se dizer que não há, portanto, nessa tradição, uma *teoria de Estado*, completa e acabada, mas *determinações* diversas sobre o Estado em contextos variados. Não temos assim uma tratado marxista sobre o Estado, mas observações diversas das determinações que este vai assumindo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 34, grifo do autor)

Antes de apresentar a discussão com relação aos autores da tradição marxista, é necessário detalhar os apontamentos de Hegel. Este pensador, alemão encontra-

se em uma situação intermediária entre as duas concepções, contratualista e marxista. Sua teoria, supera a primeira e torna-se base em alguns momentos, para sustentar tanto os ensinamentos de Marx como os de Gramsci. É a partir do contexto da época da publicação de sua principal obra, “Filosofia de Direito” (1817), que devemos analisar suas concepções. Hegel vivia em uma Alemanha dividida em territórios independentes, cada qual, com aparato jurídico e militar próprio. Isso foi relevante para que se desse ao Estado um papel tão importante, para Hegel o Estado é representante da mais alta realização do espírito absoluto.

A interpretação de Estado para este pensador, já é considerada como uma proposta moderna de formação social. É em Hegel que aparece pela primeira vez, do ponto de vista teórico, a conceituação de Sociedade Civil, a qual será discutida de forma mais detalhada ainda neste trabalho. A interpretação de Hegel diferencia-se dos contratualistas, no sentido em que o Estado, enquanto representante da vontade geral, existe antes do indivíduo. Portanto, não é resultado do contrato social, entenda-se aqui a vontade individual que determina a sua existência. Ficando caracterizado que a noção de Estado ideal apresentado pelos contratualista é superada pela necessidade de se ter um Estado que correspondesse a realidade posta pela ascensão da sociedade capitalista. “Neste sentido, a filosofia hegeliana rompe com a perspectiva individualista presente na teoria contratualista, segundo a qual os indivíduos, por um ato de vontade, criam a sociedade e o Estado.” (COSTA, 2006, p. 36). E complementando esta interpretação sobre o Estado de Hegel, Bobbio (1982, p. 17) apresenta que, “na Filosofia do Direito, a racionalização do Estado celebra o seu próprio triunfo e, simultaneamente, é representada não mais como proposta de um modelo ideal, porém como compreensão de movimento histórico real. ”

Para compreender Hegel, é necessário se reportar ao período logo após a Revolução Francesa e Industrial. Devido a nova configuração econômica e de produção, a família deixa de ser o foco da produção e passa a exercer apenas uma função educativa e sentimental de seus entes. A atividade econômica passa a ser gerida e transformada pela Sociedade Civil. Portanto, “a maior transformação que Hegel observa no seio do mundo moderno se realiza entre o Estado – que tende a ocupar espaços políticos cada vez mais universais – e a sociedade – que se dedica, livre [...] às tarefas ‘civis’ e econômicas. ” (SEMERARO, 1999, p, 116).

Com esta liberdade dada a Sociedade Civil, o Estado passa a ser o elemento da tríade – família, sociedade, Estado – que vai ser o representante da vontade geral e gerir as ações que devem priorizar a vontade coletiva sobre a individual. Surgindo assim a ideia de que o Estado Moderno, funda a Sociedade Civil e a controla. Desta forma, para Hegel,

[...] o Estado, mantém e organiza a ordem social produzida pelo desenvolvimento histórico, tal como se manifesta no nível da Sociedade Civil, e configura-se como esfera superior da sociedade, que determina e contrapõe a finalidade coletiva ao interesse individual, o bem público ao bem-estar particular. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 32)

Hegel coloca o Estado Moderno separado da Sociedade Civil, anterior e superior a ela. Diferentemente dos contratualistas, aqui o “pacto” não tem mais valor, pois o Estado passa a resolver os conflitos individuais, sempre tendo como objetivo o interesse comum. “A diferença do que seria esse interesse comum resultaria de uma tarefa exclusiva dos membros da burocracia estatal. Assim, a existência efetiva da vontade geral está em poder da ‘sabedoria’ dos burocratas.” (DURIGUETTO, 2007, p. 47).

Portanto, para Hegel o Estado é o momento em que o consenso sobre os interesses gerais se concretizam, sobrepondo-se sobre os individuais. Assim, o Estado é o espaço de organização das normativas éticas que conduzem a Sociedade Civil. Desta forma,

O Estado é a razão objetivada da história - a eticidade que normatiza a sociedade. Já que o Estado normatiza a sociedade, é necessário que estabeleça uma Constituição, a qual deve ser outorgada pelo monarca. Hegel é defensor da monarquia constitucional. (COSTA, 2006, p. 35)

Neste contexto, Hegel deixa em evidência que para ele a necessidade de uma Constituição se faz presente, tanto para regular as atividades da sociedade, como para impor limites nas ações do Estado. Na perspectiva de ser este pensador um dos precursores teórico de Gramsci, aqui se objetiva umas das principais diferenças entre ambos. Para Hegel, no Estado está presente a função política (sociedade política) e exterior a este, a Sociedade Civil. Já para Gramsci, as duas esferas fazem parte do mesmo espaço.

Assim, para Hegel, Estado moderno é “transformado no sujeito real que ordena, funda e materializa a universalização dos interesses privatistas e particularistas da Sociedade Civil.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 33). Corroborando com esta conceituação em relação à função exercida pelo Estado, Costa (2006, p. 36) aponta que para Hegel o Estado moderno “é o espaço de superação do interesse privado, possibilitando a legitimidade do interesse coletivo”.

Dentro do contexto da evolução dos modos de produção e mesmo dos interesses do homem, surgem novas teorias sobre o Estado Moderno. Hegel, foi criticado por Marx no que se refere ao seu entendimento relacionado à formação da sociedade e, conseqüentemente, às funções do Estado Moderno. Nasce assim, as teorias da tradição marxista.

Marx, também filósofo alemão, escreveu suas principais obras entre os anos de 1830 e 1880. Por volta de 1836 alinha-se a corrente filosófica de esquerda, que critica e debatem as questões sociais e discutem as necessidades de transformação da sociedade burguesa alemã. A evolução social e econômica da Alemanha apresentava o seguinte contexto, “De 1815 a 1848, embora se mantenham o atraso e a incongruência entre as várias esferas sociais, a burguesia alemã se desenvolverá economicamente e ganhará crescente peso político; embora suas tentativas de obter espaço no estado sejam derrotadas” (COTRIM, 2013, p. 5), e completando esta contextualização, especificamente em 1848 tem, “o início do movimento político da burguesia alemã, objetivando alcançar, por via não-revolucionária, uma monarquia constitucional, uma vez que o estado absolutista se tornara um entrave para a sociedade moderna. [...]” (COTRIM, 2013, p. 6). Desta maneira, Marx tem um contexto histórico diferente de Hegel e é sobre este aspecto que se deve analisar sua obra.

Para a compreensão das teorias marxistas, é necessário ter como pano de fundo, as relações sociais determinadas pelo sistema capitalista. Presente neste contexto as lutas de classes, as relações de produção, a presença da classe burguesa e o econômico, este último como elemento determinante em todas as relações, sejam elas sociais ou políticas. Assim, pode-se entender este período como sendo pautado pelas “condições materiais existentes em uma sociedade – o modo como as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas, e as relações sociais para tanto

estabelecidas – como a base de suas estruturas sociais e da consciência humana”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35)

Marx, apresenta de forma contundente uma crítica a essência da teoria hegeliana, através da obra “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1843)”. Elenca argumentos contra a forma em que Hegel entende a formação do Estado Moderno, assim como, para suas funções. Para Marx “ o Estado não é o reino da razão, mas o reino da força. Não é o reino do bem-comum, mas do interesse de uma parte. O Estado não tem por fim o bem-viver de todos, mas o bem-viver daqueles que detêm o poder [...]” (BOBBIO, 2000, p. 113)

Desta forma, Marx apresenta sua primeira diferença estrutural em relação a Hegel. O Estado em Marx é pautado na existência de classes e só vai existir enquanto permanecer esta divisão, sendo esta a sua função. Em consequência disso, Marx discorda que o Estado preserva o interesse geral em detrimento do individual. Pelo contrário, o Estado transforma o individual de uma classe em interesse geral da sociedade. E para isso o Estado utiliza o “monopólio legal e/ou de fato a coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral [...] faz valer essa sua natureza de classe” (COUTINHO, 2007, p. 124).

Esta concepção marxista se esclarece, dentro do contexto entendido pelo pensador, em que toda a relação social está pautada pelos interesses do Capital. Ou seja, a exploração do trabalho e a luta de classes, sempre irão estar presentes nas decisões e normativas sociais ou políticas. Para Marx, o Estado Moderno, não trabalha para manter o interesse geral, e sim para manter os interesses da classe burguesa. “A crítica de Marx contra o Estado liberal de seu tempo o colocava como ‘comitê da burguesia’, e não como esfera do interesse geral, de proteção para todos enquanto cidadãos.” (COSTA, 2006, p. 37)

Outra situação pontuada por Marx, relaciona-se com a afirmação feita por Hegel que o Estado funda a Sociedade Civil. Para Marx, Hegel trabalha com a dialética de cabeça para baixo, ou seja, é a Sociedade Civil que determina a necessidade de se fazer representada pelo Estado, “Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a Sociedade Civil: ao contrário, é a Sociedade Civil que cria o Estado” (MARX, p. 11). Portanto, os interesses da sociedade é que irão determinar os rumos jurídicos e éticos que o Estado vai absorver, para então determinar os caminhos e interesses que irá

defender. Desta forma, em uma sociedade capitalista onde impera as relações de produção capitalista, o Estado estará sempre a serviço daqueles que possuem o poder econômico e a propriedade. O Estado não é um bem comum, não é um elemento neutro. Sempre está direcionado a interesses, principalmente a manutenção da ordem societária. O estado é um regulador dos conflitos que nascem na relação Capital /trabalho.

Mesmo dentro desta configuração, em que o Estado está a serviço de uma determinada classe, Marx aproxima-se de Hegel, quando coloca também a Sociedade Civil separada do Estado, ou seja, são duas instâncias diferentes. A sociedade política representada pelo Estado, possui os aparelhos de coerção e dominação (polícia, exercito, leis, etc), caracterizada como a superestrutura e a Sociedade Civil onde ocorrem as relações de produção, sendo a estrutura econômica do processo. “O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.” (Marx, 1999, p. 5),

Sendo assim, o Estado para Marx,

[...] tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 37)

Portanto, os elementos fundamentais da doutrina de Marx, que o diferencia de Hegel em relação ao Estado, são,

1) o Estado como aparelho coercitivo,[...] ou seja, uma concepção instrumental do Estado, que é o oposto a uma concepção finalista ou ética; 2) O Estado como instrumento de dominação de classe, [...] ou seja, uma concepção particularista de Estado, oposta a concepção universalista que é própria de todas as teorias do direito natural, Hegel incluído; 3) O Estado como momento secundário ou subordinado com relação a Sociedade Civil, [...] ou seja, uma concepção negativa do Estado, que é o oposto da concepção positiva própria do pensamento racionalista.(BOBBIO, 1982, p. 22)

Assim, Marx estabeleceu um novo conceito de Estado que sem perder a sua essência, é até os dias atuais, foco de várias interpretações e discussões. Seguindo

a mesma doutrina marxista, surgem outros autores que trazem à tona novamente as discussões e até realinham outros conceitos para esta categoria, entre ele está Antônio Gramsci, autor italiano que teve suas principais obras publicadas entre 1914 e 1935.

Antônio Gramsci, aparece como um pensador que se utiliza de algumas concepções de Hegel e de Marx. Porém, como é um teórico contemporâneo, utiliza-se destas concepções com uma perspectiva da realidade um pouco diferente de seus mentores, Hegel e Marx. Onde, Luiz (2010, p. 47) justifica como sendo estas “alterações sofridas pelo Estado e pela Sociedade Civil, devido principalmente ao próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista. ”

É importante para qualquer estudo envolvendo as conceituações de Gramsci, entender que o mesmo em nenhum momento afasta-se das concepções e principalmente do método marxista para enxergar a realidade. Compreende-se que existe uma superação de alguns fundamentos deixados por Marx, como a ideia de Estado e de Sociedade Civil. Pois, “Gramsci não inverte e nem nega as descobertas essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico”. (COUTINHO, 2007, p. 123).

Uma das principais colocações de Marx, foi a de que o Estado se constrói a partir da divisão da sociedade em classes e este só continua a existir enquanto esta divisão permanecer. E o Estado só consegue manter esta divisão através dos aparelhos repressivos, pois “o fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe”. (COUTINHO, 2007, p. 124).

O contexto sócio-político em que Marx discute esta formação de Estado em suas relações com a sociedade, é divergente com a realidade em que Gramsci discute a obra marxista. Quando se reporta a um Estado que usa da coerção e da violência para manter a divisão social, entende-se que Marx não presenciou na sua época a evolução social de participações através de sindicatos, associações, partidos de massa entre outras organizações da Sociedade Civil junto a estrutura do Estado, assim “ Gramsci vive outro contexto sócio-histórico, cujos os questionamentos

dirigem-se à crise do Estado liberal e ao fortalecimento do capitalismo”. (LUIZ, 2010, p. 47).

Gramsci ingressa no Partido Socialista Italiano (PSI) em 1917, assim o contexto em que vive é tomado por ações de conflitos sociais, como por exemplo, a “[...] irrupção da revolução socialista na Rússia em 1917, o movimento operário socialista ganhava novo fôlego, pressionando a burguesia industrial e o Estado capitalista [...]” (LIMA, 2011, p. 2). Devido a sua militância e ao regime Fascista, Gramsci passou de 1926 até próximo a sua morte em 1937 no cárcere, e foi neste período que escreveu suas principais obras “Os Cadernos do Cárcere” e “As Cartas do Cárcere”. Ainda com Lima (2011), outro momento que caracteriza a história social especificamente da Itália e que vai balizar os pensamentos do autor italiano, é que,

Apesar da derrota do movimento operário italiano em 1917, os anos de 1919 e 1920 seriam marcados novamente por ações políticas que se contrapunham ao domínio do capital e que tornariam nítidas as diferenças entre as tendências reformistas e revolucionárias no interior do movimento socialista italiano. (LIMA, 2011, p. 3).

Este novo contexto e novas representações sociais, faz com que Gramsci entenda estes organismos de participações sociais, sindicatos, partidos como aparelhos privados de hegemonia. Diferenciando e ao mesmo tempo acrescentando à ideia antes colocada por Marx, de que o único meio de manutenção da ordem a ser utilizado por parte do Estado, eram os aparelhos repressivos. Gramsci apresenta um outro mecanismo de disputa pela ordem e poder, quando “se refere, que mais tarde ele irá chamar de ‘Sociedade Civil’, de ‘aparelho privado de hegemonia’. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso são privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão”. (COUTINHO, 2007, p. 125).

Desta forma, Gramsci apresenta uma nova interpretação das relações de forças existentes na dinâmica interna ao Estado. Ou seja, para a sociedade política a utilização dos “aparelhos coercitivos do Estado” é essencial para que as classes dominantes exerçam seu poder. Porém para Gramsci, além desta esfera de exercício de poder dentro do Estado, coexiste a Sociedade Civil, que vai se utilizar dos “aparelhos privados de hegemonia” para exercer a sua força. Assim,

A dinâmica que se processa no interior dessas esferas revela uma distinção em relação à 'função' que exercem na conservação ou transformação das relações de poder entre as classes sociais, bem como no que diz respeito à base sócio-institucional, na qual aquela função se materializa. (DURIGUETTO, 2007, p. 56)

Esta concepção da coexistência das duas esferas, sociedade política e Sociedade Civil, dentro do mesmo espaço, ou seja, dentro do Estado, diferencia o pensador italiano de seus precursores teóricos Hegel e Marx. Para Hegel, como já foi analisado neste trabalho, o Estado é o espaço onde os interesses coletivos são superiores aos individuais. Desta maneira, o Estado passa a ser o momento de superação da Sociedade Civil. Portanto, a necessidade de se construir normas, para fazer com que os interesses coletivos prevaleçam é uma tarefa destinada para a sociedade política, ou seja, o Estado que está afastado da esfera da Sociedade Civil. Disso “resulta a necessidade de que os interesses privados e contrapostos existentes na Sociedade Civil, sejam condensados no Estado enquanto uma forma superior da coletividade, capaz de produzir normas e de obter, pela coação, o respeito à elas”. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 32).

Retomando as concepções de Marx, aqui também já discutidas, as relações entre Sociedade Civil e Estado se estabelecem em duas esferas distintas e separadas, a estrutura e a superestrutura. Para o autor alemão, a base das relações materiais e de produção se denomina estrutura e é onde se encontra a Sociedade Civil. Portanto, a Sociedade Civil é a base econômica, diferentemente da base política que é a superestrutura ou o Estado, onde estão presentes os aparelhos coercitivos, utilizados para a manutenção da ordem.

Além desta nova interpretação das relações de força presente no interior do Estado, Gramsci também justifica suas concepções das duas esferas coexistindo no mesmo espaço de forma orgânica e inter-relacionadas. Isso ocorre devido a evolução de consciência política coletiva e a organização apresentada pelos vários grupos sociais. A transição de uma esfera para a outra, ou seja, da estrutura para a superestrutura, ocorre na proporção em que estes grupos, sentem a necessidade de uma maior participação política dentro do contexto em que estão inseridos.

O processo desta evolução é dividido em três momentos, segundo Gramsci. O primeiro refere-se ao que o autor chama de econômico – corporativo, é quando ocorre

uma aceitação de solidariedade entre os pares dentro de um grupo social, ou seja, pessoas com as mesmas profissões, funções, etc. Definido assim,

[...] um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, [...] mas o comerciante não se sente ainda solidário ao fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. (GRAMSCI, 2007, p. 41).

O segundo momento, é quando os diferentes segmentos dentro do mesmo grupo social se organizam e se solidarizam. Porém, com intento unicamente econômico. Aqui a necessidade da existência do Estado é requerida, no terreno “de obtenção de uma igualdade jurídico-política com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-la, de reformá-la, mas nos quadros fundamentais existentes.” (GRAMSCI, 2007, p. 41).

O terceiro momento é o que representa o ápice da evolução da consciência política de um grupo social, ou seja, é onde o grupo percebe conscientemente que seus interesses corporativos devem evoluir e devem representar o interesse de outros grupos subordinados. Para Gramsci, este é o momento em que a Sociedade Civil, deixa a esfera da estrutura que tem seus interesses meramente econômicos e passa a pertencer a complexa esfera da superestrutura. A equidade de posição entre a Sociedade Civil e a sociedade política, aqui representada pelo Estado, é que vai proporcionar a este grupo social que,

[...] as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral[...] (GRAMSCI, 2007, p. 41).

O posicionamento de Gramsci quando “retira” a Sociedade Civil da esfera econômica, não está renegando o econômico a um segundo plano, entrando, assim, em conflito com a filosofia marxista e nem deve ser entendido como uma ruptura entre o econômico e o político. Gramsci mantém suas características marxistas nesta conjuntura pois, “Deste modo, continua de pé, para Gramsci, que o modo de produção capitalista tem a economia como seu ‘motor primeiro’ e que a distinção entre Estado

e sociedade civil classicamente compreendida é só metodológica” (LIGOURI, 2007, p. 177).

Portanto, esta concepção que vem a superar e não negar, as já discutidas por Hegel e Marx é que determina a presença de uma sociedade com uma consciência política evoluída. E é através desta percepção política do grupo que passa a ser o “representante” de tantos outros, que vai justificar o conceito de Estado em Gramsci. Para este autor, “Estado deve-se entender além de aparelho do governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou Sociedade Civil. ” (GRAMSCI, 2007, p. 254)

Desta maneira, o conceito de Estado se amplia em Gramsci, pois o mesmo inclui novas funções, onde o mesmo passa a apresentar em seu interior as características inerentes a Sociedade Civil, ou seja, as lutas de classes. Assim o “*Estado ampliado* de seu tempo e contexto, preservando as funções de coerção (*sociedade política*) tal como descoberta por Marx e Engels, também incorpora a esfera da *Sociedade Civil* (cuja função é o consenso). ” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 43, grifos do autor).

A definição da dupla função presente no Estado ampliado de Gramsci, é realizada por sujeitos e organizações que se dividem nos aparelhos de coerção e de hegemonia/consenso. É importante, identificar estes sujeitos e organizações, e entender qual o papel de cada um dentro da complexidade do Estado ampliado. Para isso, Coutinho (2007, p. 127), apresenta uma identificação destes sujeitos e organizações,

[...] a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *Sociedade Civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema de escolas, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (grifos do autor)

É importante compreender a identificação correta das funções, do conceito e das organizações presentes na concepção do Estado ampliado de Gramsci. Porque é este conceito que irá balizar as discussões referentes ao momento de implantação

da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação de Ponta Grossa. Ou seja, é o conceito de Estado ampliado que será utilizado por este trabalho, para identificar as ações e participações das organizações e sujeitos presentes no momento político de transição de um Departamento para uma Secretaria de Esportes.

1.1.3.2. SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI

A discussão da categoria Sociedade Civil não se afasta das concepções de Estado. Como ficou claro até o presente momento neste trabalho, as duas categorias se entrelaçam e constituem na verdade em um conjunto orgânico e de ampla complementação. A interpretação das concepções das categorias de Estado e Sociedade Civil, só serão adequadamente entendidas se forem trabalhadas em uma relação dialética, pois de acordo com os autores aqui discutidos, as duas categorias só coexistem uma em função da outra.

Prossegue-se com o mesmo raciocínio da discussão da categoria Estado, desta forma, será estabelecido uma linha do tempo com relação aos percussores teóricos de Gramsci, ou seja, em primeiro plano se discutirá as interpretações de Hegel, vindo em seguida as de Marx e finalizando com Gramsci.

Hegel, foi o pensador que vem discutir a sociedade, o Estado e sua reorganização após a revolução burguesa. Portanto, vai interpretar a sociedade dentro de um processo de consolidação do capitalismo. Encontrando, o seguinte contexto,

O mundo moderno, que chega à maturidade com os eventos decisivos da Revolução Francesa, universaliza os horizontes da liberdade e da igualdade e desencadeia a formação dum 'direito filosófico', distinto tanto do direito positivo do Estado – que havia originado o absolutismo – como do direito natural – que havia gerado o individualismo jusnaturalístico. (SEMERARO, 1999, p, 114).

Suas concepções irão conflitar com a tradição jusnaturalista, quando Hegel apresenta a necessidade de existência do Estado (representante da vontade geral) anteceder a vontade individual e não ao contrário. Esta necessidade surge devido ao fato de que para Hegel a sociedade deixa de ser “o reino de uma ordem natural, que deve ser libertada das restrições e distorções impostas por más leis positivas” (BOBBIO, 2000, p. 52), e passa a ser o universo de problemas éticos, pobreza,

interesses individuais e demais desigualdades sociais. E este universo deve “ser regulado, dominado e anulado na **ordem superior** do Estado” (BOBBIO, 2000, p. 52, grifos nossos)

Desta forma, a Sociedade Civil para Hegel não se resume apenas nos conflitos vinculados as causas econômicas. Tornando-se sim, um espaço permeado por lutas e disputas de diferentes grupos, portanto é uma “esfera de interesses e objetivos privados, econômico-corporativos e antagônicos entre si, das distinções dos indivíduos em associações, grupos e em posições e condições sociais desiguais.” (DURIGUETTO, 2007, p. 44). Assim, fica clara a distinção que Hegel apresenta com relação às concepções jusnaturalistas, pois a Sociedade Civil para ele é vista “como esfera das relações econômicas, jurídicas e administrativas, não mais opondo estado natural/estado civil pela conformação de um ‘contrato’. ” (DURIGUETTO, 2007, p. 45). Esta concepção ampliada de Sociedade Civil – relações econômicas, jurídicas e administrativas – é que aproxima Gramsci de Hegel.

A presença de um ator coletivo no interior da Sociedade Civil, denominado por Hegel como “corporações/corporativos” tem como função a de mediar os interesses individuais (singular- privado) e o coletivo (universal-público) (LUIZ, 2010). Ou seja, “o interesse corporativo aparece como um campo de mediações entre a singularidade do interesse puramente privado e a universalidade encarnada no Estado”. (COUTINHO, 1997, p. 9). Isso se caracteriza como um diferencial deste autor em relação aos seus antecessores. Hegel justifica esta nova figura social como consequência do sistema de produção e de relações de trabalho. Na sua interpretação, entende que o capitalismo extrai da família e deposita na Sociedade Civil todas as relações econômicas e de produção, fazendo com que isso gere conflitos de interesses particulares, tanto internamente (entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo social) como externamente (entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais).

Portanto, as corporações são sujeitos coletivos que irão ajustar junto ao Estado, as necessidades dos interesses dos grupos sociais. Destacando que estas necessidades só se tornam universais, e, portanto, adotadas e implantadas pelo Estado, a partir do momento que as mesmas são realmente representativas de um interesse comum. Assim,

[...] a relação entre indivíduo e Estado não ocorre de forma direta e imediata, senão mediada por um conjunto de instituições que se formam na Sociedade Civil, dada a complexidade dos diferentes interesses particulares existentes. O Estado como momento da normativa ética é o espaço de superação do interesse privado, possibilitando a legitimidade do interesse coletivo. (COSTA, 2006, p. 36).

Dentro deste contexto, a Sociedade Civil para Hegel, é o espaço “fora” da esfera do Estado, que contem atores coletivos como as corporações, onde se estabelecem relações econômicas, jurídicas e administrativas, sendo assim “o campo das realizações parciais da universalidade, esfera em que a moral particular é transformada pela totalidade ética dos direitos e instituições sociais também nela existentes, como a justiça, a polícia e a corporação.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 33).

Com relação a função da Sociedade Civil, Hegel diferentemente dos jusnaturalistas e das concepções marxistas, entende que a mesma pertence a um sistema tricotômico e assim “é o momento intermediário entre a família e o Estado e, portanto, não inclui – ao contrário da sociedade natural de Locke e da Sociedade Civil no uso moderno predominante – todas as relações e instituições pré-estatais, aí incluída a família” (SEMERARO, 1999, p. 112).

Assim, Hegel que em alguns momentos nega e em outros supera as concepções jusnaturalistas, terá suas teorias como ponto de partida para as críticas de Karl Marx, tanto no que se refere a concepção de Estado como a de Sociedade Civil.

Marx, apresenta uma crítica em razão das relações entre o Estado e a Sociedade Civil e das funções que Hegel determina para os mesmos. Para Marx, o Estado é uma esfera criada pela Sociedade Civil, e não é anterior e nem de ordem superior à mesma, ou seja, a Sociedade Civil funda o Estado. É a volta do racionalismo para interpretar o Estado. Marx observa bem a vertente racional das interpretações e define o Estado como sendo “[...] o produto da Sociedade Civil, expressa suas contradições e as perpetua, e não como pensa Hegel, uma esfera independente, com racionalidade própria.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35).

As críticas realizadas aos conceitos de Hegel, justificam-se devido à compreensão que Marx tem sobre os motivos que causam as transformações sociais.

Enquanto, Hegel propõe a origem de seus argumentos nos ideais da Revolução Francesa e acredita que as transformações sociais são pautadas na moral e na ética, buscando a universalização de seus interesses, para Marx,

Não são, portanto, a ideia Absoluta, o Espírito, a Consciência Crítica, os conceitos de Liberdade e Justiça, que movem e transformam as sociedades. Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. (MARX, 1996, p. 11-12).

Então, a Sociedade Civil em Marx, esta pautada nas características inerentes ao sistema capitalista, ou seja, nas relações de produção. Sendo assim, a sociedade burguesa ou Sociedade Civil como em alguns momentos Marx se reporta, “[...] abarca o conjunto do intercâmbio material dos indivíduos no interior de um estágio determinado das forças produtivas. Ela abarca o conjunto da vida comercial e industrial de um estágio [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 74).

Desta maneira, na esfera da Sociedade Civil ocorrem apenas as relações econômicas e de reprodução das condições materiais, excluído de seu interior as condições jurídicas e administrativas, Marx assim, supera a concepção hegeliana e chegar à conclusão de que “Sociedade Civil e estrutura econômica são [...], a mesma coisa” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35). Logo, para o autor a estrutura econômica, vai ser a base da superestrutura, ou seja, “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, 2008, p. 47).

É interessante alertar que a divisão entre estrutura e superestrutura em Marx, não são configurações opostas e sim se relacionam de forma dialética. Em seus textos, a estrutura econômica tem destaque, mas isso não significa que o autor ignora ou mesmo relega à segundo plano as condições e configurações da superestrutura.

Quando Marx define que a superestrutura é uma instância jurídica e política, está se referindo ao Estado. Em vista disso, Marx, assim como Hegel, também trabalha com duas esferas (dialeticamente relacionadas). Ou seja, o Estado existe, e é criado pela sociedade e assim forma com esta um conjunto de duas estruturas

distintas. “Hegel parte da separação da ‘Sociedade Civil’ e do ‘Estado político’ como de dois opostos fixos, duas esferas realmente diferentes. De fato, essa separação é, certamente, real no Estado moderno.” (MARX, 2010, p. 89-90).

E Marx, justifica sua posição na crítica que faz ao entendimento de Hegel,

‘Somente desse modo’, conclui Hegel o parágrafo, ‘levando-se isso em consideração, o elemento particular, real no estado, liga-se verdadeiramente ao universal’. Mas Hegel confunde, aqui, o Estado como totalidade da existência de um povo com o estado político. Esse particular não é o ‘particular no’, mas ‘fora do Estado’, quer dizer, fora do Estado político. Ele não apenas não é ‘o particular, real no Estado’, como é também a “irrealidade do Estado”. Hegel quer demonstrar que os estamentos da Sociedade Civil são os estamentos políticos e, para provar isso, supõe que os estamentos da Sociedade Civil sejam a ‘particularização do Estado político’, isto é, que a Sociedade Civil seja a sociedade política. (MARX, 2010, p. 95-96)

Portanto, a Sociedade Civil para Marx está separada da sociedade política. As duas não coexistem no mesmo espaço, como imaginava Hegel. Outra consideração de Marx, importante na discussão neste momento e que vai servir de base para as concepções de Gramsci, relaciona-se as características de divisão da Sociedade Civil em classes. Marx, “já explicita que o particularismo tem sua derivação e sustentação na divisão de sociedade em classes antagônicas: os proprietários dos meios de produção e os que possuem apenas a capacidade de trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35).

As condições deste antagonismo, determinam o domínio de uma classe sobre a outra. Esta divisão de classes, vai pautar as discussões de Marx durante toda a aplicabilidade de sua filosofia e visão de mundo. Isso é sustentado porque “a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar seus interesses [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 36). Entende-se assim, como já pontuado neste trabalho, que o Estado para Marx, é o “comitê da burguesia”.

Desta forma, o contexto colocado até o momento, exploram as principais bases teóricas em que Marx se ampara para elaborar suas concepções de Sociedade Civil. Ou seja, entende a Sociedade Civil como estrutura econômica e a base da esfera política- jurídica ou superestrutura (Estado). A divisão de classes e seus antagonismos constroem o pano de fundo de uma sociedade pautada pelo domínio

da classe burguesa. São estas as relações estabelecidas entre o social e o político, e que serão necessárias para o entendimento da concepção sobre Sociedade Civil na leitura de Gramsci.

Para Gramsci a Sociedade Civil está na mesma esfera da sociedade política-jurídica, ou seja, no Estado, assim como entendia Hegel. Logo a superestrutura passa a comportar tanto os aparelhos “de coerção” (sociedade política-jurídica) como os “privados de hegemonia” (Sociedade Civil). A percepção de que existia uma maior complexidade nas relações sociais, na luta pelo poder decorrente de uma “*socialização da política* – resultante da presença de organizações, tanto dos trabalhadores quanto do capital, no cenário do capitalismo desenvolvido” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 43, grifos do autor), faz com que Gramsci denomine esta nova configuração social de Sociedade Civil, que estaria “dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado.” (COUTINHO, 2007, p. 124).

É na esfera do Estado, que se originam os conflitos que devem definir os interesses gerais da Sociedade Civil, pois a mesma está presente na superestrutura conforme a concepção e doutrina hegeliana. Mas apesar da semelhança, Gramsci continua a entender que mesmo a Sociedade Civil pertencendo à superestrutura, a mesma continua a fundar o Estado, ou seja, a “mesma não está orientada em função do Estado” (DURIGUETTO, 2007, p. 55), diferentemente do que entendia Hegel.

A posição da Sociedade Civil na superestrutura, diferencia Marx de Gramsci. Gramsci deixa para a estrutura apenas as conexões econômicas, mas como já foi discutido neste trabalho, isso não afasta o pensador italiano das concepções marxistas. O pensador italiano defende uma percepção dialética da relação da estrutura com a superestrutura, onde nenhuma das duas fica em menor importância dentro do contexto da análise social. Neste sentido,

Sem subestimar o peso das estruturas e da base econômica, Gramsci – no melhor espírito da filosofia das práxis – estabelece uma dialética entre Sociedade Civil e sociedade política e tece uma justa relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização de sujeitos ativos, capazes de construir livremente o ‘bloco histórico’. (SEMERARO, 1999, p, 131).

Assim,

[...] a Sociedade Civil em Gramsci não é um momento transitório para se chegar ao Estado – a etapa maior da realização humana e social – nem o mundo exclusivo da burguesia. Mas representa, também, o espaço decisivo onde as classes trabalhadoras podem aprender a travar lutas em diversas frentes para neutralizar as raízes do poder da classe dominante e promover a emancipação sociopolítica das massas populares [...] a tal ponto de se tornar obsoleta a função do Estado. (SEMERARO, 1999, p, 131).

Assim sendo, Gramsci percebe como ponto máximo da Sociedade Civil a dissolução do Estado. Pois, quando a mesma atinge sua maturidade política e de organização, o Estado não é mais necessário. Com esta situação Gramsci nega que a essência do indivíduo é o Estado e mais uma vez ratifica de que o Estado é fundado pela sociedade. Opondo-se nas duas colocações anteriores, às concepções hegelianas.

Outra situação que aproxima Gramsci de Hegel, refere-se ao entendimento por parte de Gramsci da existência dos “aparelhos privados de hegemonia” e das corporações. Hegel identifica no interior da Sociedade Civil, as corporações, que são organismos e são “concebidas como a segunda figura da eticidade, situada entre a família e o Estado [...] ou seja, associações econômicas que podem ser vistas como formas primitivas dos modernos sindicatos.” (COUTINHO, 2007, p. 126).

Como já discutido neste texto, “aparelhos privados de hegemonia” são organismos existentes na Sociedade Civil, onde o cidadão adere voluntariamente aos mesmos, e estes aparelhos tem como função a representação dos interesses de classes. Estes organismos irão agir de forma relativamente autônoma em relação a sociedade política e civil, portanto, assim diferenciando-se no interior das duas esferas. Enquanto na esfera política são representados pelos mecanismos de coerção, na civil são agentes que irão buscar o consenso e a hegemonia. Permitindo desta forma que a Sociedade Civil seja “uma esfera própria, ditada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção” (COUTINHO, 2007, p. 129).

Logo, a semelhança entre a doutrina dos pensadores, “aparelho privado de hegemonia” e corporação, encerram-se no fato de ambos os pensadores aceitarem as existências destes, porém, com funções distintas dentro da complexidade social. Dentro do contexto apresentado, já se faz possível ter um entendimento sobre

Sociedade Civil, pela ótica de Gramsci. Sintetizando, pode-se afirmar que para Gramsci Sociedade Civil é,

[...] antes de tudo, o extenso e complexo espaço público não estatal onde se estabelecem as iniciativas dos sujeitos modernos que com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas chegam a formar as variáveis das identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder. (SEMERARO, 1999, p. 70)

Esta concepção é de importância impar para este trabalho. O entendimento de Sociedade Civil na perspectiva gramsciana, será o suporte para as interpretações da participação popular durante a implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa – Pr. Porém, mais um conceito é necessário para pautar a discussão da implantação deste órgão administrativo, ou seja, o conceito de Hegemonia em Gramsci. Apesar de que durante a exposição teórica até o momento ter perpassado por este conceito, é necessária uma maior sustentação do mesmo.

1.1.3.3. HEGEMONIA EM GRAMSCI

Para apreender o conceito de hegemonia em Gramsci, é necessário a compreensão dos princípios teóricos que balizam o que o autor italiano entende por Sociedade Civil e Estado. Como discutido no tópico anterior, a Sociedade Civil em Gramsci se apresenta como esfera dentro da superestrutura, dividindo seu espaço com a sociedade política e mediando as relações do Estado como a estrutura econômica. Sendo, o ambiente onde as classes subalternas se organizam e se utilizam de mecanismos para fazer valer seus interesses. Ações de disputa de espaço, de mediação e de supremacia dos interesses, só vão ser possíveis através da conquista do consenso e da hegemonia.

Como para Gramsci, o Estado é a esfera que representa a classe burguesa, ou seja, onde predomina o domínio dos interesses burgueses, sendo então necessário para a compreensão desta condição, a discussão das mediações entre o poder econômico e poder político. Desse modo, para Gramsci é fundamental o “entendimento do conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio

e o consentimento, pois a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos é um elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classe.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 45).

Desta forma, a novidade da interpretação de Gramsci com relação aos seus antecessores, é que além do poder político e de polícia que a classe dominante se utiliza para se manter no poder, surge uma nova Sociedade Civil, que vem no mesmo espaço mediar seus conflitos e buscar através do consenso a hegemonia. Assim, Gramsci acredita que para se formar uma classe dirigente, a mesma tem que ser mantida pelo consentimento das massas e não só pela força. Para o autor, a hegemonia acontece quando a Sociedade Civil predomina sobre a sociedade política. “A hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 45).

O consenso referenciado do parágrafo anterior é trabalhado através dos “aparelhos privados de Hegemonia”, que pertencem a Sociedade Civil e como já definido neste trabalho, representam os interesses das classes que compõe esta sociedade. Por este motivo, o consenso em Gramsci é permeado pelas lutas e interesses e antagonismos destas classes e grupos sociais, assim, o “consenso para esse autor pressupõe o conflito, é o resultado deste” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 46).

Para o entendimento de como o consenso ocorre e qual a sua importância dentro do processo da hegemonia, é necessário perceber como Gramsci trabalha com os preceitos teóricos e práticos originários desta relação entre classe dominante e classes subalternas. Logo, para o autor italiano, a classe dominante vai impor seu modo de ver o mundo, ou seja, sua concepção de mundo. Esta incorporação da concepção de mundo por parte das classes subordinadas, é mecânica e “[...] desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir [...]” (ALVES, 2010, p. 74).

Este conflito entre o que pensa ou verbaliza e o que age, são o que Gramsci define como os dois mundos em que o homem se depara. Esta situação deflagra a existência de duas consciências teóricas, uma, “implícita na sua ação, e que

realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade” que é o agir e a “outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. ” (GRAMSCI, 1999, p. 103). A consciência verbal, é resultante da influência da conduta moral da classe hegemônica e produz no homem, segundo Gramsci (1999), um estado de passividades política e moral.

Ainda com Gramsci (1999), o homem só vai obter uma concepção da realidade quando atingir um estágio de consciência crítica de si mesmo. E isso vai acontecer através de uma luta de hegemonias, primeiro no campo da ética e depois na política. Portanto, “Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); ” (GRAMSCI, 1999, p. 104).

De acordo com Semeraro (2006), Gramsci, discute as diferenças entre dois tipos de intelectuais, os tradicionais e os orgânicos. Para ele o intelectual tradicional que é aquele que está preocupado com a centralização do poder pela elite e com um universalismo abstrato e o intelectual orgânico e o que luta pela democratização do poder e cria uma nova “concepção de política fundada sobre o conceito de política, de democracia, de dirigentes de uma nova civilização”. Para Gramsci, todos têm a capacidade de aprender e de ensinar, assim como todos tem a capacidade de ser um intelectual. Portanto, a capacidade intelectual não é monopólio de alguns e sim pertence a toda a coletividade, tanto no seu sentido diacrônico (conhecimento acumulado) como no sentido sincrônico (reflexão sobre o mundo que vivemos).

Os intelectuais orgânicos, são os que procuram a construção de uma articulação dialética entre a “estrutura e a superestrutura (economia e cultura), entre a Sociedade Civil e a sociedade política”, tendo como objetivo final “a de superar a relação vertical entre governantes e governados. ”. (SEMERARO, 2006, p. 385). Portanto, o papel do intelectual orgânico moderno é sempre estar adaptado às transformações tecnológicas, mas sem perder suas características de pertencimento e defensor dos direitos das classes, sem perder a relação com a luta pela hegemonia, sem deixar de socializar o conhecimento, sem deixar de ser crítico e nem perder sua consciência histórica. (SEMERARO, 2006).

Desta forma, a busca pelo consenso é saber identificar e buscar as diferentes aspirações que estão interiorizadas nas classes subalternas e após esta identificação,

transformá-las, através de projetos políticos concretos em desejos ou objetivos universais. Portanto, o consenso é,

[...] saber convencer, persuadir, ganhar a adesão pelo envolvimento ativo e não pela manipulação e passividade. Daí a importância que Gramsci atribui ao trabalho ideológico dos intelectuais orgânicos na construção ou manutenção da hegemonia. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 48)

Assim sendo, o consenso é a categoria que uma classe deve desenvolver para obter a hegemonia sobre as demais. Onde direção de classe, ou seja, tornar-se dirigente, é “[...] a conquista progressiva de uma unidade política-ideológica – de uma direção de classe – requer, assim, a busca do consenso dos grupos sociais aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 48). Então, para Gramsci “a constituição de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa ‘preparação ideológica das massas’, uma construção de uma nova concepção de mundo, de uma nova forma de pensar (‘reforma intelectual e moral’). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 48).

Isto posto, hegemonia para Gramsci é,

Determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos realizando com eles uma aliança de luta contra o capitalismo, e desse modo, isolando o próprio capitalismo. (GRUPPI, L. 1978, p. 58 apud COUTINHO, 2007, p. 68)

Portanto, quando Gramsci se refere às questões de hegemonia, está pautando o domínio de uma classe dirigente sobre as demais subalternas. A Hegemonia neste caso burguesa, não se apresenta de maneira imediata e sim ela é mediada pelo conjunto das instituições que criam uma forma de pensar o mundo. A hegemonia é construída na Sociedade Civil (escola, sindicato, família, partido político, igreja, etc), e estas instituições determinam a maneira de pensar (expressando valores que condicionam o comportamento). Para contrapor esta condição, o autor refere-se a contra-hegemonia, que ocorre quando a classe subalterna adquire esta consciência de classe dirigente, o que o autor define como catarse, definida da seguinte forma,

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente económico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na

consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. (GRAMSCI, 1999, p. 314).

Desta forma, a aquisição da consciência de classe é essencial para o início do processo de tomada de poder – contra hegemonia - por parte de uma classe. Outros fatores se apresentam com relação a este momento, um deles é quando Gramsci argumenta que, uma classe nestas condições, deve se tornar dirigente mesmo antes da conquista do poder governamental. Porém, alerta que para,

[...]ser dirigente na sociedade no campo da Sociedade Civil, ainda que necessário, não implica sua completa realização política. É só com a tomada do poder político que as classes subalternas atingem sua completa unificação política, tornando-se o próprio Estado e criando um novo ‘bloco político’. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 49)

Logo, a luta constante de uma determinada classe subalterna reflete no fato da mesma buscar o consenso e a hegemonia das demais e ascender a este momento de catarse, para assim assumir, a direção moral-político-ideológica transformando a visão de mundo das demais classes. “A hegemonia é o momento de soldagem entre determinadas condições objetivas e a dominação de fato de um determinado grupo dirigente: este momento de soldagem ocorre na Sociedade Civil”. (BOBBIO, 1999, p. 69).

Os entendimentos de hegemonia e contra hegemonia serão necessários para analisar os procedimentos dos organismos da Sociedade Civil no momento da implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa. Assim, será possível identificar a presença de situações político-ideológicas, por parte dos diferentes grupos envolvidos no esporte em Ponta Grossa.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo através de uma abordagem histórica, será realizada a apresentação das políticas públicas para o esporte desenvolvidas no Brasil, no período compreendido entre os anos de 1969 e 1989. Contextualizou-se aspectos econômicos e políticos, para situar a leitura em decorrência das várias nuances que o Brasil passou, nestas áreas, em relação ao período estudado. Durante o transcorrer desta narrativa, será lançado como pano de fundo, uma análise sobre Estado, Sociedade Civil e Hegemonia, na visão Gramsciana. Com intenção de se estabelecer, uma visão crítica do momento de surgimento das políticas aqui discutidas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE NO BRASIL

Segundo Souza (2001, p. 10) deve-se distinguir fatos de acontecimentos. Sendo o último, algo que incorpora um sentido especial para uma população, uma nação, uma classe ou grupo social ou até mesmo para uma pessoa.

Portanto, os acontecimentos que irão balizar o recorte temporal e ao mesmo tempo servir de ponto de apoio para uma análise conjuntural, da temática deste trabalho, é o Diagnóstico Nacional da Educação Física e Desportos no Brasil, ou simplesmente Diagnóstico. Elaborado entre os anos de 1969 e 1971, e foi resultado de um convênio entre o Conselho Nacional de Recursos Humanos, órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral da União e a então Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério de Educação e Cultura. (PINTO, 2003).

Este documento é de extrema importância em muitos aspectos, entre eles pode-se citar: foi a base para a construção do Plano da Educação Física e do Desporto (apresentado em 1971); apontou para o modelo da pirâmide desportiva¹³, como modelo de desenvolvimento e investimento no esporte a ser seguido pelo País; deu suporte para a criação e as ações do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), órgão ligado ao Ministério de Educação (MEC); deu suporte

¹³ Nesse modelo, considerado pelo *Diagnóstico* como um padrão europeu, a elite desportiva (ou seja, o topo da pirâmide), que se refere ao nível de competição nacional ou internacional, deveria ser produzida a partir do desporto de massa (a base da pirâmide), parcela que corresponde a toda comunidade praticante, inclusive a Educação Física Escolar. (PINTO, 2003, p. 24)

técnico/ideológico para a elaboração da Lei 6251/75 (Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências). Ou seja, balizou as políticas públicas esportivas para o período dos dez anos seguintes.

O Diagnóstico, segundo Oliveira (2003, p. 163) “representa um estudo quantitativo das condições de desenvolvimento da Educação Física no Brasil e aponta uma série de sugestões-propostas que irão redundar na política governamental para a área na década seguinte. ”

Decorrido um intervalo de 34 anos, o Brasil apresentou uma nova legislação que regulamentou o desporto e a Educação Física. A Lei 6251/75, assinada pelo então Presidente da República Gen. Ernesto Beckmann Geisel revogava o Decreto Lei 3.199\41¹⁴. A nova legislação instituiu normas gerais sobre o desporto e deu outras providências, trazendo na sua redação uma concepção inovadora. Ou seja, além de referir-se ao desporto profissional e competitivo como já constava no Decreto Lei de 41, apresentava diretrizes para a Educação Física no âmbito escolar (1º e 2º graus) e universitário, e principalmente, referiu-se ao lazer como um dos seus objetivos básicos (art. 5º).

Com estas características, a Lei 6251/75 veio a ser o resultado da conjuntura nacional e internacional daquele momento. Internacionalmente, através do Manifesto do Esporte, com documento publicado em 1964 pelo *Conseil Internationale d'Education Physique et Sport*, organismo ligado à UNESCO. E, nacionalmente, como já visto anteriormente, através do Diagnóstico Nacional da Educação Física e Desportos no Brasil.

Portanto, para o período observado a construção do conceito de Esporte possuiu as mesmas influências. Na vertente internacional, através da publicação do Manifesto do Esporte, “que tratou o esporte na perspectiva do tempo livre e da escola, além de fazer referência ao esporte de competição. ” (OLIVEIRA, 2011, p. 199). Estendendo o esporte ao lazer e à Educação Física Escolar, um conceito muito mais abrangente do que vinha até o momento sendo tratado, ou seja, vinculado apenas à competição/rendimento. Este entendimento do esporte vai ser a bandeira dos

¹⁴ Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de Abril de 1941: Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em < <http://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941-04-14;3199>> Acesso em 21/01/2013

organismos da Sociedade Civil, representada por vários setores, como a Associação dos Professores de Educação Física e Associação de Diretores de Escolas de Educação Física.

A influencia nacional surge no período militar, mais especificamente na apresentação do já citado Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil, que apresentava no seu entendimento, a ligação do Esporte com a Educação Física:

As atividades de Educação Física e Desportos estão intimamente ligadas às políticas de saúde e de educação, dado o seu papel condicionador da aptidão física e mental da população; possuem, outrossim, vinculações com a política de bem-estar, em seus aspectos de lazer e recreação (BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969, p. 7)

Na sequencia, o Diagnóstico apresentava um complemento à este conceito, o que sustentaria a elaboração e implantação das políticas públicas para o esporte brasileiro, para os anos 70 e 80. Descrito da seguinte forma “A par dessas implicações, que por si só justificariam a execução deste trabalho, já não podem ser ignoradas as manifestações psicossociais ligadas ao setor, que também projeta sua influência no plano da política internacional” (BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969, p. 7).

A preocupação do governo militar em se posicionar internacionalmente como um País desenvolvido, vencedor e em crescimento em todos os setores é fonte marcante no desenvolvimento das políticas públicas para o esporte na década de 70. E, justificava em partes os entendimentos sobre o conceito de esporte presente no Diagnóstico.

Logo, os dois conceitos que estarão permeando as discussões e construções de políticas públicas no Brasil, um deles representando o Estado e o outro a Sociedade Civil, se completam, mas não caminham na mesma direção. Em uma das partes do conceito, fica clara a presença da influência do Manifesto Mundial, quando se refere ao bem-estar do individuo. Porém, no outro lado, precebe-se a presença da ideologia militar, quando trata o esporte como elemento importante no condicionamento da aptidão física e mental da população.

Para “desenhar” o cenário onde as políticas públicas para o esporte foram construídas e implantadas no início dos anos 70, serão elencadas algumas situações político-esportivas.

Para o cenário da conjuntura política, o Brasil no início dos anos 70 é resultado de uma sequência de ações políticas que de certa forma, influenciaram a construção das políticas públicas para o esporte. Codatto (2005, p. 87 - 88), apresenta uma série de fases e etapas, que identificam estas ações e que determinam a conjuntura do período, algumas com mais destaque, são: No ano de 1968 com o início dos protestos estudantis e aumento da repressão política. O ano de 1969, o Brasil tem novo Presidente da República Gen. Emilio Garrastazu Médici. Neste mesmo ano, é promulgada a Emenda Constitucional nº 1, que vai estabelecer algumas novas diretrizes para a Constituição de 67¹⁵. Não se encontra referência alguma ao esporte ou à Educação Física na Carta Magna de 67 e na Emenda de 69. Em 1974 assume o Gen. Ernesto Beckmann Geisel, iniciando a transformação do regime, partindo para uma abertura política que iria se concretizar no governo do Gen. João Baptista de Oliveira Figueiredo. Ainda no ano de 1974 a vitória do partido de oposição Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições senatoriais, apresenta a manifestação popular de descontentamento com o regime.

Algumas considerações são necessárias para alinhar os fatos políticos elencados e suas influências nas políticas públicas para o esporte. A construção do Diagnóstico, apresenta-se como elemento informativo para suprir a lacuna deixada pela Constituição de 67 e a Emenda de 69, as quais aparentemente não tiveram suporte técnico para regulamentar o esporte e a Educação Física para o período. Já para os acontecimentos de 1974, percebe-se que a Lei 6251/75, apresenta reflexos do Diagnóstico, mas sobretudo também de uma política mais branda (Governo Geisel) e de uma maior influência da Sociedade Civil. Pois, como já colocado, o seu texto contempla o desporto em vários níveis estudantis e a Educação Física é relacionada ao tempo livre de lazer.

O governo Médici, inicia embalado pelo “Miliagre Brasileiro”, composto por altos índices de crescimento e entrada maciça de capital estrangeiro. Utiliza-se do ufanismos nacionalista (Brasil ame-o ou deixe-o) para cobater os criticos econômicos,

¹⁵ Promulgada em 24 de janeiro de 1967, entra em vigor em 15 de março de 1967.

que alertavam para o caos do endividamento estrangeiro, chamando-os de traídores. Neste cenário de euforia, ocorre a conquista da Copa do Mundo de Futebol (1970). O governo logo se apodera dos louros da conquista, para consolidar o regime e propagar o Brasil como potência internacional. Utilizando o esporte como produto de importância midiática dentro dos projetos do regime, pois “o nacionalismo era considerado como mais uma forma de demonstrar que o Brasil poderia estar situado ao lado das grandes nações mundiais.” (VERONEZ, 2005, p. 185).

Já o cenário esportivo brasileiro, devido às necessidades políticas ideológicas da época, apresentava-se da seguinte maneira. Como a ideologia do nacionalismo foi elemento presente no contexto das construções e implantações das políticas públicas para esporte no período aqui estudado, é necessário perceber “onde” o Brasil se encontrava esportivamente no cenário internacional. Para isso, observamos o quadro de medalhas apresentado pelo Brasil nas últimas competições internacionais mais importantes:

Quadro 1 – CLASSIFICAÇÃO DO BRASIL NOS JOGOS OLÍMPICOS DE 1960/1964/1968 – QUADRO DE MEDALHAS

1960 ROMA	União Soviética	EUA	Itália	Brasil
Quantidade de medalhas conquistadas	103	71	36	2
Colocação BRASIL				39º de 45 países que conquistaram medalhas
1964 TÓQUIO	EUA	União Soviética	Japão	Brasil
Quantidade de medalhas conquistadas	90	96	29	1
Colocação BRASIL				35º de 40 países que conquistaram medalhas

1968 MÉXICO	EUA	União Soviética	Japão	Brasil
Quantidade de medalhas conquistadas	107	91	25	3
Colocação BRASIL				35º de 44 países que conquistaram medalhas

Fonte: www.quadrodemedalhas.com

Percebe-se que o desempenho das entidades representativas do Brasil em Jogos Olímpicos estava de certa forma comprometida, principalmente pela estrutura interna, fato este apontado pelo Diagnóstico. O documento apresenta indícios, de que as entidades representativas do esporte criadas pelo Decreto Lei 3199/41, estavam defasadas e com pouco desenvolvimento estrutural e técnico científico.

A estrutura esportiva brasileira, naquele momento, apresentava como entidade coordenadora de todo o desporto nacional o Conselho Nacional do Desporto (CND) e os Conselhos Regionais do Desporto (CRDs). Estes tinham sob a sua tutela as Confederações Desportivas, que por sua vez, respondiam pelas Federações Desportivas. Estas mantinham a base da organização desportiva comunitária, que era representada pelos Clubes (amadores e profissionais). (BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969, p. 225)

Com dados do Diagnóstico, o Brasil no ano de 1969 apresentava um total de dezessete Confederações Desportivas, ou seja, apenas dezessete modalidades desportivas estavam devidamente regulamentadas e em funcionamento no País. E, entre estas Confederações, apareciam algumas (motociclismo, paraquedismo, automobilismo, columbófila¹⁶), que não faziam parte do conjunto das modalidades olímpicas.

¹⁶ ESTATUTO DA FEDERAÇÃO COLUMBÓFILA BRASILEIRA; ARTIGO 4. - Na realização de seus objetivos, à FEDERAÇÃO COLUMBÓFILA BRASILEIRA compete: I) orientar, difundir, estimular e fiscalizar a criação e o emprego desportivo do pombo-correio; Disponível em <http://www.fcb.org.br/pagina.php?id=7> Acesso em 05/11/13.

Com relação às Federações, que seriam a entidade primeira na organização dos esportes dentro das Unidades Federativas, a conclusão do Diagnóstico, se apresenta com relação ao aspecto quantitativo, da seguinte forma:

[...] a comparação internacional oferece condições para discernir melhor a tendência das associações desportivas. Assim é que a Suécia apresentava em 1969 uma filiação de 14.578 entidades, ou seja, aproximadamente 60% a mais do que o Brasil em 1970, ao passo que o número de atletas/praticantes mostrava-se seis vezes maior. Isto poderia significar que no Brasil a dispersão populacional e o subdesenvolvimento – o que não ocorre no exemplo sueco – concorreriam para reduzir o número de atletas/praticantes num maior número de entidades desportivas. (BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969, p. 293)

Estes dados comprovavam a ineficiência da estrutura esportiva estabelecida para o esporte brasileiro, naquela ocasião. Porém, o governo já havia se antecipado ao resultado final do Diagnóstico, implantando algumas políticas, para redirecionar o esporte brasileiro. Desta maneira, percebe-se o dinamismo presente na elaboração de políticas públicas, o Diagnóstico, através de suas informações foi um elemento chave na sequência das ações governamentais. Algumas destas ações: Institucionalização dos Jogos Estudantis Brasileiros (Portaria n. 29 DEF/1969); Instituição da Loteria Esportiva Federal (Lei 594/69 – estabelecia recolhimento para o esporte do montante arrecadado); Obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis de ensino (alteração da Lei 4024/61); autorização para o MEC elaborar um Grupo de Trabalho para construir um Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação, que utilizaria os recursos da Loteria Esportiva Federal para a implantação de suas ações (Lei 64.905/69). (PINTO, 2003, p. 22).

Portanto, o governo militar reconhece no Esporte um mecanismo para atingir sua política de reconhecimento internacional. Utilizava-se do sistema de ensino, para a implementação uma cultura de competição, onde os mais fortes e aptos seriam os vencedores (Lei 6251/75). Coincidindo com o momento de desenvolvimento grandioso que o País atravessava. E acima de tudo, preparando os jovens sadios para a defesa da pátria.

É neste contexto que as políticas públicas para o esporte foram construídas e implantadas no Brasil, durante o período de domínio militar compreendido nos anos

70\80. Esta tentativa de alavancar o quadro esportivo brasileiro culmina com a Lei 6251/75, que com avanços e retrocessos tenta solidificar o novo paradigma para o esporte nacional e para a Educação Física de uma forma geral.

O Estado, que neste período é representado pelo regime militar, portanto, como uma forte ligação com o Esporte e a Educação Física (Forças Armadas), proporcionava através da Lei 6251/75, uma abertura para a iniciativa privada investir e participar de algumas decisões relacionadas ao Esporte brasileiro.

Porém, do outro lado, encontra-se a Sociedade Civil, organizada através da Associação dos Professores de Educação Física, da Associação dos Diretores de Escolas de Educação Física, dos Dirigentes dos Clubes de Futebol, dos Acadêmicos/Teóricos da área do Esporte que participaram ativamente do processo de elaboração de algumas políticas como membros (Plano de Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto; Diagnóstico Nacional da Educação Física e do Desporto) ou como críticos através de publicações principalmente na Revista Brasileira de Educação Física e de Desportos (1968 a 1984)¹⁷.

A Revista de Educação Física e de Desportos, foi um instrumento da Sociedade Civil organizada, que se tornou um canal de manifestações acadêmicas junto ao período do regime militar. Percebe-se esta situação já no seu editorial do Boletim nº 1, assinado pelo Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira onde dizia, “ a necessidade de renovação da Educação Física, a importância do professorado e a convocatória para um ‘esforço concentrado’ de todos os envolvidos com a Educação Física no Brasil, como se ela fosse uma *causa nacional*” (OLIVEIRA, 2009, p. 2)

As pessoas do Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, e do Professor Lamartine Pereira da Costa, ambos editores da referida revista, foram atores importantes no processo. Pois dentro do contexto da Educação Física e do

¹⁷ Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, periódico publicado de 1968 a 1984, pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. O primeiro número é editado no ano de 1968, então com o nome de Boletim Técnico Informativo, nomenclatura que perdura até o número oito, em 1969. Em 1970, passa a ser adotado o nome de Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, tendo sido publicados sob esta denominação, os números 09 (1970) e 10 (1971). No mesmo ano de 1971 até o ano de 1974, do número 12 ao 24, a nomenclatura foi novamente modificada, passando a chamar-se Revista Brasileira de Educação Física, para que finalmente, do ano de 1975 até a sua última edição, em 1984, compreendida do número 25 ao 53, a denominação passa a ser Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. (TEIXEIRA, s/d, p. 2)

esporte no Brasil na década de 70, os mesmos eram defensores da Educação Física como disciplina escolar e um esporte com mais acesso pela população e com conotações além do rendimento e competição. Tornando-se os portadores críticos das angustias da população acadêmica assim como da população em geral, em contraponto aos ditames do regime.

As relações de forças se acentuam conforme as políticas estavam sendo implantadas. O Estado militar, autoritário e tecnocrata estabelece uma característica particular na sua forma de construção das políticas públicas. Em alguns momentos estabelece o fechamento das mais diversas formas de manifestações e em outros momentos organizava-se e atendia demandas há muito tempo reclamadas pela população (OLIVEIRA, 2003, p. 155). E, é neste contexto, que as “relações de confronto, de coexistência, de cooperação estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação” (SOUZA, 2001, p. 13).

Esta relação fica clara nas manifestações e demandas decorrentes da VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física¹⁸, realizada em 1968, onde discorrem sobre reivindicações relacionadas à construção de uma política para os cursos Superiores de Educação Física. Outro evento que demonstra o posicionamento da Sociedade Civil, diante dos ditames do governo de regime militar, e que de certa forma pressionaram e estabeleceram algumas prerrogativas na constituição da Lei 6251/75, é o documento denominado de Manifesto, resultante do Encontro de Professores de Educação Física da Guanabara, realizado em 1972. Estabeleciam temas que se referiam a própria formação, valorização e capacitação profissional. Lutavam por uma Educação Física mais democrática e que atingisse toda a comunidade e não somente aqueles que possuíam os predicados dos grandes desportistas. (OLIVEIRA, 2003, p. 162 – 165)

Encontra-se também um claro e evidente embate de forças, no próprio Diagnóstico, que na sua conclusão apresenta as falhas e críticas ao Sistema Esportivo Nacional. Isso acontece devido à presença do Prof. Lamartine Pereira da Costa (único civil) no grupo constituído para desenvolvimento do Diagnóstico. Suas colocações,

¹⁸ Reunião realizada na cidade de Vitória – ES, de 1 a 7 de janeiro de 1968.

fazem com que o Estado reformule o seu corpo técnico, alterando a sua configuração administrativa relacionada aos mandos do Esporte e da Educação Física brasileira.

As conjunturas proporcionadas pelas políticas públicas nacionais estabelecidas e pela ideologia do nacionalismo exigiam algumas situações, como: Profissionais de Educação Física com formação técnica de alto nível; Estrutura esportiva (desde a escola – efeito modelo pirâmide esportiva – até o clube), composta por espaços e equipamentos apropriados para o desenvolvimento de atividades esportivas; capacitação dos dirigentes esportivos (Confederações, Federações e Clubes); regulamentação e investimento administrativos para amparar as Confederações de modalidades olímpicas; investimentos em aperfeiçoamento e intercâmbio de técnicos e atletas. Entre outras.

Porém, a estrutura decorrente de uma nação retrógrada no cenário esportivo, sendo que sua última legislação datava de 1941, não apresentava suporte para este novo paradigma esportivo. Muitas eram as deficiências, identificadas, inclusive pelo Diagnóstico Nacional da Educação Física e do Desporto. Algumas políticas foram implantadas para suprir as necessidades apresentadas por este novo modelo, como: A Lei 608/69 que trata da isenção de impostos de importação e de produtos industrializados para equipamentos destinados à prática do desporto; Resolução 2068 – fixa o conteúdo mínimo e duração para os cursos de Educação Física; entre outras. Mas todo o projeto vai ter uma nova configuração a partir do início dos anos 80, devido à falência do estado desenvolvimentista e a grande recessão econômica que vai assolar o Brasil.

Outro fator estruturante que influenciou todo o contexto é a própria trajetória do governo militar. Onde passa-se de um momento de alta censura (governo Médici) para um governo do General Geisel, onde a preocupação segundo Codato (2005, p. 5) era estabelecer a ordem interna aos militares e “também tornar a ditadura militar menos conservadora politicamente”. Com isso, a Sociedade Civil, deixa o foco de concentração e construção nas organizações dos profissionais de Educação Física e passa para dentro das empresas privadas, devido as mesmas começarem a ter algumas aberturas no que se refere a patrocínios e outros investimentos, no esporte de rendimento. Alterando, de certa forma, a estrutura vigente.

Com esta análise de conjuntura, tentou-se expor as situações e condições em que as políticas públicas para o esporte, foram constituídas e implantadas no Brasil, nos anos 70\80. Durante este período surge a Lei 6251/71 que vai tratar das recomendações para o esporte Brasileiro e traz no seu contexto reflexos do período em que foi implantada. Porém, dita as normas esportivas para a maior parte do período selecionado para este trabalho, fazendo desta legislação um elemento importante para o entendimento da relação com as políticas públicas estaduais e municipais, que estarão presentes na implantação da Secretaria de Esportes e Recreação em Ponta Grossa. Portanto, destina-se um espaço próprio para a análise da mesma, já em um viés gramsciano, pois é este “olhar” que será utilizado para apreensão do objeto de estudo deste trabalho.

2.2 A LEI 6251\75: Um avanço ou um retrocesso para o esporte brasileiro?

A legislação é resultado de uma demanda política, social ou econômica, ou mesmo da união destas três dimensões. A Lei 6251\75 teve sua construção e promulgação, durante um período em que o Brasil estava sob a tutela do regime militar. Portanto, os fatores conjunturais da época compreendida no governo do Gen. Ernesto Backmann Geisel (1974 – 1979), serão primordiais para o entendimento do conteúdo exposto na legislação em questão.

A fase do governo Geisel, também denominada de período da “distensão” segura e gradual, foi relativa a ação do Presidente em assumir o governo com um discurso de liberalização do regime. Portanto, pode-se dizer que tem início nesta etapa, o processo democrático no Brasil pós regime. Algumas medidas tomadas pelo então presidente, dão sinais desta liberalização: a revogação parcial da censura à imprensa e a valorização das eleições legislativas de 1974, demonstram que o discurso estava sendo colocado em prática (KINZO, 2001).

Porém, as iniciativas de liberalização tinham um foco bem definido. O governo militar estava iniciando um “processo” de abertura, mas dentro ainda de um “projeto” de governo autoritário. Na verdade, era uma situação de “institucionalização da vida política sob o controle do regime militar. O objetivo era atingir a ‘normalização

institucional', que significava liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária, mas para institucionalizá-la. " (DURIGUETTO, 2007, p. 138)

Este projeto de democratização, já havia sido definido, pela ala mais moderada das forças armadas, desde a posse do Gen. Castelo Branco em 1964 (CARVALHO, 2005). No ano de 74, o resultado das eleições legislativas aponta para uma vitória do partido da oposição Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Isso fez com que Geisel, mais adiante, venha a tomar medidas autoritárias, como a cassação de alguns opositores, demonstrando que a liberalização estava posta, mas com limites.

A democracia proposta para se atingir com a abertura política, em uma intervenção de Cardoso¹⁹, seria caracterizada como uma democracia-liberal, onde “sua atenção concentra-se na possibilidade de institucionalização de um sistema político que viabilizasse a organização dos interesses sociais na Sociedade Civil e da abertura de canais para sua expressão e incorporação no aparato social” (DURIGUETTO, 2007, p. 142-143). Esta definição causa uma inquietação teórica, pois restringe à Sociedade Civil²⁰ o papel de ser um espaço apenas de canais de negociação com o Estado e não de luta.

Um dos fatores que levou à prática da política de liberalização, está relacionado aos conflitos internos à instituição militar. Após assumirem o controle em 64, os militares levaram a política para o interior da instituição. Desta forma, as características da luta pelo poder-controle, colocaram em xeque a estrutura hierárquica da instituição e os propósitos constitucionais inerentes à caserna. Todo o processo de liberalização provocou desconforto na ala da linha-dura militar. Fazendo com que Geisel, tomasse medidas para conter estas manifestações do outro lado, “reagiu à radicalização dos militares da linha dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, nas dependências dos órgãos de repressão. ” (Kinzo, 2001, p. 5).

¹⁹ Alguns intelectuais foram destacados para assinalarem aos Militares algumas vantagens da democracia para o sistema. Entre eles estava Fernando Henrique Cardoso, com o artigo intitulado “A Questão da Democracia”, publicado em 1975.

²⁰ O conceito de Sociedade Civil será discutido de uma forma mais detalhada em outro momento deste trabalho (Capítulo 1; item 1.1.3)

Outro aspecto conjuntural essencial, para a construção do cenário do período em questão, refere-se ao fator econômico. O Brasil chega em meados de 1973, endividado, com uma economia indexada, dolarizada, gigantescas obras públicas inacabadas, ou seja, caminha-se para a crise (MARTINS, 2004). Esta crise, incia-se com características bem definidas, ou seja, é decorrente de oscilações internacionais e nacionais dos aspectos econômicos. Mas seu desfecho se dá para uma crise com potencial transformativo, que “envolve desafios ao próprio núcleo da ordem política e social” (HELD, 1987, p. 208).

A crise colocada apresenta uma conotação genuinamente econômica, apesar que paralelo a ela, existir uma crise institucional militar. São situações conjuntas, porém desvinculadas. Portanto, esta crise não é orgânica, pois não desestabiliza o bloco histórico. Pode-se entender como crise orgânica, aquela que “é uma ruptura entre a estrutura e a superestrutura. É a consequência das contradições agravadas com a evolução da estrutura e a ausência de evolução paralela da superestrutura” (PORTELLI, 1977, *apud* CAVALCANTE, 2001, p. 41).

Bloco histórico é a articulação interna da estrutura com a superestrutura. Esta articulação orgânica e a presença do intelectual é que mantém a harmonia do bloco histórico. “Para manter a ligação orgânica entre esta base socioeconômica e a superestrutura ideológica e política, para Gramsci, é fundamental a participação de uma camada específica da população: a intelectualidade.” (CAVALCANTE, 2001, p. 40).

Com isso, no início do governo Geisel, o Brasil apresenta-se com seu sistema econômico falido (estrutura). No entanto, segundo Kinzo (2001), Geisel tomou iniciativas contrárias de muitos países que estavam na mesma situação. Ou seja, todos foram na direção de uma contração econômica. Por sua vez, o Brasil apostou em um ambicioso plano econômico do modelo de substituição de importação de matéria prima e de bens de capital. Esta iniciativa, agravaria mais ainda a crise econômica brasileira.

Resumidamente, este é o cenário político – econômico que o Brasil se encontrava, no período de elaboração e promulgação da Lei 6251/75. Um cenário de abertura política, com restrições, que demandaram graves problemas internos,

principalmente à instituição militar. E economicamente, um estado de incertezas de crise internacional e nacional.

A preocupação do governo militar em se posicionar internacionalmente como um país desenvolvido, vencedor, em crescimento em todos os setores é fonte marcante no desenvolvimento das políticas públicas para o esporte na década de 70. Esta “visão” do esporte, levando em consideração a manifestação “esporte competitivo” é refletido no conceito para desporto apresentado pela Lei 6251\75, onde no seu art 2º define, “Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva exercitada segundo regras pré-estabelecidas.” (BRASIL, Lei 6251\75).

A utilização do conceito de esporte construído através do Diagnóstico e incluso na Lei, ou seja, o esporte rendimento como reconhecimento legal, transforma este fenômeno em objeto da ideologia do regime vigente. O sucesso nas quadras e pistas internacionais passa a imagem de que o sistema é tecnicamente forte e eficaz, pois, “Isso favorece um tipo de apropriação do atleta, elegendo-o como representante do sistema (todo o ritual olímpico favorece esse processo - hinos, bandeiras, etc.). ” (BRACHT, 1997, p. 73). A imagem do atleta se confunde com o sentimento nacionalista, se ele é um vencedor, qualquer membro da comunidade também o pode ser. E o sistema oferece esta oportunidade.

Dentro do plano político, esta atitude de utilização do esporte como propaganda do sistema, é parte de uma estratégia de implantação de um modelo de desenvolvimento, que tem por objetivo centralizar o foco nas expressões de “plano de ‘eficácia’, do ‘crescimento’, do ‘milagre econômico’ promovidos pelo regime”. (DURIGUETO, 2007, p. 137)

As políticas públicas implantadas neste período, traduzem no seu processo de elaboração, implantação e em seus resultados, formas do exercício do poder político: envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. A definição de poder fica evidenciada no Art. 43 da Lei 6251/75, quando determina a composição do CND. Este conselho é composto por onze membros, sendo que destes, oito serão escolhidos pelo Presidente da República. Os cargos restantes, distribuídos entre um

representante do comitê olímpico, um representante das Confederações Esportivas e um membro responsável pela Educação Física, pertencente ao MEC. Ainda no mesmo artigo, no seu § 4º estabelece que além do Presidente da República nomear os oito componentes o mesmo também determinará, dentre estes oito, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho. Ou seja, o governo sempre terá a maioria no Conselho, assim como, o mando legal do mesmo. Desse modo, a política de abertura proposta pelo governo Geisel é contemplada e a participação da Sociedade Civil é presente, porém, sem possibilidade de ascender ao poder.

O poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há a necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002). Assim, o poder surge como elemento chave no processo de elaborações de Políticas Públicas. Porém, Bobbio, coloca a necessidade de avançar de um modelo representativo para um modelo de democratização da sociedade, onde a tomada de decisões esteja mais próxima da população. “Pois não obstante a plena aceitação do princípio democrático e o elogio da democracia representativa como a melhor forma de governo, o ideal da democracia perfeita está ainda bem longe de ser alcançado” (BOBBIO, 2000, p. 71). E assim, as mediações se construíram para a elaboração da referida legislação, levando em consideração uma fase de abertura democrática, presente no momento.

A elaboração da Lei 6251\75 foi permeada por algumas situações de participação da Sociedade Civil, como a elaboração do Diagnóstico, que foi realizada ouvindo os representantes esportivos, professores, atletas entre outros atores. Outra ação popular foi o Encontro de Professores de Educação Física da Guanabara. Lutavam por uma Educação Física mais democrática e que atingisse toda a comunidade e não somente aqueles que possuíam os predicados dos grandes desportistas. (OLIVEIRA, 2003, p. 162 – 165).

Estas manifestações da Sociedade Civil, estão parcialmente refletidas na Lei, quando em seu Art. 5º apresenta os seguintes objetivos:

- I - Aprimoramento da aptidão física da população;
- II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;

III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;

IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;

V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer. (BRASIL, Lei 6251\75, Art. 5º)

A reivindicação de estender o esporte a um maior número de pessoas, também está regulamentada na Lei no seu Art. 10, onde define as formas de organização do desporto nacional, apresentando-o quatro grandes áreas: a comunitária, estudantil, militar e a classista. Mas ao mesmo tempo em que atende a reivindicação popular, estabelece um sistema de controle sobre estas categorias organizacionais da prática esportiva. Antes as mesmas não eram reconhecidas, agora, porém, são reconhecidas e controladas. Portanto, na análise de processos desta natureza, como aqui identificado na construção da legislação, é necessário perceber as matrizes de interesses e lutas “invisíveis”, tão presentes e atuantes como em qualquer outro espaço de definições e implantações de políticas públicas.

Ainda em relação à participação da Sociedade Civil na construção de políticas, Werle (2010) vem reafirmar a necessidade e a importância desta ação nas transformações sociais reivindicadas. Dessa forma, a autora apresenta que, quando a intervenção civil se efetiva, traz consigo aspectos positivos, como o controle e a fiscalização de obras e serviços públicos, as reivindicações por igualdades de condições, bem como a construção de políticas públicas que estejam realmente em acordo com a realidade, necessidade e vontade de cada comunidade, desta forma maximizando seus resultados. O que estava longe de acontecer nos propósitos apresentados pela legislação aqui analisada.

Para o regime militar a participação da Sociedade Civil limitava-se a reivindicar, ainda que vigiada, porém o controle e a fiscalização cabiam ao Estado. Esta determinação de um Estado intervencionista é legalizada quando, para o esporte comunitário,

Art. 17 Caberá ao Conselho Nacional de Desportos fixar os requisitos necessários à constituição, organização e funcionamento das confederações, federações, ligas e associações desportivas, ficando-lhe reservado, ainda,

aprovar os estatutos das confederações e federações e suas respectivas modificações. (BRASIL, Lei 6251\75)

Para o esporte estudantil,

Art. 29. Caberá ao Ministro da Educação e Cultura, ouvido o Conselho Nacional de Desportos, fixar o sistema de organização e as normas de funcionamento da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, das Federações Desportivas Universitárias e das Associações Atléticas Acadêmicas, todas integrantes do Sistema Desportivo Nacional. (BRASIL, Lei 6251\75)

Nesta mesma percepção, os poderes do CND continuam na intervenção na estrutura da Política Nacional da Educação Física e do desporto, passando pela promoção de medidas que mantenham a ordem, a justiça desportiva e a disciplina no desporto nacional. Também tem ingerência sobre o desporto profissional, assim como, decide em que competições internacionais as equipes podem ou não participarem. Normatiza os regimes econômicos e atividades financeiras das entidades esportivas. Estes são apenas alguns dos doze itens do Art. 42 que define as competências do CND. Fica evidente desta forma, o controle por parte do Estado no esporte nacional, onde o mesmo administra todas as demandas inerentes as entidades desportivas e regula desde as suas funções financeiras até mesmos suas participações em competições. Neste ponto a Lei reflete o autoritarismo presente na sua construção, o que não coaduna com a proposta de abertura política, presente no discurso oficial do Presidente da República.

O controle presente na ditadura, reflete a uma dominação da classe militar sobre o aparelho estatal, porém isso não faz dela uma classe dirigente. Ou seja, controlar a esfera política não traz para a classe a condição de esta ser hegemônica. (DURIGUETO, 2007, p. 131).

Hegemonia aqui entendida como aquilo que “expressa à direção e o consenso ideológico (de concepção de mundo) que uma classe dos grupos próximo ou aliados” (DURIGUETO, 2007, p. 59). Assim, a classe que pretende ser hegemônica tem que trabalhar com as demais classes subalternas ao sistema, e conciliar os interesses destas, na forma que se fortaleça e ao mesmo tempo seja representativa deste

conjunto. Esta ação se reflete em uma tentativa dos militares em uma singela aproximação com a Sociedade Civil, para a construção da legislação aqui discutida. Porém, ao final do processo, ainda permanece o controle das ações sobre a tutela do Estado, ou, da sociedade política.

Em Gramsci a sociedade política, tem como função empregar seus meios para a dominação de uma classe. E esta dominação é realizada utilizando-se de um conjunto de Aparelhos de Coerção e Repressão (aparato policial e militar, sistema judiciário e administrativo) por parte da classe hegemônica.

Utilizando-se dos conceitos de Estado e Sociedade Civil, que estão atrelados às considerações Gramscianas, entende-se que o Estado é formado por duas esferas – Sociedade Civil e sociedade política. Onde a Sociedade Civil é esfera da disputa da hegemonia e do consenso, e a esfera política é o Estado *strictu senso* ou Estado Coerção. (MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L., 2010, p. 44).

A esfera da Sociedade Civil é a esfera das mediações do exercício de dominação de classe pelo exercício do convencimento. Ela é composta pelos Aparelhos Privados de Hegemonia, que nada mais são que os organismos sociais aos quais o sujeito se adere voluntariamente, e estas organizações representam os diferentes interesses destes atores ou classes. Portanto em Gramsci não se abandona o conceito de lutas de classes para se definir Sociedade Civil. “Não há isolamento com o mundo da produção”, a Sociedade Civil é o solo fértil das reivindicações de uma classe, onde ocorrem os conflitos de interesses e ao mesmo tempo em que se forjam as agregações, para fortalecer a luta contra a exploração de uma classe pelo capital. (MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L., 2010, p. 45).

Ou seja, “a Sociedade Civil gramsciana faz parte do Estado (superestrutura), que por sua vez é permeado por interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica.” E, portanto, “A Sociedade Civil expressa à articulação dos interesses das classes pela inserção econômica, mas também pelas complexas mediações ideopolíticas e socioinstitucionais” (COUTINHO, 1992, p. 73 apud MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L., 2010, p. 46).

Portanto, para Gramsci (2000, p. 331 apud MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M.L., 2010, p. 45), o “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas, com

as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”.

Percebe-se que existe o controle do Estado por parte dos militares, como classe dirigente, isso fica bem claro nas ingerências colocadas na Lei 6251\75. Porém a Sociedade Civil está presente, através dos Aparelhos Privados de Hegemonia, representados pelo Encontro de Professores de Educação Física da Guanabara e da Revista Brasileira de Educação Física, caracterizando assim, um espaço, “como palco de um pluralismo de organismos coletivos ditos ‘privados’ (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação, etc.)” (DURIGUETO, 2007, p. 55)

A presença dos Aparelhos Privados de Hegemonia e sua aceitação, só é possível no governo Geisel, por ser um período de distensão e de abertura política. Nos dois governos anteriores ao dele, principalmente no governo Médici, o braço da linha dura da ditadura impedia qualquer tipo de manifestação, participação e principalmente reivindicação por parte da Sociedade Civil.

Porém, as manifestações públicas relativas ao esporte, eram reivindicações isoladas. A classe de esportistas, professores de Educação Física e dirigentes esportivos ainda não atingiram o processo de “catarse²¹”. Pois, ainda estavam no estágio de consciência corporativa e particularista, ou seja, da “classe em si”, portanto, sem atingir a hegemonia de classe. Pois, “A superação do interesse e imediatos de diferentes grupos sociais pela mediação de um movimento ‘catártico’ de uma formação ético-política universalizadora é o que confere concretude à noção de hegemonia. (DURIGUETO, 2007, p. 61)

Ainda sobre a Lei 6251\75, que tem como propósito “alavancar” o esporte nacional, a mesma se constituiu em uma legalização do controle do Estado sobre um fenômeno social. A lei é composta por 52 artigos, muitos dos quais já discutidos neste texto. Entretanto, é necessária uma argumentação mais detalhada sobre esta legislação, para uma interpretação realmente comparativa com o regime militar imposto na época estudada.

²¹ Ver definição p. 67 deste trabalho.

O Estado tornou-se o maior financiador do esporte. Em seus artigos 7º e 8º, além de legalizar a indicação do mesmo como a fonte de recursos, também o elege como administrador destes. Desta forma marginalizava as entidades privadas que por ventura desejassem investir diretamente no esporte. O Estado assim, assumiu o financiamento do esporte nacional em um período que beirava a crise econômica da nação. Caracterizando o envolvimento da entidade esportiva com o Estado na situação esplanada por Bracht (1997, p. 77) “O Estado dá às organizações esportivas um reconhecimento público e as vezes as sustenta, mas em troca delega-lhes funções públicas(...)”, e continua “Para obter recursos públicos federais para questões do esporte, a associação precisa estar vinculada à organização esportiva reconhecida pelo Estado.” Assim, com esta atitude de controlar o financiamento, o Estado controla quem pode e quanto pode destinar a determinadas entidades esportivas.

A divisão em Desporto Comunitário (Art. 11 ao Art. 22) refere-se ao desporto profissional, amador, comunitário e ao Comitê Olímpico Brasileiro. Regulamentava principalmente as entidades esportivas no âmbito de sua organização (Confederações, Federações e Ligas). Com esta legalização, impedia a formação de entidades diferentes daquelas reconhecidas pelo CND. Ou seja, mantém sobre a sua custódia quem entrava e quem saía do processo.

Para as demais categorias (Estudantil, Militar e Classista) as características são as mesmas. O regime reconhecia as categorias, mas ao mesmo tempo as dominava através da regulação de suas atitudes. Percebe-se que mesmo sendo controlada, a Sociedade Civil estava presente e se fortalecia dentro das categorias apresentadas. Estabelecendo desta forma, a esfera pública aqui como sinônimo de Sociedade Civil dentro da superestrutura, que reivindicava suas necessidades perante a esfera política, ou, o Estado. Inicialmente a intenção presente no contexto da Lei não era esse, porém, acabou sendo um avanço em termos de formação de categoria.

O último capítulo da Lei, “Medidas de Proteção Especial aos Desportos”, refere-se a questões fiscais e regulamenta a Loteria Esportiva como órgão financiador do esporte para determinados momentos. Retorna a Lei nas questões de financiamento do esporte. Situação semelhante aos dias atuais, entidades esportivas dependentes dos benefícios fiscais sejam eles de ordem federal, estadual ou municipal. Bracht (1997, p. 77) chama isso de estrutura neocorporatistas e afirma que “Talvez

exatamente em função dessa característica, parece que setores da organização esportiva no Brasil não estão interessados em romper com as estruturas que a vinculam, que a ligam ao Estado. ” Justificando desta forma nos dias de hoje, a dependência de muitas entidades esportivas junto as esferas governamentais.

A Lei 6251\75 apresentava uma sucessão de avanços e retrocessos com relação às políticas anteriores a ela. A legislação apresentava características que demonstram claramente a influência do momento político brasileiro. Existia uma abertura, mas é feita com restrições. O regime militar proporcionava alguns momentos de liberdade e reconhecimento dos anseios da Sociedade Civil, mas ao mesmo tempo, mantinha o poder sobre os pontos mais importantes.

Em seu formato geral, a política pública regulamentada pela Lei 6251\75 apresentava um caráter mais autoritário do que de liberalização. Próprio do regime e do contexto político/econômico (com algumas restrições) da época. Como o discurso era o da distensão segura e gradual, a legislação em questão aproxima-se deste contexto.

Encerrada a discussão desta política pública para o esporte (Lei 6251/75), inicia-se uma abordagem na outra ponta do processo, ou seja, a promulgação da CF de 1988. Esta Carta, chamada de Constituição Cidadã, tinha no seu conteúdo em especial para o esporte (Art. 217), a obrigatoriedade do Estado em promover o esporte, o lazer a todos os cidadãos. Referindo-se ao esporte nas dimensões de participação, educação e rendimento. Fato este, novo, pois até então, o Esporte era visto apenas na dimensão do rendimento. Fica a sua redação final da seguinte forma,

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

A construção desta “Carta” remete a um momento de intensa participação popular. A Sociedade Civil através de seus mecanismos privados de hegemonia obteve a concessão de inserção no processo. Porém a sociedade esportiva não aproveitou o momento e não encaminhou suas sugestões às subcomissões designadas para tal, tendo o seguinte saldo negativo “Das 288 entidades citadas no primeiro volume das emendas parlamentares e das 122 emendas propostas por estas entidades, nenhuma era diretamente vinculada ao setor esportivo.” (VERONEZ, 2005, p. 268).

Desta forma, coube a outros setores, agora também vinculados a sociedade política e da elite esportiva, o trabalho de encaminhamento de sugestões. Resultando disso, a predominância dos interesses particulares, ou seja,

Mais do que isso, foi o logro do principal interesse dessa fração de ver garantido nesse artigo sua principal reivindicação, qual seja a de desestatizar as entidades esportivas, garantindo-lhes autonomia de organização e funcionamento. Em seu conjunto, o Artigo 217 influenciou a ação estatal no esporte desde então, especialmente por ter estabelecido um novo padrão de relacionamento entre o Estado e esse setor e pelas prioridades que nele ficaram estabelecidas, como, por exemplo, a obrigatoriedade de utilização de recursos públicos no esporte educacional. (VERONEZ, 2005, p. 269)

Em uma análise um pouco mais detalhada do referido artigo, percebe-se que realmente a almejada autonomia é alcançada, com relação a sua organização e funcionamento, porém como alerta Varonez (2005, p. 264),

De modo conveniente, as entidades envolvidas desconsideravam outros artigos da Constituição que normatizavam as relações privadas e as funções do próprio Legislativo, que, além de sua função legiferante, exerce também funções que lhe são inerentes, como a função eleitoral, a função administrativa, a função de controle e a função investigativa.

Portanto, a autonomia descrita no art 217, não pode ser entendida como situação final, dentro dos direitos e prerrogativas constitucionais. Tem-se que levar em consideração os demais artigos que constituem a CF 88. Assim, por mais “autonomia” que seja estipulada, o Estado ainda mantém o controle. Ou seja, por mais que as lutas entre as esferas Sociedade Civil e sociedade política existentes dentro

do Estado Ampliado de Gramsci continuem interpolando-se na busca das conquistas e espaços, o que ainda se percebe, é a presença forte do Estado. Mas apesar desta constatação, avanços foram percebidos através desta legislação, como o já citado direito de todos à prática desportiva, assim como, o incentivo a promoção do lazer.

Porém, em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, outros artigos da referida “carta” se tornam interessantes. Como: “*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

IX - educação, cultura, ensino e desporto;” (BRASIL, 1988, p. 10)

Então, a partir deste momento é dada às três esferas administrativas a prerrogativa de legislar sobre as questões esportivas. Dando uma relativa autonomia para estas estâncias, proporcionando o estabelecimento de políticas públicas esportivas próprias, o que ampara legalmente a criação de Secretarias, departamentos esportivos, etc. Desta forma,

Este fato fez com que artigos referindo-se ao esporte e ao lazer fossem incorporados nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais, sendo considerados, por aqueles que protagonizaram o processo de constitucionalização do esporte, o principal acontecimento no setor esportivo no período que sucedeu a promulgação da CF de 1988. (VERONEZ, 2005, p. 286)

Porém, apesar dos avanços encontrados na CF 88, duas situações impedem de se concretizar o que preconiza o Art. 217. A primeira refere-se ao fato de que o governo apresenta uma proposta de política esportiva tendenciosa, voltada para o atendimento das populações mais pobres e vulneráveis e não compreende o verdadeiro valor social do esporte, que por si só, já justifica investimentos, desta maneira o “esporte foi tendencialmente concebido no âmbito das ações públicas como elemento acessório, complementar e substitutivo às políticas desenvolvidas em outros setores, considerados [...] mais importantes” (VERONEZ, 2005, p. 62). Esta situação acarreta uma interpretação cultural utilizada até os dias de hoje,

Nesse sentido, consolida-se na esfera esportiva, no senso comum e na agenda governamental, uma retórica estéril, demagógica e populista na qual o esporte é justificado, percebido e admitido como elemento de política pública, porém, como um instrumento mediador de enfrentamento, diminuição e de eliminação de problemas sociais, enfim, de “promoção social” e, mais atualmente, como estratégia de inclusão social. (VERONEZ, 2005, p. 62).

A segunda situação, diz respeito à falta de mão de obra especializada e de estrutura esportiva ideal para a promoção do esporte, dentro dos ditames da CF 88. Fatos estes que o governo ignora e procura opções que irão beneficiar o esporte rendimento, pois,

Preferiu-se criar mecanismos legais que possibilitaram repasses de recursos diretamente à iniciativa privada para promoção exclusiva do esporte elitizado, seletivo e de alto rendimento, isto é, no esporte que “dá visibilidade”, que atrai o interesse do público e, conseqüentemente, da mídia, que por sua vez de vendê-lo, por ser passível de espetacularização, como mercadoria altamente valorizada. (VERONEZ , 2005, p. 63).

Percebe-se desta forma uma falha na implantação da política pública: o que se observa foi um mascaramento da situação, onde o Estado na sua concepção Liberal, apresenta uma circunstância de impossibilidade de atender a demanda e passa para ao setor privado esta responsabilidade.

Segundo, Veronez (2005, p. 62),

No Brasil, no período abarcado por este estudo, a cidadania foi contra restada pela adesão do governo a políticas econômicas neoliberais e pela inserção subalterna ao fenômeno da globalização. Mais do que isso, ela foi reificada, reduzindo a condição de cidadão à de consumidor, situação congruente com a necessidade dos ajustes propostos pelas agências econômicas internacionais.

No contexto apresentado até o momento deste trabalho, o indivíduo, dentro da perspectiva esportiva, não teve a condição de cidadão, as condições de igualdades de acesso e de participação não foram privilegiadas ou mesmo respeitadas. Esperava-se com a CF 88 que isso fosse contemplado na prática, mas o que se viu, foi a continuação de um processo excludente e elitista, em que o cidadão é visto como mero consumidor e reproduzidor da ordem capitalista vigente.

Finalizando este capítulo, percebe-se dois momentos distintos para o Esporte. O primeiro caracterizado por um Estado interventor, onde direcionava e controlava as ações do esporte e das entidades vinculadas a ele. E, o segundo conforme a CF 88, o Estado “mascara” uma situação e faz com que a sociedade comece a assumir

funções, antes previstas na Legislação para ele, caracterizando a presença de uma abertura ao setor privado.

A conclusão no parágrafo anterior é referente a condição das políticas públicas para o esporte em nível nacional. Como a proposta inicialmente é discutir uma situação macro para gradativamente se deslocar para o objeto de estudo deste trabalho, ou seja, a discussão das políticas públicas que balizaram a implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa, é necessário a partir de agora, resgatar um panorama das políticas públicas da esfera estadual.

CAPITULO 3

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ

A contextualização econômica do Estado do Paraná, é necessária, devido ao fato de que existiu uma grande alteração na estrutura produtiva no mesmo. No final dos anos 60, o Estado do Paraná preparava-se para enfrentar um desenvolvimento econômico sem precedente. Segundo, Lourenço (1999, p. 3), o “Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em 1968, possibilitou o aporte de recursos para a construção da infra-estrutura básica do Estado, reunindo os requisitos físicos e financeiros para o *boom* econômico da década seguinte”. Preparando, desta forma, o Paraná para acompanhar o grande desenvolvimento que o Brasil teria nos anos 70.

Nos anos 70 o Paraná deixou de ser um Estado com sua economia baseada na agricultura e passou para um patamar de desenvolvimento industrial muito elevado:

Vemos que, decorrida uma década, enquanto a renda interna da agropecuária teve seu patamar de 1970 multiplicado por cerca de duas vezes e meia, a indústria veria sua renda interna crescer 480%. A diferença no ritmo de expansão dos setores foi responsável pela alteração do tradicional quadro da economia paranaense, que contava com uma participação da agropecuária superior à parcela da indústria. (FUNARI, 1999, p. 87)

Neste período o Estado do Paraná atrai grandes empresas como a New Holland, a Phillip Morris, a Robert Bosch, a Volvo entre outras. (LOURENÇO, 1999).

Este desenvolvimento proporciona uma migração da população rural para as cidades. Com as populações urbanas em franco crescimento, além de outras necessidades, surge uma demanda de programas esportivos e de lazer. Assim, a presença do Estado como órgão condutor da estrutura esportiva, se faz mais incisiva e necessária.

Já na década de 80, no que tange a economia nacional, foram anos de recessão total e de aceleração da inflação, sendo chamada de década perdida.

Mesmo assim, o Estado do Paraná apresenta um continuo crescimento, menor em relação aos anos anteriores, porém, maior que a média nacional.

O crescimento verificado entre 1980 e 1989, apesar de superior à média brasileira, foi bastante inferior ao registrado na década anterior. De modo similar ao que foi constatado para o país, a primeira metade da década registrou as menores taxas de crescimento, tendo o Paraná crescido entre 1980 e 1984 à taxa média anual de 3,7% contra 1,3% do Brasil. Na segunda metade da década houve recuperação, com o Paraná crescendo a 7,8% anuais entre 1985 e 1989, ao passo que a taxa do PIB brasileiro foi de 4,4% ao ano. (FUNARI, 1999, p. 90)

Portanto, o Estado do Paraná mantém uma economia estabilizada mesmo em um período de transição política, ou seja, no período em que se tem início o processo de democratização do Brasil. Mezzadri (2004), esclarece que no início da abertura democrática no país, instaurada na década de 80, uma das propostas mais defendidas era o aumento da participação da sociedade nas ações tomadas pelo governo.

Feito a contextualização financeira do Estado do Paraná, mesmo que de forma rápida, porém necessária, é preciso voltar um pouco no tempo para se dar início ao entendimento das políticas esportivas estaduais. No Estado do Paraná no final da década de 60, eventos esportivos como os Jogos Universitários, Jogos Abertos, Jogos Militares e os Jogos Infantis estavam sendo organizados e incorporados pelo governo no interior da sociedade. Como exemplos, destas ações temos: a primeira edição dos Jogos Abertos do Paraná em 1957, na cidade de Londrina; nas cidades do Estado inúmeros eventos vinham surgindo, utilizando o mesmo modelo do governo estadual e federal. A estrutura esportiva do Estado Paraná, antes regida pelos clubes e associações, passa a ser estabelecida e comandada pelo governo. (MEZZADRI, 2000, p. 74)

Portanto, a estrutura clubista, dominante desde os anos 50, vai enfraquecendo em decorrência da absorção por parte do Estado da estrutura esportiva.

Durante a década de 70, as propostas para o esporte foram se tornando cada vez mais abrangentes e o Estado cada vez mais presente na vida cotidiana dos indivíduos. Solidificando sua intervenção, o Estado agora não mais regulamentava somente o esporte de rendimento, tinha um controle também sobre o tempo livre e estava inserido definitivamente no ambiente escolar. E isso ocorre no momento em

que a prática da atividade física, através do esporte ou da educação física escolar, é entendida com importantíssima pelo governo, pois correspondia ao período militar.²²

Segundo Mezzadri (2000, p.76), o Estado percebe que existe ainda uma lacuna da sociedade a ser atendida. Lacuna esta, que corresponde àquela parcela que não praticava o esporte de rendimento, portanto, faltando apenas este nicho a ser observado. Com esta clientela, o Estado teria o controle total sobre a estrutura esportiva do Paraná. Isso fica evidente na proposta do governo estadual para o esporte, na gestão do Sr. Ney Aminthas de Barros Braga (1979-1982), quando o objetivo era o da difusão da prática esportiva em todos os setores. Este governo apresentou como meta, a divulgação de modalidades esportivas, através do esporte estudantil e de competição.

Entretanto, os relatórios dos anos de 1980 e 1981²³ demonstram que da teoria à elaboração e execução da prática de projetos, a diferença é muito grande. Fica claro nestes documentos, que a intervenção do Estado nos três níveis propostos – tempo livre, escolar, competição -, é presente. Mas, também é verificada uma grande tendência na execução dos projetos, visando o esporte competição. As outras duas vertentes recebem a assistência, mas não como o interesse dispendido para o esporte de resultados. (MEZZADRI, 2004, p. 81).

No governo do Sr. José Richa (1982-1986), a estrutura esportiva era sustentada por três premissas básicas: a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria das condições de vida. Nesta gestão foram criados os Conselhos Municipais do Esporte. Desta forma existe uma tentativa de aproximação entre o Estado e a Sociedade Civil. Observa-se que o período desta tentativa de

²² “Segundo uma interpretação corrente na historiografia, o esporte, aliado à interferência governamental no desenvolvimento da educação física escolar, tornava-se referência praticamente exclusiva para a prática de atividades corporais no plano mundial, seja dentro ou fora da escola. Isso teria ocorrido, em parte, porque numa certa perspectiva o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode responder de forma bastante significativa aos anseios de controle por parte do poder, uma vez que tende a padronizar a ação dos agentes educacionais, tanto do professor quanto do aluno;” (OLIVEIRA, 2002, p. 53)

²³ Os relatórios de 1980 e 1981 são documentos sobre atividades esportivas, apresentados pela Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, no Governo de Ney Braga. Para maior entendimento ver pg 79 – 80. MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. 2000, 169 f. Tese (Doutorado Faculdade de Educação Física) da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

aproximação, corresponde ao o que antecede a CF 88. Desta maneira, as políticas públicas estaduais estavam em consonância com a nacional.

Encontramos aqui uma relação do Estado, numa visão Gramsciana que detém no seu interior as duas instituições, tanto a sociedade política como a Sociedade Civil. E a segunda, através do consenso, deve refletir a vontade geral e assim exercer o poder sobre a sociedade política e só então poder lutar por conquistas. Porém, neste caso específico, tinha-se uma sociedade despreparada para tal incumbência, pois estava saindo de um período de ditadura militar e, portanto, sem o hábito de trabalhar nesta perspectiva do diálogo. Assim os consensos não surgiram e o Estado, através de sua sociedade política, continuava a dominar a estrutura esportiva. Processo esse semelhante, ao que aconteceu com as entidades que deveriam ter uma participação no envio de sugestões às subcomissões da CF 88, como já discutido anteriormente aqui neste trabalho. Ou seja, a hegemonia das classes dominantes continuava sem sofrer oposições.

Em consonância com a abertura política nacional, os ditames democráticos do esporte paranaense começam a ser desenhados após o pleito eleitoral para Governador, realizado em 1986. A nova administração Estadual vai implantar uma Secretaria Especial para tratar especificamente de assuntos relacionados ao Esporte. Assim o Esporte começa um novo ciclo, onde a partir deste momento possui uma estrutura e uma representação política própria. Com elaboração de propostas governamentais e abertura para debates com a comunidade. (MARTINS, 2004).

Portanto, o Estado do Paraná através de sua sociedade política começa a ter outros entendimentos em relação ao esporte. “O esporte passou a ser entendido como uma prioridade social, econômico, político e cultural, mostrando-se a necessidade de reorganizar e deixar mais eficiente a legislação” (RIBAS, 2007, p. 28).

Os Jogos Abertos e os Jogos Estudantis do Paraná são considerados “as bases de ações políticas para o esporte na década de 80” (MEZZADRI, 200, p. 97). Como já foi citado anteriormente, foi a partir de 1987, que o esporte paranaense começa a ter uma nova forma de condução. O governador Álvaro Dias cria a Secretaria Especial do Esporte e a Fundação de Esportes do Paraná (Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987). O que chama a atenção nesta ação, é que mais uma vez, a Sociedade Civil não teve sua parcela de participação, pois,

[...] observamos a objetividade do governador na tomada da decisão para a inserção do esporte no campo da administração pública, ação subjetivada pelo Secretário Gradia por um processo inicialmente não planejado, e não aflorou como reivindicação da comunidade, mas como um ato e vontade política do próprio governador. (MARTINS, 2004, p. 55).

Desta maneira, como o projeto de criação e implantação da Secretaria Especial do Esporte e da Fundação de Esportes do Paraná não foi planejado durante a campanha, Edson Gradia²⁴ teve que buscar alternativas, e assim, algumas propostas surgiram com embasamentos de suas aplicações em outros Estados da nação. E, devido a esta “importação” de ideias e ações, o modelo apresentado possuía características decorrentes de professores de outros Estados e não do Paraná,

[...], podemos perceber um conjunto de estratégias essencialmente apoiadas no conhecimento e experiência de professores de Educação Física, desenvolvendo conteúdos voltados ao desenvolvimento motor, atividades recreativas e expressivas, como uma parcela da proposta maior do Governo Alvaro Dias para o esporte paranaense. (MARTINS, 2004, p. 63).

Os conteúdos apresentados e difundidos através de treinamentos conduzidos pelos professores, principalmente do Estado de São Paulo, não surtiram o efeito desejado, pois “a dificuldade da implantação de programas como ‘Corpo e Expressão’, ‘Motor’, dando conta da fragilidade observada nos conhecimentos dos professores em relação a esses temas” e principalmente “a identificação do *habitus* relativo à prática das atividades esportivas no interior da escola.” (MARTINS, 2004, p. 64). Ainda, segundo Martins (2004), o *hábitus*²⁵ da Educação Física escolar naquele momento, no Paraná, reportava-se ao ensino e o aperfeiçoamento das habilidades, técnica e gestos desportivos. Portanto, diferente das situações requeridas para o desenvolvimento das novas propostas, apresentadas pelos projetos da Secretaria Especial do Esporte e pela Fundação de Esportes do Paraná, que eram semelhantes a utilizadas no Estado de São Paulo.

²⁴ Edson Gradia: Nomeado para exercer a função de Secretário Especial do Esporte, pelo Governador Álvaro Dias, através do Decreto 636 de 08 de junho de 1987.

²⁵ Há, dessa forma, um conjunto de disposições que na relação entre os indivíduos na dinâmica social reforça a manutenção da mesma dinâmica a partir de *habitus* individuais incorporados por agentes, ou grupos de agentes, de determinado campo e que representam tendências específicas nas ações e jogadas desses grupos ou classes. E passam a constituir o *habitus* das mesmas categorias, assumindo posição de representação social da classe em relação aos demais grupos sociais. (MARTINS, 2004, p. 38)

Entretanto, em setembro de 1987, foi apresentada a Política Estadual de Esportes²⁶, este documento sim, surgiu após várias reuniões com representantes da Sociedade Civil,

Já em 1987, e dando continuidade a organização dos novos trabalhos do novo governo, foram realizadas treze reuniões em diferentes pontos do Estado nos meses de janeiro e fevereiro para apresentar o projeto da Política Estadual de Esportes a comunidade esportiva paranaense, [...] bem como foi estabelecido o período de seis meses para debates regionais e apresentação de sugestões. (RIBAS, 2007, p. 34)

E, na sua constituição, ainda segundo Ribas (2007, p. 36), esta Política apresentava quatro grandes áreas de atividades específicas:

- a) Atividades Esportivas: o esporte e as diversas formas de enfocá-lo;
- b) Atividades Recreativas: inseridas no lazer popular e em projetos de vida comunitária;
- c) Atividades Expressivas: a ginástica, a dança e outras manifestações que expressam os sentimentos e a cultura de uma população;
- d) Atividades Motoras: o desenvolvimento e a aprendizagem motora como base para a educação para a vida.

Os projetos desenvolvidos para atingir estas áreas, dividiam-se em três níveis: esporte rendimento, esporte popular e esporte escolar. Portanto, o ato de implantação e desenvolvimento da Política Estadual do Esporte, gerou uma necessidade de adaptação por todos aqueles que pertenciam ao sistema esportivo do Estado, ou seja, os municípios, as Federações, os clubes, ligas entre outros. Portanto,

O momento exigiu uma mudança radical e rigorosa do sistema esportivo vigente, guiada por diretrizes que possibilitassem a democratização da prática das atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras, contribuindo para que as mesmas deixassem de ser um privilégio e passassem a constituir um direito inalienável a todo cidadão. (RIBAS, 2007, p. 35)

Porém, este modelo de estrutura esportiva, excludente em relação ao esporte rendimento, não coadunava com o *habitus* esportivo da comunidade paranaense. Pois, “mais uma vez transparece a noção de *habitus* manifestada pela lógica das competições esportivas implicitamente tratadas ao verificarmos a referência feita à defasagem relativa aos regulamentos esportivos, aos jogos, aos atletas federados e não federados” (MARTINS, 2004, p. 65). Sendo assim, mesmo não sendo o desejo

²⁶ Política Estadual de Esportes, Secretaria Especial de Esporte, Fundação de Esporte do Paraná, no governo Alvaro Dias para o período 1987-1990. Curitiba, Pr : Imprensa Oficial, 1987.

da administração estadual, as ações começaram a migrar para o desenvolvimento do esporte rendimento.

A criação dos Centros Regionais de Esporte - CRE (1988 e 1989) e dos Centros Regionais de Treinamento Esportivo demonstra e comprova duas vertentes da política esportiva do Estado daquele momento. A primeira refere-se à descentralização de tomada de decisões e a segunda a de institucionalização da prática esportiva em todo o Estado. Alterando de forma significativa a relação dos municípios com o Estado, onde estas ações,

Definiam o papel do Município, que deveria se responsabilizar pela descentralização do processo de tomada de decisões incentivando a participação popular, formulando sua política e planos em consonância com o Estado e estabelecendo uma legislação específica. (RIBAS, 2007, p. 38)

Estas ações simbolizam bem o momento nacional de abertura política, ou seja, aproximar a população das decisões do Estado. Esta legalidade é aquela em que o indivíduo ou mesmo uma classe organizada, possuía para que, através do consenso de todos aqueles que fazem parte deste grupo, possam estabelecer o que Gramsci denomina de hegemonia. Assim, a hegemonia entendida como um pacto entre governados e governantes, que determina que a ação política (o que o Estado deve fazer ou mesmo de que maneira agir) se funde no consenso estabelecido dentro da Sociedade Civil. Desta forma, a população poderia utilizar este espaço (CRE), para realmente intervirem nas propostas de construção e implantação das políticas esportivas propostas pelo Estado. Portanto, o governo estadual, proporcionou a partir da década de 80 e principalmente durante o quadriênio 1987-1990, uma política que possibilitou a existência de canais de reivindicações e participações da comunidade esportiva, junto aos órgãos estaduais.

O município de Ponta Grossa teve seu CRE, implantado no ano de 1989, no mesmo ano de implantação da SMER. Isso demonstra que o município, estava em destaque no cenário esportivo e era referência na região dos Campos Gerais. Naquele mesmo ano, foram implantados, um total de oito CRE em todo o Estado, de um total de dezoito, que era a proposta inicial da Secretaria Estadual.

A importância para o município, a partir do momento de implantação do CRE, no que se refere a sua participação na política do Estado, fica clara no Relatório de

Atividades – 1989, da Diretoria de Esportes, pertencente à Fundação de Esportes e Turismo do Paraná, citado por Ribas (2007, p. 42):

Em 1989, com a criação dos Centros Regionais de Esporte pode ser concretizado o objetivo da descentralização arduamente defendida desde o início do Governo. Evidentemente, não conseguimos criar todos aqueles Centros Regionais que julgamos necessários, mas, várias regiões acabaram sendo beneficiadas, **pois a sua instalação possibilitou a discussão regionalizada e a participação responsável dos coordenadores e secretários municipais**, que representam as aspirações da Comunidade Esportiva. (grifos nossos)

O papel de institucionalizar e democratizar a prática esportiva em todo Estado tem no seu discurso a utilização de “competições” como ferramenta para atingir este objetivo. Demonstrando a tendência de permanecer com a prática de valorização do esporte rendimento, procura-se através Jogos Abertos do Paraná e Jogos Escolares, oportunizar a um maior número de pessoas a participação em atividades esportivas. Onde “a busca do rendimento esportivo com qualidade estruturado nos Jogos Abertos do Paraná em sua fase final, mas tendo as fases regionais da competição como melhor oportunidade de democratização da prática esportiva”. (MARTINS, 2004, p. 73)

Resumidamente, a Política Estadual de Esporte, na gestão do Governador Álvaro Dias (1987 – 1990) proporcionou aos municípios paranaenses, uma gama de projetos e ações que definitivamente colocava o Estado como principal gestor do esporte. Com ações de aproximações com a comunidade através dos CRE, o Estado estava presente na organização, no apoio logístico, na capacitação de diversos sujeitos e nas demais funções dentro da estrutura esportiva. Esta nova forma de administrar o esporte, fez com a população tivesse acesso aos mais diversos momentos da prática esportiva, sendo ela com esporte rendimento, escolar ou popular, tendo como alguns exemplos os projetos: I Jogos da Juventude – Copa Itaú; Jogos Abertos do Paraná (fase final e regionais); Jogos Escolares do Paraná; Semana Cultural Esportiva; Viva mais o Verão; Polos Esportivos (nas mais diversas modalidades), entre outros. A FESTUR²⁷, também proporcionava projetos que funcionavam na forma de convênios com os municípios, onde as funções eram

²⁷ FESTUR: Fundação de Esportes e Turismo. O turismo foi incorporado a pasta do esporte no ano de 1988.

divididas, cabendo geralmente à FESTUR a entrega de recursos tanto financeiros como materiais.

Apesar do grande apelo para um aumento de atividades que solidificassem o “esporte popular”, o que se via, através dos documentos resultantes dos processos de avaliações²⁸ dos projetos, era a polarização nas discussões que recaiam constantemente no “esporte rendimento”. Apresenta-se assim uma situação em um ambiente polarizado, tendo o Estado em uma das pontas, trabalhando em uma via de implantação de uma política pública para o esporte popular, e, na outra os agentes esportivos e comunidade em geral com o *habitus* para o esporte rendimento.

Esta posição é justificada pelas características das políticas públicas esportivas nacionais, implantadas pelas Legislações de 1941 e de 1975 respectivamente. Onde a ênfase ao esporte rendimento é uma realidade e o controle de toda a estrutura esportiva é realizado pelo Estado. A população de uma forma geral, principalmente aquela que é beneficiada pelos projetos desenvolvidos neste período pelo governo estadual (1987-1990), vem de uma cultura eminentemente vinculada ao esporte rendimento, isso já fazia parte de seu *ethos*.²⁹ Portanto, a mudança do *habitus* só deverá ser incorporada por parte deste conjunto de pessoas, ao longo do tempo. Da mesma forma que o *habitus* relacionado ao rendimento, foi resultado de mais de 40 anos de uma política esportiva elitista e centralizadora.

Com relação aos modelos de administração esportiva dos municípios, chama a atenção a declaração do Sr. Paulo Roberto de Oliveira, então Diretor Técnico da Fundação de Esportes do Paraná, quando o mesmo fala que, “a figura do Secretário Especial do Esporte motivou os municípios a se estruturarem de forma semelhante a do Estado, dando *status* a vários Secretários Municipais que anteriormente tinham um tratamento apenas como Chefes de Divisão, Comissão ou Departamento” (MARTINS, 2004, p. 99)

²⁸ Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1988, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1988; Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1989, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1989; Seminário Anual de Planejamento; Governo do Paraná, Fundação de Esportes e Turismo do Paraná - Relatório de Atividades – 1987-1991, Diretoria Técnica, Curitiba, Pr – 1991.

²⁹ Característica comum a um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade.

Esta é uma questão central em nossa temática, pois partindo do pressuposto que isso ocorreu, podemos indagar até que ponto as necessidades de adaptação às novas políticas públicas implantadas pelo Estado, tiveram um papel central, na criação e implantação da Secretaria de Esportes de Ponta Grossa? Portanto faz-se necessário, aprofundamento destas questões, e para tanto existe a necessidade de compreender um pouco mais a história das políticas públicas para o esporte no município de Ponta Grossa.

3.2 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPORTE NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA: DO DERO À IMPLANTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO.

Antes de se discutir algumas características relacionadas à implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação, será interessante reportar-se para alguns apontamentos sobre as características políticas inerentes à cidade de Ponta Grossa, no período estudado, mais especificamente entre os anos 80 e 90.

O desenvolvimento econômico e social de Ponta Grossa, acompanha os acontecimentos nacionais e estaduais. Como “ o processo de industrialização, o êxodo rural e o crescimento populacional são algumas das transformações evidenciadas neste período.” (SCHIMANSKI, 2007, p. 114). Outras situações são elencadas por Schimanski (2007, p. 114-115) como o fato de Ponta Grossa estar estrategicamente localizada e assim ser beneficiada com maior entroncamento do ferroviário do sul do Brasil, e também a implantação da “cidade industrial”, fatores estes, segundo a autora, impulsionaram a economia pontagrossense.

Os incentivos fiscais e de financiamento para a mecanização da agricultura, tem como reflexo a migração das famílias de base agrícola para os grandes centros, não sendo diferente em Ponta Grossa. Desta forma, “ as cidades começam a ‘inchar’ [...] Esse fato faz com que problemas sociais se agravassem, pois a urbanização acelerada não permitiu que os setores secundários e terciários crescessem suficientemente para atender a demanda por emprego.” (SCHIMANSKI, 2007, p. 116).

Na década de 80, com a abertura política que vai culminar com a promulgação da CF 88, inicia-se não só em Ponta Grossa, mas em todo o País, um processo de abertura e constituição dos aparelhos privados de hegemonia. Em Ponta Grossa especificamente, segundo Siqueira (2006) apud Schimanski (2007, p. 118), surgem entre outros, os “Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Grupo Ecológico dos Campos Gerais, Movimento Municipal de Meninos e Meninas de Rua, Movimento Estudantil Secundarista, Central dos Movimentos Populares [...]”.

Portanto, a representação social é destaque desta conjuntura do município de Ponta Grossa, devido ao fato de que as políticas públicas discutidas neste item, serão analisada sob a luz das participações da Sociedade Civil esportiva para o município. Porém, Schimanski (2007), alerta para o fato de que em Ponta Grossa,

A criação desses movimentos [...], expressa o desejo das camadas populares em ver suas reivindicações serem atendidas pela administração municipal, tendo em vista que o poder público, muitas vezes, tenha atendido exclusivamente aos interesses econômicos e políticos da elite local. (SCHIMANSKI, 2007, p. 116).

Politicamente, Ponta Grossa apresenta no decorrer dos anos, um mesmo perfil de representantes que chegaram à Prefeitura, segundo Cervi (2006, p. 128) “ O perfil dessa classe dirigente era de conservadores tradicionais, pertencentes ao mesmo grupo político e apresentando algumas características pessoais em comum”.

Conservadorismo que se pode definir como “ uma ideologia política erigida a partir de interesses de classes e manutenção do poder, opondo-se firmemente a mudanças sociais radicais que pudessem romper com o status quo dominante na época” (SHIMANSKI, 2007, p. 29). Portanto, para o caso específico de Ponta Grossa, esta linha conservadora fica no poder até o ano de 1996. Pois como a assertiva de Cervi (2006, p. 135) propõe,

Esse grupo chegou ao poder político local em 1982 com a eleição de Otto Cunha, que teve 62% dos votos válidos. Em 1988 a aceitação dos eleitores pela elite dirigente tradicional caiu para 46%, ainda assim mantendo-se à frente do principal grupo político opositor. Em 1992, a aceitação, representada pelo número de votos obtido pelo candidato do grupo político, caiu para 41%, ainda suficiente para garantir a continuidade – mas em 1996 essa continuidade ficou inviável, com apenas 24% dos votos para Plauto Miró Guimarães Filho.

O prefeito Otto Santos Cunha³⁰, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), considerado de uma vertente não populista, assumiu a prefeitura no momento de coincidência com o governo de José Richa (PMDB), e este ditopositor ao governo federal. Mas esta suposta situação de não oposição entre as esferas municipal e estadual, é uma característica singular, pois após isso os governos municipais subsequentes, apesar de serem do mesmo partido, preconizaram características opositoras ao governo estadual. Pois,

Durante a maior parte de governos não-populistas em Ponta Grossa o PMDB elegeu os governadores do Paraná: José Richa de 1982 a 1986, Álvaro Dias de 1986 a 1990 e Roberto Requião de 1991 a 1994. Excetuando os dois últimos anos do mandato de Paulo Cunha, que foram no início do primeiro governo Jaime Lerner, e os dois primeiros de Otto Cunha, durante o governo José Richa, o período de governos não-populistas na Prefeitura de Ponta Grossa foi de oposição política ao governo do estado. (CERVI, 2006, p. 133).

Na sequência, assume a prefeitura (1989) o Sr. Pedro Wosgrau Filho³¹ filiado ao Partido Democrata Cristão (PDC), dando continuidade aos prefeitos não populistas, “[...] também faz parte da elite econômica da cidade. Foi o indicado de Otto Cunha para dar continuidade à administração municipal e teve como vice-Prefeito Paulo Cunha Nascimento [...]” (CERVI, 2006, p. 130).

Desta forma, a política em Ponta Grossa, mantém sua hegemonia por mais alguns mandatos (até 1996), solidificando a situação de que a cidade foi conservadora no período apresentado, tendo uma elite dominante que vem a influenciar nos mais diversos campos da sociedade, assim,

Essa busca pela manutenção dos privilégios de classe e das estruturas sociais vigentes define a prática conservadora. Muito mais do que simplesmente defender tradições e costumes, de valor social questionável, o conservadorismo tende a manter presentes nas sociedades históricas os mecanismos de controle social, simbólicos ou não, que possibilitem a permanência de determinados grupos no poder e a constante

³⁰ Otto Santos Cunha – exerceu a função de prefeito no período de 1983 – 1988. Faz parte de uma das famílias mais tradicionais de Ponta Grossa. Os Cunhas chegaram ao município no século XX para explorar a pecuária de corte e a atividade madeireira em extensas áreas rurais na região. Otto Cunha é pecuarista por herança familiar, integrando a elite econômica do município.

³¹ Pedro Wosgrau Filho – Exerceu a de prefeito no período de 1989-1992. Engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), começou sua vida profissional em uma construtora da família Wosgrau em Ponta Grossa. É descendente de família tradicional da cidade; atua profissionalmente na área de incorporação de imóveis, tem propriedades rurais e uma madeireira; também faz parte da elite econômica da cidade.

desinstrumentalização política dos grupos dominados. (SCHIMANSKI, 2007, p. 119)

Este é o cenário político pontagrossense, inerente ao período estudado. Mas o que se percebe, é que apesar da denominação do grupo hegemônico ser não-populista, as ações para o esporte se contrapõem a estas características. Pois de acordo com a fala do Prof Carlos Roberto Ferreira, “[...] também atendemos a todos os segmentos tanto da recreação, o lazer, o colegial, o estudantil [...]”³², dentre outras falas já colocadas neste trabalho. Onde são transparentes as necessidades do DERO em proporcionar atividades que viessem a atender a comunidade de uma forma geral.

É neste contexto político social que se darão início as discussões sobre as políticas públicas para o esporte na cidade de Ponta Grossa, culminando com a implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação. Como já foi discutido na parte introdutória deste trabalho, o DERO criado na gestão do Prefeito Sr. Luiz Gonzaga Pinto, através da Lei 2679/74 de 23 de setembro de 1974, foi uma iniciativa ímpar para suprir uma necessidade de uma melhor organização do esporte pontagrossense. Esta ação estava em consonância com as políticas públicas nacionais, que imprimiam uma necessidade de incentivo a prática de atividade esportiva para a população. O governo militar, valorizava a prática da atividade física e do esporte e acima de tudo através do desenvolvimento de competições, com a aplicação de regras formais, e desenvolvimento de modalidades, sempre buscando a melhor performance.

Em relação à administração esportiva no município de Ponta Grossa, é necessário voltar um pouco no tempo. Onde encontramos antecedendo o DERO, o Conselho de Recreação e Esporte Municipal – CREM, órgão responsável pela administração do esporte em Ponta Grossa. Porém, este conselho pouco realizava ou mesmo promovia ações desportivas. Como exemplo, para exemplificar a sua inércia, no ano de 1974, foi necessário a criação da Comissão Especial dos Jogos Abertos, para viabilizar participação do município nos Jogos Abertos do Paraná. Lembrando que esta era uma ação de incumbência atribuída ao CREM. Esta comissão tinha como presidente o Cel. Francisco Jorge Garnem³³. Isso também demonstra o reflexo do

³² Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V

³³ Informação contida no Jornal Diário dos Campos, de 23\7\74, página 4.

momento político brasileiro, entenda-se aqui regime representado pela ditadura militar e a presença forte do Estado administrando o esporte. O esporte brasileiro ainda estava sob a tutela do Decreto Lei n. 3.199\41. Ou seja, a hegemonia presente no campo esportivo³⁴, correspondia ao domínio militar, identificando assim a hegemonia de classe dos militares, pois segundo “ [...] a hegemonia gramsciana [...] além do momento da direção política, também o da direção cultural” (BOBBIO, 1999, p. 68).

Outra situação apresentada e que merece destaque para ilustrar o quadro administrativo do esporte no município, é o fato do possível sucateamento das praças desportivas. O descaso do poder público com a estrutura física, fica evidenciado, quando a situação inusitada da presença de goteiras impede a realização de um jogo. Portanto, percebe-se até este momento, que o esporte em alguns municípios do interior do Estado do Paraná, se mantém de maneira precária e com dificuldades apresentadas desde a sua parte organizacional até a construção da sua prática propriamente dita. Como se observa na reportagem,

[...] as chuvas que caíram em nossa cidade no último final de semana impediram a realização dos jogos que estão programados, contra as seleções da Federação Paranaense de Desporto Universitário. O ginásio de Esportes apresentou goteiras e as partidas tiveram que ser adiadas. (Diário dos Campos, 05\09\74, p. 4).

O CREM, como já argumentado, apresentava uma atuação tímida diante do esporte municipal. Pois, na maioria das vezes, o esporte nesta esfera pública era conduzido pelos clubes sociais, Ligas e Federações vinculadas ao Estado do Paraná. E apresentavam como objetivo a prática desportiva, visando o rendimento. O que vem a ser corroborado por Mezzadri (2000, p. 77), que identifica este comportamento no final da década dos anos 60, onde cita que “As propostas estabelecidas naquele momento histórico estavam calcadas na competição, no rendimento, na *performance* e na técnica”

Esta situação, também, pode ser observada na seguinte reportagem:

Visando dar maior estímulo a Natação de Ponta Grossa, foi elaborado pelo departamento técnico de natação do Guarani Esporte Clube, tabela de recordes da cidade, com base nos Campeonatos Oficiais da Federação de

³⁴ O conceito de campo é aqui entendido na perspectiva Bourdiana. Para Bourdieu, Campo Esportivo é o espaço repleto de lutas constantes na disputa pelo monopólio tanto da prática, como da teoria existente sobre o esporte e suas aplicações. (MEZZAROBIA; CONCEIÇÃO; 2014, p. 328)

Desportos Aquáticos do Paraná, Jogos Abertos do Paraná e Jogos Estudantis da Primavera [...]” (Diário dos Campos, 30\01\73, p. 4)

Em outras reportagens, percebe-se a administração esportiva daquele momento, desenvolvida de forma extremamente amadora³⁵, “[...] Esta modalidade (neste caso específico o Futebol) necessita de um massagista e os **interessados em colaborar** poderão entrar em contato com a Secretaria de Educação [...]” (Diário dos Campos, 23\08\74, p.4) (grifos nossos). Identificamos nesta passagem que aqueles que prestavam serviços ao esporte do município, o faziam na forma de colaboração, portanto, pessoas ligadas a outras áreas que em seus momentos de tempo livre, serviam voluntariamente às seleções do município ou mesmo a outras ações esportivas do poder público.

Poucas eram as ações desenvolvidas visando as outras dimensões, ou seja, ações nas áreas do esporte escolar\educacional ou do lazer. Quando estas existiam, o poder público estava isento na construção destas. Um destes exemplos, foi uma competição escolar denominada de Olimpíada Infanto-Juvenil Pontagrossense – OLIJUP. Esta atividade partiu de uma iniciativa do Grupo Escolar Senador Correia, que mais tarde passaria a ser denominado de Escola Estadual Senador Correia. Esta competição foi realizada nos anos de 1973 a 1976. Tinha como objetivo “promover o entrelaçamento de professores, pais e alunos dos estabelecimentos de ensino de 1º Grau de Ponta Grossa e dar amplo e decisivo amparo às atividades físicas e estudantis” (CANTORANI; PILATTI. 2003, p.3).

Ainda segundo Cantorani e Pilatti (2003, p. 3-5), a OLIJUP teve em sua primeira edição aproximadamente 1700 crianças e adolescentes, disputando as mais variadas modalidades. Desde as tradicionais como futsal, basquetebol, voleibol, handebol, atletismo, tênis de mesa entre outras, destinadas aos adolescentes. Já para o mais novos, modalidades muito próximas das brincadeiras de rua como bete-ombro³⁶,

³⁵ Definição de amador contrapondo com o de profissional: Pessoa que exerce, como meio de vida, uma ocupação especializada; Relativo, próprio ou pertencente a profissão; Michaelis. Dicionário de Português on line. Disponível em < <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=profissional> > acesso em 23/01/2014

³⁶ O bete – ombro (também conhecido como taco, bete, bets, bets-lombo, becha, tacobol, casinha ou lesca) é um jogo de rua que descende do “cricket” britânico. O objetivo principal do jogo é rebater a bola lançada pelo jogador adversário, sendo que durante o tempo em que o adversário corre atrás da bola, a dupla que rebateu deve cruzar os Betes, também chamados de taco ou remos, no centro do campo, fazendo assim um ponto cada

corrida de carrinho de rolimã, queimada, dama, tria, maratona intelectual, etc. Com estas características, a OLIJUP conseguia a cada ano aumentar o número de escolas participantes. Quando a organização do evento perdeu seu principal patrocinador, Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA, não conseguiu manter o evento por mais de uma edição.

Para viabilizar a última edição (1976) a organização contou com o apoio da Secretaria do Estado de Educação, e neste caso específico, a administração pública municipal, já através do DERO, não teve iniciativas para intervir e colaborar para a manutenção do evento.

Esta competição tem uma importância fundamental no estabelecimento das políticas públicas para o município, pois a mesma vem a ser o embrião dos Jogos Estudantis Municipais – JEM, que no ano da sua terceira edição (1987), sob a Lei 4.007/87³⁷, torna-se um evento oficial e de caráter permanente com realização anual. Desta maneira o JEM passa a ser uma política pública de Estado. Tornando-se a primeira política pública de Estado para o esporte, do município de Ponta Grossa.

Ainda com relação a OLIJUP, com o encerramento desta competição a cidade passa a ficar carente de atividades esportivas organizadas e desenvolvidas para as faixas etárias mais novas. O poder público não se manifesta e a organização de outras ações, com menor porte, é realizada por entidades privadas, clubes ou até mesmo por pessoas físicas. Outras ações esportivas desenvolvidas nos anos 70, chamam a atenção, demonstrando que eram raros os casos em que o poder público municipal (CREM) aparecia como órgão promotor. Na sua grande maioria eram iniciativas privadas de clubes e associações;

O torneio 'Arnaldo Estrela' organizado pelo Grêmio Recreativo Stark será iniciado hoje com a partida entre as equipes do Juventus e a Turma da Pesada, às 20 horas na cancha do SESC. (Diário dos Campos, 09\02\74, p. 4)

vez que cruzam o Betes. Disponível em <<http://www.xhp.com.br/wordpress/tag/jogo-de-betis-bete-ombro-jogo-de-rua>> Acesso em 23/01/2014

³⁷ Lei 4007/87 | Lei nº 4007 de 26 de maio de 1987: OFICIALIZA OS JOGOS ESTUDANTIS MUNICIPAIS DE PONTA GROSSA. Disponível em <<http://camara-municipal-da-ponta-grossa.jusbrasil.com.br/legislacao/421418/lei-4007-87>> Acesso em 12/08/2013

O Clube Atlético Slaviero fará realizar um importante festival hoje no seu campo, no Jardim Carvalho, com o desfile de grandes forças de nosso futebol suburbano. (Diário dos Campos, 18\02\74, p. 4)

Outro festival esportivo programado para hoje tem como local o campo do Operário, promovido pela Alcan Esporte Clube e que contará com a participação do Tupã de Curitiba, fazendo as partidas principais, no período da tarde. (Diário dos Campos, 18\02\74, p. 4)

Outra ação que balizava os ditames esportivos de Ponta Grossa, nos anos 70 e continua até os dias de hoje, refere-se aos Jogos Estudantis da Primavera – JEP's. Evento que teve sua primeira edição no ano 1956 e tinha como objetivo a promoção de competições esportivas para alunos do ensino do 2º grau, hoje denominado de Ensino Médio. Também atendia a classe do alunos matriculados no ensino superior, e esta competição era ofertada a todos os estabelecimentos de ensino do estado do Paraná. A competição organizada na época pela Associação Atlética Acadêmica “Dr. Joaquim de Paula Xavier” vinculada a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, recebeu em alguns momentos, recursos do governo municipal, como demonstra a reportagem abaixo, datada do dia 20 de setembro de 1974,

A municipalidade vem anualmente colaborando com os Jogos da Primavera com uma verba de Cr\$ 10.000,00, a qual consta do orçamento de 1974, sendo considerada insuficiente conforme expediente da Comissão dos XIX JEPs, encaminhada ao Chefe do Executivo que aquiescendo o pedido, solicita agora, um reforço de Cr\$ 20.000,00, que totaliza Cr\$ 30.000,00 para auxiliar a Comissão presidida pelo acadêmico Mauro Gonçalves Machado a realizar os Jogos Estudantis da Primavera, neste ano, de 19 a 26 de outubro próximo. (Diário dos Campos, 20\09\74, p.1).

Percebe-se que não havia um órgão que respondesse às reivindicações da comunidade esportiva. Pela reportagem, observa-se que a solicitação é feita diretamente ao Prefeito. Ações isoladas do poder público como esta, financiamentos da atividades, porém sem a gerência da mesma, vão se repetir ainda por muito tempo dentro da estrutura esportiva/administrativa existente em Ponta Grossa.

Estes são alguns exemplos de como o esporte em Ponta Grossa foi administrado pelo CREM, e infelizmente, percebe-se que permanece assim, mesmo após a criação do DERO. Ficando este último, responsável por ações isoladas e com uma tentativa tímida de organização de equipes representativas do município, para a

disputa de algumas competições oficiais/estaduais, como os Jogos Abertos do Paraná.

No início de outubro do ano de 1974, a imprensa informa a criação do DERO, através da Lei 2679/74³⁸, que foi promulgada no dia 23 de setembro de 1974. A reportagem trazia as seguintes colocações, “ O DERO, antiga aspiração da juventude princesina, é uma realidade em Ponta Grossa” e apresentava algumas atribuições que seriam do novo órgão, “[...] como principais atribuições o incentivo e a difusão da prática desportiva amadora e a implantação da Educação Física no ensino municipal” . (Diário dos Campos, 01\10\74, p. 4).

A implantação da Educação Física no sistema de ensino municipal é a grande novidade. Como órgão vinculado a SMEC, o DERO fica responsável pela organização didática pedagógica das aulas de Educação Física. Porém, esta ação apresenta-se com pouco ou nenhum êxito. Sendo que em 1985, quando foi realizada a primeira edição do JEM, encontramos a seguinte colocação, “Não obstante, o JEM produziu, dentro das próprias escolas, desdobramentos importantes. Um deles, talvez o mais significativo, foi o início de um processo organizativo da disciplina de Educação Física dentro das próprias escolas municipais.” (CANTORANI; PILATTI. 2003, p. 6). Deixando claro que, o que foi uma das funções estabelecida em 1974 para o DERO, a organização da Educação Física escolar, não foi executado, pois dez anos mais tarde, esta ação retorna como uma “novidade” propiciada pelos jogos.

Dentro do novo órgão, o esporte é tratado pelo poder público como um fenômeno cultural, isso é percebido pelas atribuições destinadas ao DERO. Entre elas, estabelecia uma relação com várias esferas da sociedade, como aparece na mesma reportagem do dia 1º de outubro,

Atribuições principais: organização de um calendário desportivo para o Município [...], possibilitar um entendimento geral entre os órgãos esportivos, para que todas as promoções sejam realizadas com êxito; organizar e promover competições amadoras, incrementando a prática de diferentes modalidades desportivas; orientar entidades, atletas e dirigentes no sentido

³⁸ Lei 2679/74 | Lei nº 2679 de 23 de setembro de 1974: CRIA NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO ORIENTADA – DERO Disponível em < <http://camara-municipal-da-ponta-grossa.jusbrasil.com.br/legislacao/425680/lei-2679-74>> Acesso em 12/08/2013

de cumprimento rigoroso da legislação esportiva do país; terá como atribuição também, administrar e controlar estádios e praças desportivas de propriedade o município e as áreas reservas ou destinadas à recreação e instalações desportivas; estudar as necessidades e propor medidas, visando a construção de estádios, praças, centros educacionais e recreativos; incentivar cursos especiais para formação e treinamento de atletas mirins e ministrar e ministrar o programa de Educação Física dos anos do ensino primário municipal. (Diário dos Campos, 01\10\74, p.4).

Assim as atribuições colocadas, na sua grande maioria referiam-se ao esporte competição. A promoção de competições e os ajustes com aqueles que estão à frente de outras entidades esportivas, é colocado como questão importante pela política que está sendo implantada. O cumprimento rigoroso com a legislação é outro fator que demonstrava bem a concordância com o regime militar, que é presente no período estudado. A “formação de atletas mirins” apresentava novamente o viés que o novo departamento teve, ou seja, priorizar o esporte formal, com regras, competições, etc.

Porém, apesar do rol de atribuições destinadas ao DERO, o que se percebe nas reportagens dos próximos anos, não difere muito este departamento das outras gestões esportivas anteriores a ele. Continuava omissa em relação a promoção do esporte, permitindo que esta iniciativa continue nas mãos dos clubes e de empresas privadas. Algumas ingerências sobre treinamentos para a participação nos Jogos Abertos do Paraná aparecem, mais não vão além disso. A administração da locação de horários dos espaços esportivos tornou-se a principal ação deste departamento, principalmente no final da década dos anos 70 e início dos anos 80.

Encontra-se bem clara esta situação inoperante do DERO, quando o Prof. Carlos Roberto Ferreira, discorre sobre a situação do DERO um pouco antes de sua gestão,

Não tinha um Diretor. O diretor chamava-se [...] e que tinha vários assessores também leigos. Então pela própria formação destas pessoas o DERO tinha como objetivo a participação nos Jogos Abertos e a Liga (de futebol de salão) que era responsável pelos jogos de futebol de salão na cidade e mais nada praticamente acontecia. A não ser algumas situações isoladas de alguns funcionários do DERO que acontecia de forma muito repentina, mas alguma programação, como calendário, projeto de formação esportiva e de lazer, recreação na comunidade não existia [...].³⁹

³⁹ Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V

No ato de sua criação o DERO teve com diretor o Prof José Santos Vargas Filho, que ficou à frente do departamento até o ano de 1977. Após isso, de 1977 a 1979 o DERO foi conduzido pelo Sr. Milton Rangel de Abreu. De 1979 a 1983 o Sr Emilio Neme, respondeu pela chefia do órgão. Em 12 de abril de 1983, assumiu o Prof Carlos Roberto Ferreira, permanecendo à frente do departamento até a sua extinção no ano de 1988. Segundo Carlos Roberto Ferreira, sua entrada no DERO ocorre da seguinte forma,

Eu entrei através de um convite para o Departamento de Esportes e Recreação Orientada de Ponta Grossa em abril de 1983. [...] E foi através de um convite para eu fazer um projeto que nós pudéssemos aplicar no departamento de esportes e recreação orientada, o prefeito Otto Cunha e a sua secretária de Educação na época a professora Francisca Isabel de Oliveira Maluf, fizeram a solicitação. Eu fui levado na época pelas mãos do Cel. João Jorge dos Santos, que era comandante do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa e em uma entrevista que tivemos com o prefeito e a secretária (de Educação) foi nos solicitado o projeto. Esse projeto foi feito praticamente a duas mãos, ou melhor falando, a quatro mãos, eu e o Prof Fauzi Azis Chagury, para que fosse implantado o esporte e a recreação no município. Após um tempo eu recebi uma ligação em casa, dizendo que o prefeito tinha aprovado e que naquela noite queria exemplos. O prefeito estava me convidando para comparecer onde iria ser anunciado o Diretor do DERO, e que era durante uma premiação da Liga de Futsal de Ponta Grossa, na churrascaria O Bosque.⁴⁰

Assim, em 1983, surge a iniciativa da construção de um planejamento de ações, para revitalizar o esporte no município de Ponta Grossa. Com o Prof, Ferreira, o DERO passou a ter uma nova configuração de ações e de quadro funcional qualificado profissionalmente⁴¹ e também com funções pré-definidas. Isso se confirmou através da divulgação dos nomes que estariam a frente de algumas funções: José Alves de Faria Filho; Ronaldo Stocco Mendes ; Myrna Marisa Kossatz; Jaime Mauricio da Silva; Flavio Kalinowski; Alan Kardek de Mário; Ary Nora Guimarães Filho; (Diário dos Campos, 13\05\83, p. 1). Todos Profissionais de Educação Física, sendo que alguns destes professores do Departamento do Curso de Educação Física da UEPG e os demais, professores especialistas em algumas modalidades esportivas como o futsal, futebol de campo, basquetebol e voleibol. Chama a atenção a presença da Prof Myrna Marisa Kossatz, que viria a responder pela divisão de trabalhos voltados à recreação para a comunidade, aspecto esse, considerado como uma

⁴⁰ Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V

⁴¹ Qualificado profissionalmente: aqui no sentido de que o quadro funcional do órgão é preenchido exclusivamente por profissionais de Educação Física.

novidade dentro das propostas até então desenvolvidas pelos órgãos gestores do esporte no município. Portanto, a qualificação profissional apontava a postura que o DERO assumiu, ou seja, a valorização da área da Educação Física e a profissionalização seria uma “marca” presente na organização e execução das atividades esportivas e recreativas do município. Com uma nova proposta de trabalho, procurou abrigar em suas ações as dimensões do esporte rendimento, participação e educacional.

[...]foi feito um projeto, e dentro desse projeto tentamos segui-lo, principalmente com a parte mais comunitária, de atendimento a nossa comunidade, porque como te disse no início, a nossa participação em competições em jogos estaduais existia: Como Jogos Abertos, Jogos Escolares..., o que não existia era essa atividade do voleibol na rua, na tarde de recreação na praça, do passeio ciclístico, competições entre escolar [...]⁴²

Estas ações estavam na mesma esteira das propostas estaduais, implantadas na época pelo governo de José Richa, as quais já discutidas anteriormente neste trabalho, ou seja, a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria das condições de vida. Assim o DERO em suas primeiras promoções, já demonstrava que traria uma nova política de ação para o esporte e lazer em Ponta Grossa, assim,

O DERO [...] fará realizar no próximo mês nova atividade que terá como título RECREATIVA PARA COMUNIDADE. No calendário de programação consta o seguinte: Dias 29 de maio. Jogos comunitários; 12 de junho festas de peteca, folclore na comunidade com festival de brincadeiras infantis tradicionais como jogo de malha, perna de pau, biblioquê, bolinha de gude, roda pião, amarelinha e peteca. Dia 19 a 24 de julho, será realizado a Colônia de Férias escolar [...](Diário dos Campos, 29\04\83, p.5).

Por este calendário ficavam clara as ações junto ao esporte popular ou comunitário ou mesmo de lazer. Apresentava assim uma administração diferente do que vinha ocorrendo nos últimos anos. Com relação ao esporte rendimento, o DERO iniciou suas atividades sediando a fase final dos Jogos Abertos do Paraná, no ano de 1983. Foi sede também do I Jogos da Juventude do Paraná – Copa Itaú, realizado no ano 1987. Sediou outras competições também a nível nacional. Outra ação foi tornar as seleções que representavam o município nos Jogos Abertos do Paraná e Jogos da Juventude mais competitivas, organizando os treinamentos e trazendo professores

⁴² Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V

especializados nas mais diversas modalidades, para comporem o quadro de funcionários do departamento.

Na verdade quando eu assumi, a gente assumiu o DERO para fazer tudo pelo município , montar as nossas equipes, e treina-las e fazer os Jogos Abertos do Paraná em 83 e por uma surpresa muito grande nós fomos campeões , poucos municípios na época participaram , mais Ponta Grossa nunca tinha sido campeã , foi uma coisa inédita .⁴³

As ações explanadas anteriormente, principalmente as implantadas pós 1987, já identificavam uma alteração de conduta interna e uma aproximação das políticas públicas propostas pelo Estado, agora na gestão de Álvaro Dias. Políticas estas, voltadas principalmente com referências ao esporte rendimento. Corroborando com isso,

[...] e existe até hoje assim como outros projetos que foram criados e outros desativados, assim como o projeto de circuito de corrida rustica de Ponta Grossa existe até hoje que foi criada na época do DERO e que meio apareceu junto com o projeto Ademar e os Polos. Tínhamos os polos nas praças , tínhamos algumas praças na cidade com alguns estagiários , tínhamos o lanche , matérias esportivos, e se praticava esporte durante o contra turno , nas escolas , nada inovador , mais feito com muita intensidade , com muita perseverança [...]⁴⁴

Entre outras ações implantadas pelo DERO, consta o JEM que como já discutido aqui, transforma-se em lei. E o Projeto Adhemar Ferreira da Silva, que tinha como objetivo montar polos esportivos dentro dos bairros, objetivando o ensino e treinamento de diversas modalidades esportivas. Com o passar dos anos, o projeto ficou apenas com a modalidade de Atletismo, tornando-se referência nacional e veio a formar atletas e técnicos que chegaram a compor a Seleção Brasileira em competições internacionais.⁴⁵

Durante os próximos anos o DERO, acompanhando as políticas públicas esportivas estaduais, intensifica sua participação nos eventos esportivos oficiais, como uma participação mais efetiva nos Jogos Abertos do Paraná. Assim, este departamento de esportes começou a estabelecer objetivos e ações mais amplas,

⁴³ Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V

⁴⁴ Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V.

⁴⁵ Atleta Paulo Cesar Rodrigues: 1988 integrou a seleção brasileira no Campeonato Mundial Juvenil no Canadá. Diário dos Campos. Disponível em < <http://www.diariodoscampos.com.br/esportes/ha-20-anos-projeto-turbinava-atletismo-em-pg-15104/>> Acesso em 12/11/2013.

como participações em competições promovidas por federações estaduais e confederações nacionais. As demandas por ações internas para a comunidade, como o lazer, cresceram e os projetos implantados pelo DERO atingiram reconhecimento nacional como o Projeto Adhemar Ferreira da Silva.

Com esta rede de ações o DERO se estabelece como referencial no esporte dentro do município e na região dos Campos Gerais. Como departamento vinculado SMEC, o DERO apresenta uma elevada demanda de ações burocráticas e um aporte financeiro cada vez maior. No ano de 1988 nas eleições para prefeito, o Sr. Pedro Wosgrau Filho consagra-se vencedor. Ele tem como promessa de campanha a criação de uma Secretaria de Esportes. O que se concretiza no ano de 1989 através da Lei 4250/89⁴⁶ e nomeia como secretário o Prof. Carlos Roberto Ferreira o qual permaneceu na função até o ano 1996.

O prefeito Otto Cunha inclusive chegou a pedir um levantamento de custos, para a criação desta secretaria no final de sua gestão. Mas ficou muito inviável, até pelo tempo para se por isso na Câmara, foi deixado para o prefeito da gestão seguinte. E como estive envolvido no programa de governo do candidato Pedro Wosgrau Filho, nós neste programa de governo, nós colocamos a criação da secretaria.⁴⁷

Este novo órgão apresentava uma estrutura administrativa composta por três departamentos, a saber: o de esportes, o administrativo e o de recreação. Chefiados pelos seguintes professores: Departamento de Esportes professor Ary Nora Guimarães Filho, Departamento Administrativo professor Nacib Pedro Tebecharani e Departamento de Recreação Professora Myrna Marisa Kossatz.

Portanto, a criação e implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação de Ponta Grossa, se dá através de uma demanda de atividades e também de acordos e promessas políticas. No item que segue, tentar-se-á amarrar as ações dos atores pertencentes ao campo esportivo do município de Ponta Grossa, com as conjecturas políticas da época, utilizando como pano de fundo a ótica gramsciana, e assim, tentar compreender o processo até aqui estudado.

⁴⁶ Lei 4250/89 | Lei nº 4250 de 11 de abril de 1989: CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em < <http://camara-municipal-da-ponta-grossa.jusbrasil.com.br/legislacao/420869/lei-4250-89?ref=home>> Acesso em 09/04/2012

⁴⁷ Entrevista Prof. Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013 – Anexo V

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das ações dos atores e instituições que antecederam a criação da SMER de Ponta Grossa, se esclarece a partir dos depoimentos dos entrevistados para este trabalho. A teia formada pelas políticas públicas, interesses de classes e sujeitos, são interpretadas através de uma análise permeada pelas concepções gramscianas. Portanto, se estará a partir de agora, procurando esta aproximação entre as concepções gramscianas e as falas, as ações e as interpretações dos sujeitos que determinaram a criação da SMER de Ponta Grossa – PR.

Para tanto, foram entrevistados sujeitos que pertenceram na época da implantação da SMER, aos aparelhos privados de hegemonia presentes no interior da sociedade esportiva do município, ou seja, pessoas que eram gestores esportivos, atletas, profissionais de educação física, entre outros. Da mesma forma foi entrevistado o prof. Carlos Roberto Ferreira, sujeito que teve um papel fundamental na transição de formas de gestão e implantação de políticas públicas esportivas no município de Ponta Grossa – PR. Este último, representante da sociedade política. As duas classificações anteriores, aparelhos privados de hegemonia – sociedade civil - e a sociedade política, são oriundas da concepção gramsciana, que entende assim a formação e posicionamento das esferas presentes no interior do Estado.

Desta forma, aos sujeitos representantes dos aparelhos privados da hegemonia, foi realizada uma entrevista estruturada e ao Prof. Carlos Roberto Ferreira, uma entrevista informal, no momento exploratório desta pesquisa. Para a tabulação dos dados, utilizou-se a metodologia de Discurso do Sujeito Coletivo⁴⁸, e por este motivo as respostas tabuladas serão precedidas pela sigla DSC. Para preservar o anonimato dos sujeitos estudados, optou-se pela seguinte denominação: Profissional de educação física (sujeito 1); Gestor esportivo (sujeito 2); Atleta (sujeitos 3 e 5); Profissional de educação física e gestor esportivo (sujeito 4).

Após a entrevista exploratória, foi possível criar uma linha para a formulação das perguntas inseridas na entrevista semi-estruturada. Desta forma, dois grandes eixos teóricos nortearam a construção das mesmas: a) influência de políticas públicas

⁴⁸ LEFEVRE, A. M. C. et. Al, 2003

de outras esferas e a participação popular na constituição da implantação da SMER; b) condição de participação ou não do sujeito na implantação da SMER.

Em decorrência do método da entrevista apresentar com uma de suas vantagens, as “trocas verbais e não-verbais que se estabelecem neste contexto de interação, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais.” (FRASER & GODIN, 2004, p. 140). E na compreensão que todo o processo discutido neste trabalho, é resultante de uma construção social e que a realidade apresentada pelos sujeitos entrevistados não “tem existência objetiva independente dos atores sociais, mas ao contrário, é construída nos processos de interações sociais. (FRASER & GODIN, 2004, p. 146). Portanto, realizando a triangulação entre a revisão teórica, as entrevistas com os dois grupos de sujeitos, os pertencentes aos grupos da sociedade civil e da sociedade política, optou-se pela discussão na ordem em que os fatos foram sendo construídos socialmente. Ignorando assim, as discussões sequenciais, imposta pela ordem das perguntas da pesquisa semi-estruturada, utilizada neste trabalho.

Contextualizada a metodologia a ser utilizada para a discussão do presente trabalho, busca-se a partir deste momento a análise das ações ocorridas em decorrência da implantação da SMER. Para tanto, optou-se por iniciar apresentando as repostas para as questões que nortearam este trabalho. Ou seja, a implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer no município de Ponta Grossa-PR, foi um processo de transição ou ruptura? Como foi a participação dos atores representantes da Sociedade Civil em todo o processo. Portanto, conclui-se que, apesar de ocorrer uma alteração na forma de gestão do esporte para o município, politicamente e socialmente acontece apenas uma transição de um modelo para o outro. Pois, não ocorre uma troca de funções e posicionamentos dos grupos, aqueles que pertenciam Sociedade Civil ou Política, permanecem onde se encontravam antes mesmo da implantação da SMER.

Também, se faz necessário tecer comentários em relação a hipótese estabelecida como linha de ação para esta pesquisa. A qual se posicionava em que não ocorreu uma participação efetiva, da Sociedade Civil dentro do processo de implantação da SMER. Chega-se ao final do estudo e percebe-se que esta participação, realmente não foi efetivada. Já que os grupos hegemônicos do esporte

municipal, existentes na época da implantação da SMER, não proporcionaram nenhum tipo de consulta popular ou outro mecanismo de participação para a Sociedade Civil se manifestar.

Sendo assim, utilizando-se das concepções de Gramsci, serão apresentados os argumentos, que se entendem necessários, para uma análise criteriosa e de sustentação das afirmativas presentes nos parágrafos anteriores.

A transição de um órgão gestor (DERO) para outro (SMER), é feita de maneira natural e sem a participação popular. De acordo com os discursos apresentados pelos sujeitos afetos ao esporte na época, entende-se que foi praticamente nula a consulta popular dos mesmos. Dentro desta perspectiva, quando os sujeitos foram indagados com relação à consulta popular, obteve-se como resposta que “Não. Soube que houveram reuniões administrativas, não teve nenhuma reunião aberta ao público, só soube que mudou o nome, simplesmente tomamos conhecimento da recriação da Secretaria, nenhuma participação das Ligas desportivas da cidade.”⁴⁹.

Assim, entende-se que em nenhum momento os aparelhos privados de hegemonia presentes no interior da sociedade esportiva do município, como as ligas desportivas, associações de moradores, tiveram a oportunidade de manifestação. Momento este, que se apresenta na contra mão do que Gramsci entende como Sociedade Civil, ou seja, “é aquela em que a política sofreu significativa socialização, com uma relação equilibrada entre a ‘sociedade política’ e a ‘Sociedade Civil’,”(MONTAÑO. DURIGUETTO, 2010, p. 47). Portanto, a sociedade política toma a iniciativa e sugere no início do governo de Pedro Wosgrau Filho a criação da SMER, conforme fala do Prof. Carlos Roberto Ferreira,

E como estive envolvido no programa do governo do candidato Pedro Wosgrau Filho, nos neste programa de governo, colocamos a criação da secretaria.[...] o prefeito Pedro Wosgrau Filho foi eleito. Foi uma das primeiras mensagens enviadas à Câmara, foi a criação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação⁵⁰

Ainda com relação a uma possível participação, mesmo não sendo através de uma consulta oficializada, encontramos duas situações distintas junto aos sujeitos

⁴⁹ DSC questão 3 – Anexo IV

⁵⁰ Entrevista do Prof. Carlos Roberto Ferreira.

entrevistado , sendo a primeira: “Não, nenhuma. Não fomos convidados tudo foi feito dentro da própria secretaria.”⁵¹. O que vem corroborar com a questão anterior, ou seja, não ocorreram nem de forma oficial e nem extra oficialmente, algum tipo de consulta à maioria dos sujeitos envolvidos. A segunda situação que aparece especificamente relacionada ao sujeito 1, que no momento da transição desempenhava uma função destinada para um cargo de confiança dentro do DERO, apresenta a seguinte resposta: “Na época auxiliei na elaboração em alguns tópicos do projeto de Lei.”⁵² Portanto, quando o mesmo coloca que participou da elaboração do projeto de Lei, isso nos remete a uma situação que o grupo hegemônico, confirma sua situação de classe dirigente. Caracterizando o que Gramsci estabelece quando discursa que sobre a classe dominante e sua ação política, “ o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal [...] e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva” (COUTINHO, 2007, p. 127).

Para um análise da questão 5, onde os sujeitos foram indagados sobre a existência de alguma manifestação (imprensa, associações, etc), ou seja, alguma manifestação dos componentes dos aparelhos privados de hegemonia. Como resposta, o discurso coletivo apresenta: “Imprensa, expectativa de resultados, maior repasse de verbas para o desenvolvimento do esporte, pagamentos de atletas. Não, foi de cima para baixo.” ⁵³. Percebe-se que não ocorreram movimentos e nem mesmo algum tipo de indagações, mesmo por parte daqueles que estavam um pouco menos envolvidos com o esporte em relação aos nossos sujeitos pesquisados. A imprensa não questiona a transição em nenhum aspecto. Desde a sua condição como órgão gestor nem a indicação de seu comando. Preocupa-se somente com os resultados positivos que o esporte pode trazer para o município. Situação que indica a passividade da Sociedade Civil, pois estavam dentro do processo que Gramsci indica, quando se remete a questão de que as classes dirigentes é que determinam a concepção de mundo para as classes subalternas.

Percebe-se neste espaço que não existe uma atuação de contra hegemonia, na concepção gramsciana, pelo menos na esfera municipal. A classe subalterna não se organiza e parece não possuir a figura dos intelectuais, para embasarem suas

⁵¹ DSC questão 4 - Anexo IV

⁵² DSC sujeito 1 - Anexo IV

⁵³ DSC questão 5 - Anexo IV

ações. Esta situação é confirmada em algumas falas do Prof Carlos Roberto Ferreira, com relação ao seu posicionamento em decorrência a criação da Secretaria de Esportes e Recreação e também com a indicação do seu nome para ocupar o cargo de secretário, “Então eu acho que foi uma coisa bem natural que aconteceu na época”.

54

Uma interpretação poderia vir a tona, para justificar a passividade aparente da Sociedade Civil em relação à transição dos órgãos de gestão esportiva no município de Ponta Grossa, ou seja, a sociedade civil “gramscianamente entendida como lugar de criação da hegemonia, de afirmação do senso comum, de formação das consciências, não contrapostas à ‘sociedade política’, mas perfeitamente integrada com ela” (LIGUORI, 2003, p. 186). Isso não se confirma, pois através das respostas obtidas com os sujeitos do processo, os mesmos remetem para o fato de que não sabiam ou sequer foram consultados para decidirem sobre o assunto da criação da Secretaria de Esportes e Recreação.

Com relação a uma possível intervenção da política estadual, as interpretações apresentam uma divergência por parte dos sujeitos, “Não, acho que foi uma iniciativa do DERO, do meu ponto de vista não.”⁵⁵ E o sujeito 4, “Governo Estadual criou a Secretaria Especial do Esporte e Turismo, automaticamente os municípios de médio e grande porte foram nesta via.”⁵⁶ As interpretações são diferentes provavelmente pelo próprio envolvimento do sujeito 4 no processo. A Secretaria Especial do Esporte e a Fundação de Esportes do Paraná, criada em 1987, surge com a função de administrar o esporte no Estado, aparecendo como setor hegemônico, ou seja, como órgão que representa a classe dominante política do Estado. Mesmo não sendo percebido pela Sociedade Civil, representada aqui pelo DSC 1 da questão 6, ocorre em nosso entendimento, justificado por Gramsci o domínio da sociedade política dentro da esfera estatal, onde “ a classe dominante impõe coercitivamente a sua dominação (aparato policial e militar, sistema judiciário e **administrativo**)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 35) (grifos nossos). Portanto, existe neste momento uma ingerência das políticas públicas estadual, sobre a municipal. Esta

⁵⁴ Entrevista realizada com o Prof Carlos Roberto Ferreira em 16 de Agosto de 2013

⁵⁵ DSC 1 Questão 6 - Anexo IV

⁵⁶ DSC 2 – Sujeito 4 – questão 6 - Anexo IV

conclusão também se ampara na fala do então gestor da Secretaria Especial do Esporte do Estado do Paraná, Sr. Edson Gradia,

E eu tenho certeza que os números provam isso, que nunca se criou tanta secretaria de esporte nos municípios como foi no nosso governo. Por estímulo e até pressão da secretaria, porque quando nós íamos numa cidade, pra mim a autoridade maior era o secretário de esporte, pra depois eu falar com o prefeito.(MARTINS, 2004, p. 99).

No espaço político partidário, as três esferas governamentais se apresentam em momentos de conciliação ou de conflito, porém especificamente para o esporte, a roupagem é de um espaço aberto e voltada para a comunidade. Organiza-se o esporte rendimento, busca-se o esporte participação/lazer e o educativo, porém, nas entrelinhas os privilégios políticos/econômicos da época, estão voltados para o rendimento. A postura do Estado é de domínio sobre a Sociedade Civil e esta se apresenta pelo menos em nível municipal, dentro das passividades características do homem acrítico.

Com relação às políticas públicas para o esporte em Ponta Grossa, as mesmas irão se alterar com o passar dos anos, em alguns momentos se conciliando com as da esfera do Estado em outros se afastando. A Secretaria de Esportes e Recreação de Ponta Grossa, tem um longa história a ser contada, pois teve suas ações até o ano de 2012. Mas este é um outro momento, e não cabe estabelecer sua trajetória no presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando no primeiro capítulo apresentar um resgate histórico da implantação das políticas públicas no Brasil. No segundo capítulo contextualizamos as das políticas públicas instituídas para o esporte estabelecidas pelo Governo do Estado, destacando seus objetivos e sua organização. Para terceiro capítulo apresentamos as implantações das políticas públicas para o esporte no município de Ponta Grossa, e sistematizamos o momento da criação da Secretaria Municipal de Esporte e recreação identificando e discutindo a visão dos sujeitos sociais envolvidos, com uma análise gramsciana.

Como primeira hipótese, tínhamos o entendimento de que sob a visão dos sujeitos envolvidos, que nunca houve uma participação da Sociedade Civil, nos

encaminhamentos da implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação. Demonstrando que as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas estaduais nunca formaram uma sinergia natural junto aos anseios dos sujeitos sociais do campo esportivo.

Como segunda hipótese, tínhamos o entendimento de que sob a visão dos sujeitos envolvidos, que houve uma participação da Sociedade Civil, nos encaminhamentos da implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação. No que se refere a uma participação dentro das decisões nas esferas políticas e sociais.

Após a realização do estudo, concluímos pela desaprovação da segunda hipótese e pela confirmação da primeira hipótese, após constatar através das entrevistas e da pesquisa sobre as propostas governamentais e as sobre as ações políticas responderem somente aos anseios da classes hegemônica.

Ficou evidente, através das entrevistas realizadas e dos levantamentos efetuados durante o estudo, que todos os sujeitos envolvidos na esfera esportiva do município de Ponta Grossa, representantes da área esportiva, foram ignorados, e por isso não ocorreram ações ou propostas de se conquistar o consenso ou mesmo o consentimento das esferas envolvidas no processo.

O Estado ampliado em Gramsci, assim como o conceito de hegemonia, se fazem nitidamente presentes no processo estudado. A Sociedade Civil, apesar do momento político vivenciado no início dos anos 70, encerra nosso período (1989) bem caracterizada, com as lutas e conquistas da Sociedade Civil e a mediação com a sociedade política, dentro da superestrutura. Caracterizado nitidamente a hegemonia de uma classe (politicamente influente) sobre as demais, em se tratando do contexto esportivo.

Finalizamos afirmando que, além de termos realizado a pesquisa analisando teorias, levantando suposições e descobrindo novos questionamentos, gostaríamos de prestar uma contribuição à área, considerando relevante o estudo por tentar entender as ações sócio políticas nas diretrizes do esporte em Ponta Grossa, , com o intuito de demonstrar a necessidade de despertar nos sujeitos sociais envolvidos, a participação através de questionamentos e visão crítica em relação as política

públicas esportiva a serem instituídas futuramente, para que tragam resultados expressivos para a sociedade, zelando para o bom desenvolvimento do esporte.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSSKY, C. B. **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202
- ALVES, Ana C. C. O Conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80: 2010 p. 71-96. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 15/04/2014.
- ALMEIDA, A. B.; GUTIERREZ, G. L. **Subsídios teóricos do conceito cultura para entender o lazer e suas políticas públicas**. Conexões v. 2, n. 1, p. 48, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Persona, 1977. p. 226.
- BASTOS, A.I. J. **Políticas Públicas para o Esporte e Lazer em Ubaira/BA: Desafios e possibilidades da gestão esportiva no período de 2009 a 2011**. 2012, (?)f. Monografia (Curso Licenciatura em Educação Física), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.
- BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Melhoramentos. 1991.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo. Brasiliense, 2000, p. 97.
- _____. **O conceito de Sociedade Civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 77.
- _____. **Ensaio Sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil**. Tradução de Marco Aurélio Oliveira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 137 p.
- _____. **Teoria Geral da Política: A filosofia política e as lições dos clássicos**. Tradução de Daniela Baccaccia Versiani. 14º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 b. 706 p.
- BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: um introdução**. Vitória: UFES – Centro de Educação Física e Desportos, 1997, p. 129.
- BRASIL, Decreto Lei n. 3.199\41, de 14 de abril de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. Brasília, 14 abr. 1941. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- BRASIL, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil**. De 6 de maio de 1969. Brasília: disponível em:< <http://cev.org.br/biblioteca/diagnostico-educacao-fisica-desportos-brasil/>. Acesso em 15 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> acesso em: 09 de jan. 2013.

BRASIL, Lei nº 6251, de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos e da outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 de out de 1975. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>> acesso em: 05 de jan. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

BRUHNS, H. (Org). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CANTORANI, L.R.H.; PILATTI, L. A. Jogos Estudantis Municipais: de evento escolar à espetacularização. In: **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2003, João Pessoa.

CARVALHO, A.G. Figueiredo e a Liberalização do Regime Autoritário (1974 – 1985). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro. v. 48, n.1, p. 115 – 147. 2005.

CAVALCANTI, L.f. Grasmci: Socialismo e Demografia. **Journal UFSC**, Florianópolis. v. 22, n. 42, p. 22 – 52. 2001. Disponível em:< <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15392>> acesso em: 19 de mar. de 2013.

CELINA, S. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologia**. Porto Alegre, ano 8, n 16, p. 20 – 45 . jul./dez. 2006.

CERVI, E. U. Opção pelo populismo: Dissidência política e renovação eleitoral no município de Ponta Grossa. In: Codato, A.N.; Santos, F.J. **Partidos e eleições no Paraná: Uma abordagem histórica**. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006, p. 265.

CODATO, A. N. Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia Política** , p. 83 – 106, nov de 2005.

COPPOLA, G.R. LA DIMENSIÓN DEL CAMPO DE LA RECREACIÓN EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA NACIÓN ARGENTINA: Educación popular desde el pueblo y su concepto de cimentación de las culturas originarias. **Pensar a Prática**. Universidade Federal de Goiás. Goiás. v. 9, n. 1, p. 27-44. Jan./jun. 2006. Disponível em:< <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/123/118> > acesso em: 22 de novembro de 2013.

COSTA, L. C. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo. Ponta Grossa: Cortez; UEPG 2006. p.248.

COTRIM, L. A Revolução alemã de 1848 nos artigos da nova Gazeta Renana. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, maio/ago, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15894>>. Acesso em: 03/03/2014.

COUTINHO, C. N. **Hegel e a democracia**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1977. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/textos/coutinhohegel.pdf>. Acesso em 23/02/2014.

DA COSTA, LAMARTINE (ORG.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

Di GIOVANNI, G. (UNICAMP de Núvelo de Estudos de Políticas Públicas). Políticas Públicas.

Diário dos Campos, Ponta Grossa, p.4 , 30 jan. 1973.

Dario dos Campos. Ponta Grossa, 30 jan. 1973.

_____. Ponta Grossa, 09 fev. 1974.

_____. Ponta Grossa, 18 fev. 1974.

_____. Ponta Grossa, 23 jul. 1974.

_____. Ponta Grossa, 23 ago. 1974.

_____. Ponta Grossa, 05 set. 1974.

_____. Ponta Grossa, 01 out. 1974.

_____. Ponta Grossa, 13 abr. 1983.

_____. Ponta Grossa, 29 abr. 1983.

_____. Ponta Grossa, 13 mai. 1983.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo, Perspectiva, 1976. P. 333.

DURIGUETO, M. L. **Sociedade Civil e democracia**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 240.

ELIAS, Norbert.. **Introdução à Sociologia**. ed 70. Lisboa,2005.

_____. **A busca da Excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>> Acesso em 16/06/2014.

FREIRE, J. C. **O Concieto de Estado na Filosofia Política de Antonio Gramsci**. 2010, 99f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade São Bento. São Paulo, 2010.

FREY, K. Análise de políticas públicas: Algumas reflexões e suas implicações para a situação brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, nº 18, setembro. PPGSP/UFSC. 2000.

FUNARI, A.P. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: Análise do Paraná – 1970 -2005.2008**, 179f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia – UNICAMP, Campinas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** . 6. Edição; São Paulo: Atlas. 2008.p. 1990

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 500 p.

_____, **Cadernos do Cárcere**. Volume 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 428 p.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia Ltda,1987. p. 297.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, **Leviatã**. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

KINZO, M.A. A democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **Revista São Paulo em Perspectiva**, p. 1 – 12, v. 4, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória** .2ª ed. Campinas: UNICAMP. 1992.

LEFEVRE, A. M. C. et. al. **A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRUH”, São Paulo – 2002**. Saúde e Sociedade v.12, n.2, p.68-75, jul-dez 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n2/07.pdf>>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

LEVI, L. **Governo**. In: **BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

LIMA, R.R. A. Gramsci e a Democracia Operária. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. XXVI, 2013, São Paulo. **Anais**. São Paulo: 2011. p. 1 – 9.

LIMA, W. G. **Política pública: discussão de conceitos**. Interface (Porto Nacional), ed. 5, out. 2012, p. 49-54.

LOURENÇO, G.M. Economia paranaense: restrições conjunturais e avanços estruturais. **Revista FAE**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 1-5, set/dez. 1999.

LUIZ, D. E. C. (Org). **Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veraz, 2010. p. 301

MARCELINO, N. C. **Lazer e Humanização**. Campinas - SP, Papirus, 1983. p. 83.

MARCHI Jr. W. **Sacando o Voleibol**. Hucitec, Porto Alegre, 2006. 239 p.

_____. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, Marcelo & LUCENA, Ricardo. **História e Sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARQUES, R.F.R. et al. **Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, out./dez. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v23n4/v23n4a06.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

MARTINS, Dilson. J. **A formulação e a implantação das políticas públicas no campo do esporte no estado do Paraná entre 1987 e 2004**. 2004, 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p.

_____. **Contribuição à Crítica de Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 285 p.

_____. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010. 175 p.

MENDES, A.P. M. S.. **Jornada pelo bosque da história: Narrativas de vida de meninas em cumprimento de medidas sócio disciplinares na cidade de Ponta Grossa - Paraná - Brasil**. 2011, 64f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

MENESES, U. B. Os Paradoxos da Memória. In: MIRANDA, Danilo S. **Memória e Cultura: A importância da memória da cultura da formação humana**. São Paulo: SESC, 2007. p. 13-33.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes às atuais políticas governamentais**. 2000, 169 f. Tese (Doutorado Faculdade de Educação Física) da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

MEZZADRI, F. M.; SILVA, M.M. Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. In: **Políticas Públicas e Esportes**. Várzea Paulista: Fontoura, 2014. p. 15-32.

MEZZAROBBA, Cristiano; CONCEIÇÃO, Daniel Machado da. “Os herdeiros”: questões sobre o campo esportivo. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 317-340, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723815292014317/pdf_13> Acesso em: 4 de set. de 2014.

MINAYO, M.C.S. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1937/1880>> Acesso em: 19 ago. 2013.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. (?)p.

OLEIAS, V. J. **Conceitos de Lazer**. Disponível em: <www.eds.ufsc.br/walmir/textos.html>. Acesso em: 20 de abril de 2013

OLIVEIRA JUNIOR, C.R.; SGARBIERO, M.; BOURGUIGNON, J.A. Pesquisa exploratória: concepção e percurso metodológico. In: BOURGUIGNON, J.A; OLIVEIRA JUNIOR, C.R. **Pesquisa em Ciências Sociais: Interfaces, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012. 195 – 209

OLIVEIRA, M. A. **Os professores de Educação Física e a “renovação” da Educação Física brasileira durante a ditadura militar no Brasil** : a historiografia frente à revista brasileira de Educação Física e desportos (1968-1984). Disponível em:< http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Historia_Da_Educacao/Trabalho/06_17_25_OS_PROFESSORES_DE_EDUCACAO_FISICA_E_A_%20RENOVACAO%20DA_EDUCACAO_FISICA_BRASILEIRA_DURANTE_A_DITADURA_MILITAR_NO_BRASIL.pdf#page=1&zoom=auto,0,849 > Acesso 04 Jan de 2013.

_____. Políticas Públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: Uma só representação? **Perspectiva**. Florianópolis. v 21, n 01, p. 151 - 178. 2003.

_____. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 28, n. 01, p. 51 – 57, jan./Jun. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11655.pdf> > Acesso em: 03 de Dez de 2003.

OLIVEIRA, V. S. Políticas Públicas em esportes no Brasil. **Univ.JUS**, v.22, n.2, p. 197 – 224, jul/dez 2011.

PAIM, J. S.; COSTA, H. O. G.; VILASBOAS, A. L. Q. **Política pública e controle da violência: um estudo de caso na cidade de Salvador, Bahia, Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, Mar. 2009. P. 485-493. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de abril de 2013.

PEREIRA FILHO, J.R. **Complexo da Maré: Possibilidades de construção da cidadania a partir de políticas públicas nas áreas de esporte e lazer**. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UGF, Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, J. F. **Representações do Esporte e Educação Física na Ditadura Militar: uma leitura a partir da revista e história em quadrinhos Dedinho (1969 - 1974)**. 2003. 154 f. Tese (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

QUIMELLI, G.A. de. Considerações sobre o estudo de caso na perspectiva qualitativa. In: BOURGUIGNON, J. A. **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. 63 – 84.

RIBAS, J. A. **Os Jogos Abertos do Paraná na Contextualização do Esporte Paranaense entre 1987 e 2005**. 2007, 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROSALDO, Daniela Gomes et al. Recreação e Lazer-Relações com a Educação Física. **Argumentandum**. Cataguases – MG, v.1, 2009. Disponível em: < http://sudamerica.edu.br/argumentandum/artigos/argumentandum_volume_1/Recreacao_e_Lazer.pdf > Acesso em: 12 de março de 2013.

RUA, M. das G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/porta1/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspUBLICASS.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

SALLES FILHO, N. A. **Políticas públicas para o esporte e lazer: reflexões a partir da metáfora de “dirigir um carro”**. XVII Simpósio de Educação Física e Desportos do Sul do Brasil. p.244-247.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 10ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 412 p.

SCHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: Representação social, mito ou realidade na política local?**. 2007, 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à Sociedade Civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 66, p. 65 – 83, abril. 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a3.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.26, n.70, p. 373 – 391, set/dez. 2006.

SILVA, P. da T. N. **São as políticas públicas efetivamente políticas “sociais”?** Motrivivência. Ano XI, n 2. 12, maio,1999. p. 80-91.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª Ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

SOUZA, H.J. **Como se faz Análise de Conjuntura**. 22º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 170 p.

STAREPRAVO, F.A. **Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esportes e lazer e outras formas de participação direta**. Disponível em; < <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/283.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2012.

STAREPRAVO, F. A.; MIGUEL, R. G. **Análise das Políticas Públicas de Esportes e Lazer de Guarapuava- PR**. 1º Encontro da ALESDE, “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”, UFPR - Curitiba - Paraná – Brasil, 2008. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/analise-das-politicas-publicass-esporte-lazer-guarapuava-pr.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise**. Movimento, Ensaios. Porto Alegre, v.17, n.03, p.233-251, jul-set de 2011.

TEIXEIRA, E. C. O. **Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Disponível em: http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicass.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2012.

TEIXEIRA, Sérgio. **O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**. Portal Mineiro – Universidade Federal de Minas Gerais, s/d. Disponível em:

<

http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/1c_2.pdf >. Acesso em: 18 de out. 2013.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 128

_____, Bases teóricas-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa** Rittler dos Reis, v. 32, 2001.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do Privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) . Faculdade de Educação Física. Campinas, UNICAMP: 2005.

WAICHMAN, P. A. A respeito dos enfoques em recreação. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 22-31, 2º Sem. 2004.

WERLE, V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 135-142, jan./mar. 2010.

WAENY, M.F. disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/waeny01.htm> >. Acesso em: 02 de maio de 2012.

ANEXOS

ANEXO I - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS

ANEXO II - PERGUNTAS PRINCIPAIS NAS ENTREVISTAS

ANEXO III - TEXTO INTEGRAL DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS QUE FAZEM PARTE DO NÚCLEO CENTRAL DA PESQUISA

ANEXO IV – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – DSC

ANEXO V – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA: PROFESSOR CARLOS ROBERTO FERREIRA

ANEXO VI – CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTOS ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

ANEXO I - CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS

Como estudante de mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com ênfase na linha de pesquisa de História e Cidadania, (orientanda do Professor Doutor Constantino Ribeiro de Oliveira Junior), estou conduzindo o estudo intitulado Políticas Públicas em Esporte e Lazer: o caso da implantação de Secretaria Municipal de Esportes e Recreação em Ponta Grossa – Pr.

A problemática central desta pesquisa, dentro do contexto das políticas públicas, é a seguinte: Quais foram as relações sócio-políticas envolvidas na implantação da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação?

A opção por entrevistá-lo (a) partiu do levantamento que fiz em relação às pessoas que tiveram um contato próximo e importante com o tema abordado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior
Orientador

PESQUISADOR Prof. Carlos Maurico Zaremba
Mestrando

ANEXO II – PRINCIPAIS PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- 1- Qual era sua relação com o esporte em Ponta Grossa, entre os anos de 1985 e 1990?
- 2- Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná?
- 3- Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER)?
- 4- Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?
- 5- Você lembra-se de manifestação política, imprensa ou mesmo de segmentos da sociedade ligada ao esporte, durante a implantação da SMER ?
- 6- Você percebeu alguma ingerência de políticas vinda do Estado? Na sua opinião o Estado influenciou na implantação da Secretaria Municipal de Esportes de Ponta Grossa?

ANEXO III - TEXTO INTEGRAL DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS QUE FAZEM PARTE DO NÚCLEO CENTRAL DA PESQUISA

SUJEITO 1

- 1- Qual era sua relação com o esporte em Ponta Grossa , entre os anos de 1985 e 1990?
Bom, entre 1985 e 1990 eu era professor inicialmente do departamento de esportes e educação orientada da prefeitura que foi transformada em Secretaria municipal de esportes e recreação eu era técnico de voleibol e coordenador de todos os eventos esportivos relacionados com o voleibol, como jogos estudantis municipais, jogos da primavera e outras competições em nível estadual, jogos abertos do Paraná, jogos da Juventude e jogos universitários.
PESQUISADOR: O Senhor entrou e saiu em que ano da prefeitura?
Eu entrei no início de 1983 no DERO, e trabalhei até 1994.
- 2- Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante o período mencionado na pergunta anterior? Qual?
Sim. Eu participei ativamente de todas as competições que envolviam municípios promovidos pelo governo do estado, como, os Jogos escolares do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Universitário do Paraná, e Jogos abertos, além de outras competições promovidas especificam do voleibol.
- 3- Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER) ?
Não. A minha função era como técnico, soube que houveram reuniões administrativas preparatórias, mais eu não participei.
PESQUISADOR: Mais consulta popular não teve nenhuma?
Não, não participei de nenhuma não tive conhecimento.
- 4- Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?
Nenhuma.
- 5- Você lembra-se de algum episódio político durante a implantação da SMER ?
Não. Foi uma coisa de cima pra baixo pelo menos dentro da minha experiência profissional da época.
- 6- Você percebeu alguma ingerência de políticas vinda do estado, isto é vida de cima para baixo, o estado influenciou a implantação da Secretaria Municipal de Esportes de Ponta Grossa?
Não. Sobre o meu ponto de vista acho que não houve.

SUJEITO 2

- 1- Qual era sua relação com o esporte em Ponta Grossa , entre os anos de 1985 e 1990?
A minha relação nesse período era o trabalho que eu tinha na imprensa de divulgação da Liga Pontagrossense de Futebol de salão, e o trabalho de arbitragem bem como de presidente da Liga de futebol de salão.
- 2- Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante o período mencionado na pergunta anterior? Qual?
Sim. Eu tive muito tempo em todos esses anos aqui que estão relacionados a pergunta eu participei como arbitro, nos Jogos Abertos do Paraná, nos Jogos Escolares, Jogos da Juventude, e campeonatos promovidos pela Federação Paranaense de Futebol de Salão em todas as categorias sempre sendo chamado principalmente para apitar as finais
- 3- Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER) ?
Não. Eu não participei de nenhuma reunião, eu não fui consultado, simplesmente tomamos conhecimento de reuniões, que foi recreada a Secretaria Municipal de Esporte e Recreação. E não houve nenhuma participação das ligas desportivas aqui da cidade, e bem como futebol de campo, futebol de salão, ou mesmo do basquete que uma vez naquela época estava integrada praticamente. O secretário Ferreira a liga desportiva, a diretoria da liga participava inteiramente da secretaria.

- 4- Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?
Não. Não fomos convidados, não fomos atrelados a indagação nenhuma, tudo foi realmente feito dentro da própria secretária, e não sei se houve participações de outros órgãos respectivos como até a própria UEPG, e outros segmentos que tinham interesse.
- 5- Você lembra-se de algum episódio político durante a implantação da SMER? Posicionamento da imprensa, de lideranças políticas manifestações das entidades esportivas, etc.
Eu não me lembro assim, eu vi os comentários, a secretária teria inclusive um melhor desempenho, teria também um repasse de verbas maiores que pudessem dar um maior impulso no desenvolvimento do esporte da princesa dos campos, deixando o DERO de lado e criando-se uma secretária.
- 6- Você percebeu alguma ingerência de políticas vinda do estado, isto é vida de cima para baixo, o estado influenciou a implantação da Secretaria Municipal de Esportes de Ponta Grossa?
Que eu me lembre não. Acho que foi uma iniciativa própria aqui do DERO, na época de criar a Secretaria Municipal de Esporte e Recreação do município. Eu não vi nenhuma ingerência do governo do Estado, até concretizar-se este fato.

SUJEITO 3

- 1- Qual era sua relação com o esporte em Ponta Grossa , entre os anos de 1985 e 1990?
Particpei todos os anos das competições adultas de futebol de salão.
- 2- Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante o período mencionado na pergunta anterior? Qual?
Que eu lembre dos Jogos Abertos do Paraná, todas as fases.
Pesquisador: Qual ano em que você entrou e em qual saiu da seleção?
Comecei em 1985 com certeza, até 1991, fui para Assaí, e retornei em 1992 e fiquei até 1993 eu acho.
- 3- Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER)?
Não. Só soube que mudou o nome, pra mim na verdade, era só uma mudança de nome.
- 4- Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?
Também não. Por que eu nem sabia que iria mudar.
- 5- Você lembra-se de algum episódio político durante a implantação da SMER? Posicionamento da imprensa, de lideranças políticas manifestações das entidades esportivas, etc.
(sic), eu não tenho certeza acho que foi quando começaram a pagar os prta da casa. Foi durante todos os anos, todos os jogadores pelo que eu saiba, não recebiam nada à partir daí começaram a receber uma bolsa pra treinos inclusive.
- 6- Quais as mudanças em termos de gestão do esporte, para o município de Ponta Grossa, que você percebeu após a implantação da SMER?
Na verdade na época, nós íamos jogar por que gostávamos, depois fomos percebendo que precisávamos de uma estrutura melhor, um apoio maior, pois não tínhamos ginásio, não tínhamos bola, nada. Depois que foi melhorando, e chegamos num patamar razoável pra época.

SUJEITO 4

- 1- Qual era sua relação com o esporte em Ponta Grossa , entre os anos de 1985 e 1990?
Neste período trabalhava na UEPG com atividades esportivas e coordenação de eventos esportivos e fui convidado para trabalhar no departamento de esporte e recreativa orientada do DERO na função de chefe de divisão técnica , quando existia a transição do departamento para Secretaria Municipal de Esportes eu estava presente neste período .
PESQUISADOR: O senhor entrou em que ano no DERO e teve que ano na Secretaria de Esporte?
R: Entrei no DERO em 1987 e sai da Secretaria de Esporte em 1992

- 2- Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante o período mencionado na pergunta anterior? Qual?
 Sim. Participei diretamente dos Jogos da Juventude do Paraná, inclusive a 1º edição foi realizada em Ponta Grossa, os Jogos Abertos do Paraná e os projetos POLOS esportivos que existiam naqueles períodos ; também tinham alguns projetos de lazer também que não foram efetivados no município de Ponta Grossa
 PESQUISADOR: Em que ano foi feito o primeiro Jogos da Juventude?
 R: Em 1987 que foi uma solicitação de secretários de esportes da época do estado do Paraná para o governo do estado , então foi realizada em Ponta Grossa a primeira edição em outubro ou novembro de 1987 com 32 municípios participantes .
- 3- Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER) ?
 Naquele período que eu tenho lembrança não teve reunião aberta para público nenhum
- 4- Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?
 Na época o diretor administrativo e do esporte do DERO o senhor Ferreira diretor de esporte, e o diretor administrativo senhor Nacib Tebecherani, me convidaram para auxiliar na efetivação da lei que seria mandado para análise na câmara municipal. Então auxiliei o professor Nacib em alguns tópicos que falavam especificamente da área de esporte do município: Como;- Composição da diretoria de esporte;-Composição da forma de atuação;-De deveres da diretoria de esportes;-Algumas coisas de recreação também;-Aparte de eventos esportivos que foi restruturada, da diretoria de esporte foi criada outras divisões na época, divisão técnica que foi mantida , foi criada divisão de eventos esportivos e uma terceira divisão que não vou me lembrar agora, mas, as que eu participei da elaboração do projeto de lei da secretaria de esporte
 PESQUISADOR: O senhor lembra mais ou menos em que período foi isso?
 R: Foi no início, no final do governo Otto Cunha em 1990, se não me engano, no início de 1991 quando foi mandado para Câmara Municipal. Foi no final do governo Otto Cunha e no início Pedro Wosgrau Filho.
- 5- Você lembra-se de algum episódio político durante a implantação da SMER? Posicionamento da imprensa, de lideranças políticas manifestações das entidades esportivas, etc.
 Movimentação da imprensa, o município trazendo uma expectativa grande, com o departamento de esporte dentro da secretaria de educação, já existia um trabalho que havia se desenvolvido com uma certa frequência, dando uma condição, e a grande expectativa de todos os envolvidos dentro do esporte, mas, a imprensa trazia esta curiosidade de como seria, se com o departamento as coisas já aconteciam de forma satisfatória, com a criação da secretaria que teria uma dependência financeira maior, uma ligação política, um posicionamento político perante o prefeito de uma forma direta e seria um benefício maior para a comunidade, maior para a condição de atendimento para a comunidade, mais, principalmente em Ponta Grossa via-se a secretaria de esporte sendo criada com uma condição de esporte de rendimento, tendo uma presença maior em nível de estado e nível de país daquele momento
- 6- Qual foi a ingerência das políticas públicas do Estado
 O governo estadual da época o governador Álvaro Dias ele criou uma secretaria especial do esporte e turismo do Paraná e automaticamente os municípios foram nesta via de criação das secretarias, talvez esta tenha sido a primeira condição política que deu uma força maior para o grupo esportivo, não só para Ponta Grossa mais os vários outros municípios de porte médio e grande no estado e a incidência na secretaria do estado nos problemas que ela proporcionava nos municípios principalmente na área do esporte né, oi a grande parceria e grande atuação da Secretaria de Esporte de Ponta Grossa daquela época com as participações dos jogos oficiais do estado e principalmente dos projetos polos esportivos, onde Ponta Grossa havia criado uma tradição, lá no departamento de esporte com o Projeto Ademar Ferreira da Silva, com a parceria da (sic) Brasil no atletismo, e talvez o estado tenha pego este modelo nosso de Ponta Grossa de atletismo e transformado em um projeto polo para o estado do Paraná; que veio o polo do atletismo; o polo do basquete; o polo do voleibol; o polo do handebol; quer dizer, todas essas modalidades olímpicas, quase todas modalidades olímpicas foram criadas nos polos a nível do estado e Ponta Grossa participou do período, principalmente no polo de

basquete e no polo de atletismo que naquele momento a administração do grupo pode fechar que nós tínhamos condições de participar. Essa foi a utilização de projeto do estado que Ponta Grossa veio a fazer a inserção.

SUJEITO 5

- 1- Qual era sua relação com o esporte em Ponta Grossa , entre os anos de 1985 e 1990? Desde 1987 até 1990 fiz parte como atleta da seleção de voleibol feminino de Ponta Grossa.
- 2- Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante o período mencionado na pergunta anterior? Qual?
Sim. Durante este período participei de todas as competições promovidas pelo estado e pelo município relacionado ao voleibol feminino.
- 3- Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER) ?
Não.
- 4- Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?
Não. Era simplesmente uma atleta.
- 5- Você lembra-se de algum episódio político durante a implantação da SMER? Posicionamento da imprensa, de lideranças políticas manifestações das entidades esportivas, etc.
A respeito da imprensa sim, que estava ligada em tudo o que acontecia, pois também se encontrava na expectativa de ver resultado.
- 6- Você percebeu alguma ingerência de políticas vinda do estado, isto é vida de cima para baixo, o estado influenciou a implantação da Secretaria Municipal de Esportes de Ponta Grossa?
Não que eu saiba.

ANEXO IV - ANALISE DAS ENTREVISTAS - DSC

As análises partirão da questão 2, devido ao fato da questão 1 ser direcionada as funções que desenvolvia no esporte na época analisada, não significando opiniões.

As repostas estão em ordem crescentes dos entrevistados, iniciando com o sujeito 1 e encerrando com o sujeito 5.

QUESTÃO 2. Você teve algum tipo de participação em eventos esportivos promovidas pelo Governo do Estado do Paraná, durante o período mencionado na pergunta anterior? Qual?

RESPOSTA	IDEIA CENTRAL
Sim. Participei diretamente dos Jogos da Juventude do Paraná, inclusive a 1º edição foi realizada em Ponta Grossa, os Jogos Abertos do Paraná e os projetos POLOS esportivos que existiam naqueles períodos ; também tinham alguns projetos de lazer também que não foram efetivados no município de Ponta Grossa	Sim. Jogos abertos, projetos Polo, alguns projetos de lazer
Sim. Eu participei ativamente de todas as competições que envolviam municípios promovidos pelo governo do estado, como, os Jogos escolares do	Sim. Competições do município e promovidas pelo Governo, Jogos escolares, juventude,

Paraná, Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Universitário do Paraná, e Jogos abertos, além de outras competições promovidas especificam do voleibol.	universitários e abertos e competições de voleibol.
Que eu lembre dos Jogos Abertos do Paraná, todas as fases.	Jogos abertos
Sim. Eu tive muito tempo em todos esses anos aqui que estão relacionados a pergunta eu participei como arbitro, nos Jogos Abertos do Paraná, nos Jogos Escolares, Jogos da Juventude, e campeonatos promovidos pela Federação Paranaense de Futebol de Salão em todas as categorias sempre sendo chamado principalmente para apitar as finais	Sim jogos abertos, escolares, juventude, competições de futebol de salão
Sim. Durante este período participei de todas as competições promovidas pelo estado e pelo município relacionado ao voleibol feminino.	Sim, todas as competições promovidas pelo Estado relacionada ao voleibol.

DSC 2:

Sim, jogos Abertos, Escolares, Juventude, Universitários, competições de voleibol e futebol de salão e alguns projetos de lazer e o projeto dos Polos.

QUESTÃO 3. Você participou de alguma reunião ou consulta popular sobre a transição do Departamento de Esporte e Recreação Orientada (DERO) para Secretaria de Esportes em Recreação e Lazer (SMER)?

RESPOSTA	IDEIA CENTRAL
Não. A minha função era como técnico, soube que houveram reuniões administrativas preparatórias, mais eu não participei.	Não. Soube que houveram reuniões administrativas.
Naquele período que eu tenho lembrança não teve reunião aberta para público nenhum	Não teve nenhuma reunião aberta ao Público
Não. Só soube que mudou o nome, pra mim na verdade, era só uma mudança de nome	Não. Só soube que mudou o nome.
Não. Eu não participei de nenhuma reunião, eu não fui consultado, simplesmente tomamos conhecimento de reuniões, que foi recriada a Secretaria Municipal de Esporte e Recreação. E não houve nenhuma participação das ligas desportivas aqui da cidade, e bem como futebol de campo, futebol de salão, ou mesmo do basquete que uma vez naquela época estava integrada praticamente. O secretário Ferreira a liga desportiva, a diretoria da liga participava inteiramente da secretaria.	Não, participei de nenhuma reunião, simplesmente tomamos conhecimento da recreação da Secretaria, nenhuma participação das Ligas desportivas da cidade.
Não.	Não

DSC 3:

Não. Soube que houveram reuniões administrativas, não teve nenhuma reunião aberta ao público, só soube que mudou o nome, simplesmente tomamos conhecimento da recreação da Secretaria, nenhuma participação das Ligas desportivas da cidade.

QUESTÃO 4. Você teve alguma participação efetiva na implantação da SMER? Qual?

RESPOSTA	IDEIA CENTRAL
----------	---------------

Nenhuma	Nenhuma
Na época o diretor administrativo e do esporte do DERO o senhor Ferreira diretor de esporte, e o diretor administrativo senhor Nacib Tebecherani, me convidaram para auxiliar na efetivação da lei que seria mandado para análise na câmara municipal. Então auxiliei o professor Nacib em alguns tópicos que falavam especificamente da área de esporte do município: Como;-Composição da diretoria de esporte;-Composição da forma de atuação;-De deveres da diretoria de esportes;-Algumas coisas de recreação também;-Aparte de eventos esportivos que foi reestruturada, da diretoria de esporte foi criada outras divisões na época, divisão técnica que foi mantida, foi criada divisão de eventos esportivos e uma terceira divisão que não vou me lembrar agora, mas, as que eu participei da elaboração do projeto de lei da secretaria de esporte	Na época auxiliei na elaboração em alguns tópicos do projeto de Lei.
Também não. Por que eu nem sabia que iria mudar.	Também não.
Não. Não fomos convidados, não fomos atrelados a indagação nenhuma, tudo foi realmente feito dentro da própria secretaria, e não sei se houve participações de outros órgãos respectivos como até a própria UEPG, e outros segmentos que tinham interesse.	Não fomos convidados, tudo foi feito dentro da própria secretaria.
Não. Era simplesmente uma atleta.	Não

DSC 4:

Não, nenhuma. Não fomos convidados tudo foi feito dentro da própria secretaria.

DSC 5:

Na época auxiliei na elaboração em alguns tópicos do projeto de Lei.

QUESTÃO 5. Você lembra-se de algum episódio político durante a implantação da SMER? Posicionamento da imprensa, de lideranças políticas manifestações das entidades esportivas, etc.

RESPOSTA	IDEIA CENTRAL
Não. Foi uma coisa de cima pra baixo pelo menos dentro da minha experiência profissional da época.	Não, foi de cima para baixo.
Movimentação da imprensa, o município trazendo uma expectativa grande, com o departamento de esporte dentro da secretaria de educação, já existia um trabalho que havia se desenvolvido com uma certa frequência, dando uma condição, e a grande expectativa de todos os envolvidos dentro do esporte, mas, a imprensa trazia esta curiosidade de como seria, se com o departamento as coisas já aconteciam de forma satisfatória, com a criação da secretaria que teria uma independência financeira maior, uma ligação política, um posicionamento político perante o prefeito de uma forma direta e seria um benefício maior para a comunidade, maior para a condição de atendimento para a comunidade, mais, principalmente em Ponta Grossa via-se a secretaria de esporte sendo criada com uma condição de esporte de rendimento, tendo uma presença maior em nível de estado e nível de país daquele momento	Movimentação da imprensa, grande expectativa de resultados, esporte rendimento a nível de estado e de país.

eu não tenho certeza acho que foi quando começaram a pagar os pratas da casa. Foi durante todos os anos, todos os jogadores pelo que eu saiba, não recebiam nada à partir daí começaram a receber uma bolsa pra treinos inclusive.	Pagamento de atletas pratas da casa.
Eu não me lembro assim, eu vi os comentários, a secretária teria inclusive um melhor desempenho, teria também um repasse de verbas maiores que pudessem dar um maior impulso no desenvolvimento do esporte da princesa dos campos, deixando o DERO de lado e criando-se uma secretária.	Comentários de maior repasse de verbas para dar impulso no desenvolvimento do esporte.
A respeito da imprensa sim, que estava ligada em tudo o que acontecia, pois também se encontrava na expectativa de ver resultado.	Imprensa, expectativa de resultados.

DSC 6:

Imprensa, expectativa de resultados, maior repasse de verbas para o desenvolvimento do esporte, pagamentos de atletas. Não, foi de cima para baixo.

QUESTÃO 6. Você percebeu alguma ingerência de políticas vinda do estado, isto é vida de cima para baixo, o estado influenciou a implantação da Secretaria Municipal de Esportes de Ponta Grossa?

RESPOSTA	IDEIA CENTRAL
Não. Sobre o meu ponto de vista acho que não houve	No meu ponto de vista não houve.
O governo estadual da época o governador Álvaro Dias ele criou uma secretaria especial do esporte e turismo do Paraná e automaticamente os municípios foram nesta via de criação das secretarias, talvez esta tenha sido a primeira condição política que deu uma força maior para o grupo esportivo, não só para Ponta Grossa mais os vários outros municípios de porte médio e grande no estado e a incidência na secretaria do estado nos problemas que ela proporcionava nos municípios principalmente na área do esporte né, foi a grande parceria e grande atuação da Secretaria de Esporte de Ponta Grossa daquela época com as participações dos jogos oficiais do estado e principalmente dos projetos polos esportivos, onde Ponta Grossa havia criado uma tradição, lá no departamento de esporte com o Projeto Ademar Ferreira da Silva, com a parceria da (sic) Brasil no atletismo, e talvez o estado tenha pego este modelo nosso de Ponta Grossa de atletismo e transformado em um projeto polo para o estado do Paraná; que veio o polo do atletismo; o polo do basquete; o polo do voleibol; o polo do handebol; quer dizer, todas essas modalidades olímpicas, quase todas modalidades olímpicas foram criadas nos polos a nível do estado e Ponta Grossa participou do período, principalmente no polo de basquete e no polo de atletismo que naquele momento a administração do grupo pode fechar que nós tínhamos condições de participar. Essa foi a utilização de projeto do estado que Ponta Grossa veio a fazer a inserção.	Governo Estadual criou a Secretaria Especial do Esporte e Turismo, automaticamente os municípios de médio e grande porte foram nesta via. Departamento de esportes de Ponta Grossa, participação no Projeto Ademar Ferreira da Silva e projetos polos de basquete e atletismo.

Que eu me lembre não. Acho que foi uma iniciativa própria aqui do DERO, na época de criar a Secretaria Municipal de Esporte e Recreação do município. Eu não vi nenhuma ingerência do governo do Estado, até concretizar-se este fato.	Acho que foi uma iniciativa própria do DERO, não vi nenhuma ingerência do Estado.
*sujeito 5 não respondeu à pergunta.	
Não que eu saiba.	Não.

DSC 1:

Não, acho que foi uma iniciativa do DERO, do meu ponto de vista não.

DSC 2:

Governo Estadual criou a Secretaria Especial do Esporte e Turismo, automaticamente os municípios de médio e grande porte foram nesta via.

ANEXO V – ENTREVISTA EXPLORATÓRIA: PROFESSOR CARLOS ROBERTO FERREIRA

Estamos nas dependências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na presença do professor Carlos Roberto Ferreira, nascido em 05 de outubro de 1955, na cidade de Ponta Grossa.

Pergunta: Sr. Ferreira, depois de conhecer o objetivo desta pesquisa, o Sr. autoriza a concessão da mesma para fins culturais e científicos?

R: Sim

Pergunta: Por favor: Seu nome, endereço e sua função atual. E onde desempenha esta função?

R. Carlos Roberto Ferreira, Rua Frei Caneca, 477, ap. 22. Hoje estou aposentado da UEPG, tenho um padrão do ensino médio que está a disposição da UEPG, por causa do TIDE. Por estar na função de chefia de gabinete, estou com uma licença sem vencimento.

Pergunta: Como expliquei, está pesquisa se relaciona com sua passagem como gestor esportivo no município de Ponta Grossa. E nós gostaríamos que o Sr. nos apresentasse: quando o Sr. entrou e até quando o Sr. ficou como gestor e quais foram os respectivos prefeitos daquelas gestões, que coincidiram da passagem do sistema do DERO para Secretaria de Esportes.

R. É, eu entrei a convite para o Departamento de Esportes e Recreação Orientada de Ponta Grossa, em abril de 1983. E permaneci no DERO, que era este departamento, que cuidava da gestão esportiva e de lazer do município até 1996, durante três gestões. Mas em 1989, este departamento foi transformado na Secretaria de Esporte e Recreação. Administrei o DERO até 1986 na gestão de Paulo Cunha Nascimento. Então, permaneci na gestão de Otto Cunha, de 1986 a 1989. Na gestão de Pedro Wosgrau Filho, que foi o criador da Secretaria, fui o gestor de 1989 a 1993. E de 1993 a 1996 fiquei a frente da Secretaria na gestão do prefeito Paulo Cunha Nascimento. Entrei no DERO através de um convite, para eu fazer um projeto, onde nós pudéssemos aplicar no Departamento de Esportes e Recreação Orientada. Este convite foi feito pelo prefeito Otto Cunha e sua secretária de Educação. Isso porque o DERO, naquele momento era subordinado à Secretaria de Educação, na época conduzido pela professora Francisca Isabel de Oliveira Maluf. Eu fui levado, até o prefeito, na época pelas mãos do Cel. João Jorge dos Santos, que era comandante do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa. E, em uma entrevista que tivemos com o prefeito e a Secretária de Educação, foi nos solicitado este projeto. O projeto foi feito praticamente a duas mãos, ou melhor falando, a quatro mãos, eu e o professor Fauzi Aziz Chaguri, destinava-se para uma possível implantação do esporte e da recreação no município. Após um tempo eu recebi uma ligação em casa, dizendo que o prefeito tinha aprovado e que naquela noite queria exemplos. O prefeito estava me convidando para comparecer junto com ele, na premiação da Liga de Futsal de Ponta Grossa, na churrascaria O Bosque, e quando nesta oportunidade seria anunciado o diretor do DERO. Existiam comentários na cidade de vários nomes e a imprensa também cobrava uma atitude da prefeitura, porque o departamento estava inoperante na época e daí o prefeito Otto Cunha anunciou o meu nome. E ali nós começamos nosso trabalho. A pessoa que foi uma grande incentivadora, que apoiou muito na época o Departamento de Esportes e Recreação Orientada, foi a Secretária de Educação a professora Francisca. E ela a partir de um certo momento, levou a necessidade de criação de uma secretaria ao prefeito Otto Cunha. O prefeito Otto Cunha, inclusive chegou a pedir um levantamento de custos, para a criação desta secretaria no final de sua gestão. Mas como ficou muito inviável, até pelo tempo para se propor isso na câmara, foi deixado para o prefeito da gestão seguinte. E como eu estive envolvido no programa do governo do candidato Pedro Wosgrau Filho, nós neste programa de governo, colocamos a criação da secretaria. Até porque toda a região próxima de Ponta Grossa, teria a facilidade de comunicação entre as diversas secretarias dos diversos municípios e isso proporcionaria a liberdade de propor e executar diversos projetos. Então, com todas as justificativas na época possível, foi colocado como proposta no plano de governo e o prefeito Pedro

Wosgrau Filho foi eleito. Uma das primeiras mensagens enviadas para a câmara, foi a criação da Secretaria Municipal de Esporte e Recreação.

Pergunta: O Sr. falou que o DERO estava inoperante. Foi este período de sua entrada no DERO? E o Sr. lembra quanto tempo o Departamento ficou sem diretor?

R. Não tinha um diretor. O responsável chamava-se Emílio Neme, na época, que não era uma pessoa da área, era leiga e que tinha vários assessores também leigos. Então, pela própria formação destas pessoas, o DERO tinha como objetivo a participação nos Jogos Abertos e tinha a Liga que era responsável pelos jogos de futebol de salão na cidade e mais nada praticamente acontecia. A não ser algumas situações isoladas, que aconteciam de forma muito repentina. Uma programação, calendário, projeto de formação esportiva, de recreação e lazer na comunidade, isso não existia. E foi quando a gente foi convidado, eu assumi o Departamento e convidei a professora Ivone Valgas e a Professora Myrna Kossatz, para assumirem a parte da recreação e o professor Fauzi foi o diretor da parte de esportes. E, ali começamos a montar uma equipe de funcionários contratados, pois existia sim na época, eventos como Jogos Abertos do Paraná. Anteriormente funcionava assim: sessenta dias antes dos jogos, eram contratados técnicos para o período de participação nos jogos, e quando retornavam eram dispensados. Para alterar isso, nós conseguimos fazer uma equipe no departamento e termos um treinamento permanente, para várias seleções de Ponta Grossa, para Jogos Abertos e depois várias escolinhas para a formação de atletas. Enfim, foi o trabalho inicial.

Pergunta: Durante este período compreendido, próximo ao início da gestão de 1983 e também em 1985, o Paraná fez uma reformulação dos Jogos Abertos. Apresentando uma outra maneira de gerir os Jogos. É este tipo de política pública ou mesmo legislação, ou esta maneira da criação e de renovar os Jogos Abertos, veio a apresentar alguma influência, para justificar a existência de uma secretaria em Ponta Grossa? O DERO, não comportava mais aquela nova concepção dos Jogos Abertos?

R. Não. Eu acho que foi a atividade de cada um que pertencia ao DERO, a intensidade de eventos, os memorandos de solicitação para a própria Secretaria de Educação que era que autorizava a utilização de vários assessórios de dentro da prefeitura, ou assessórios do município, como praças, ruas, etc. É que foi justificando internamente em um primeiro momento, para depois na participação em eventos, na participação dos Jogos Abertos do Paraná, justificou-se a criação da Secretaria. Nós vemos como uma coisa natural, a necessidade de atender aquilo que estava se propondo, e de uma melhor maneira, com mais rapidez, com mais liberdade é que emergiu dentro da prefeitura, essa necessidade. Além da aprovação de vários municípios, eu lembro de Telêmaco Borba, Castro, e municípios até menores que Ponta Grossa e municípios maiores tinham a sua independência. Como a AMETUR de Londrina, a Secretaria de Esportes de Maringá, enfim municípios grandes e semelhantes ao nosso. Que já tinham adotado no município um setor esportivo, profissional e que atendia as necessidades do município no esporte, da recreação e lazer com um todo. Então eu acho que foi uma coisa bem natural que aconteceu na época. Claro que a parte política é importante. E foi de uma campanha política, que foi feita a promessa de criação desta Secretaria, e foi cumprida. Então eu vejo que foi, uma conjunção de fatores, que agora não vou saber discurrir. Discorri só alguns que justificaram plenamente. E que não houve também, na criação da Secretaria, nenhum gasto excessivo em relação ao que já existia no DERO. Porque a estrutura, a figura de um secretário e de mais um diretor, que era o diretor administrativo da Secretaria. Porque os demais diretores responsáveis pelas áreas técnicas, já existiam. Então o crescimento em valores da criação da Secretaria foi muito pequeno, perto daquilo que repercutiu em ações, melhorias, atendimentos e assim por diante.

Pergunta: Durante a sua permanência no DERO, até ele se tornar uma secretaria, ocorreu a criação da Paraná Esporte. Isso foi antes de 1989.

R. A Secretaria de Esportes do Estado, foi criada no governo de Álvaro Dias, que foi em 1988, se não me engano. Lembro que fomos para o Jogos Abertos em Paranaguá, e lá estava sendo feita a campanha para governador de Estado e lá saiu um documento, inclusive, solicitando ao Governo do Estado, que se criasse a Secretaria de Esporte do Paraná. E foi criada na época. E o secretário foi Edson Gradia. E dentro da Secretaria, foi feito um organograma necessário. Já nos Jogos Abertos de Campo Mourão a Secretaria já começou a ser operacionalizada em atividades e foi aí inclusive que se deu o marco histórico. Os Jogos de Paranaguá, que tiveram várias dificuldades, para a sua realização. No ano seguinte os jogos de Campo Mourão, se profissionalizando, tendo uma conotação totalmente diferente. Saindo de um modelo de jogos totalmente recreativo, para um modelo de competição altamente séria e competitiva de todos os municípios do Estado.

Pergunta: Durante o processo de efetivação da Secretaria, em termos burocráticos e até em termos de discussão política, ocorreram algumas divergências, algumas oposições? E até mesmo de algum vereador ou até mesmo de algum profissional da área, que não aceitavam esta operação?

R. Existiu. Os vereadores Ozires Nadal e Péricles, que na época fizeram questionamentos. Um convite foi feito à minha pessoa para comparecer na câmara, para justificar a criação da Secretaria. Como eu não era secretário ainda, pois não existia a pasta, na verdade o convite deveria ser feito ao secretário de Educação, naquela época Marcos Razouk. O mesmo foi a câmara e eu o acompanhei e mais ou menos durante cinco horas, nós falamos sobre esta atividade que o DERO estava desenvolvendo até então, e justificando assim a solicitação do prefeito para a criação da Secretaria. Após esta reunião, foi aprovado, pelos vereadores, rapidamente, sem nenhum voto contra, e eu acho que estavam certos na época, de questionar e saber o que estava sendo criado e porquê. E a Secretaria começou as suas atividades, em meados de abril de 1989.

Pergunta: Dentro da perspectiva profissional o Sr. teve conhecimento se haviam outras pessoas que almejavam o cargo de secretário?

R. Não, porque eu estava compondo o primeiro grupo de trabalho, para a criação de propostas de várias áreas. E eram representantes destas áreas, dentro deste grupo de trabalho, que apoiou o candidato Pedro Wosgrau Filho. Neste momento, que eu tenho lembranças, não. Mas na sequência natural e lógica, quando da eleição do prefeito Paulo Cunha Nascimento, nós vimos vários nomes e o prefeito Paulo Cunha Nascimento, me convidou para continuar na época. Que foi assim uma coisa inédita, eu fique três mandatos de prefeitos consecutivos. Eram praticamente do mesmo grupo, não vou dizer cem por cento do mesmo, mas tinham uma linha de pensamentos bem semelhantes. Eu fiquei muito feliz de participar estes anos todos e dar um pouco para o crescimento do esporte em Ponta Grossa, que é lembrado até hoje pelas equipes e pela forma de criação de projetos. E muitas vezes encontramos atletas que fizeram parte do projeto Adhemar Ferreira da Silva e hoje são adultos e já tem uma carreira particular. O projeto contribuiu muito para que estas pessoas terem um bom encaminhamento. Coincidentemente ontem eu estava na embaixada do Canadá em Brasília, e comentamos de uma ida minha a uma cidade do Canadá, acompanhando uma atleta de Ponta Grossa, Paulo Cesar, que na época fazia parte do projeto Adhemar e era patrocinado pela Quimbrasil. E lá na embaixada eu lembrei deste fato. As participações do Paulo em várias competições levaram o nome da cidade e do projeto, e acho que foi muito interessante.

Pergunta: Em termos de gestão o Sr. comentou que existiu um crescimento no departamento dentro da secretaria de Educação. E, já naturalmente a necessidade deste departamento desvincular e tornar-se uma secretaria. Isso era um dos objetivos. Esta gestão que o Sr. comentou, logo em seguida a criação da secretaria, o Sr. sentiu que isso realmente, teve uma alteração positiva? Ou este novo modelo de gestão demorou para funcionar corretamente?

R. Não, plenamente positiva. Não sei se é porque eu já vinha com um conhecimento administrativo de prefeitura, mas nós viemos com uma estrutura do DERO. Que já era grande, enfim com tudo que estava acontecendo, simplesmente mudou apenas o nome. Facilitou porque tivemos mais pessoas auxiliando, ajudando, trabalhando, uma equipe grande de professores na época, com competência, uma organização muito boa. Eu acho que a secretaria foi iniciada com uma facilidade no trâmite, devido eu ter o contato com o prefeito de forma constante. Por discutir ações e participações a nível de Estado na qualidade de secretário, quer dizer, no mesmo plano que as grandes cidades. Ponta Grossa, teve uma importância, porque a partir deste momento, começou a participar em competições, com equipes bem fortes, representativas e já tinha sediado em 1983, os Jogos Abertos, e em 1994 sediou novamente, foi campeã em 1983 pela primeira vez e depois em 1994 novamente. Participou de outros eventos fora da cidade, conquistando títulos. Foi criado os Jogos da Juventude do Paraná que é uma competição muito forte até os dias de hoje e Ponta Grossa foi a primeira sede. Isso foi uma marca, muito importante também, não só sediou como também ganhou. Quer dizer, eu acho que Ponta Grossa, começou a ser a capital do esporte do Paraná, coisa que Londrina, Maringá, tinham estes títulos em um passado recente. Então, eu acho que nós dividimos com Londrina, Maringá e Curitiba apresentando-se desta forma, com uma grande potência do esporte. Participamos de eventos nacionais e também atendemos a todos os seguimentos, tanto a recreação, o lazer, o colegial, o estudantil, pelo menos este foi o objetivo da criação do JEM, em 1985, que foi para atender a população estudantil municipal, da escola estadual, do particular, da federal e este evento existe até hoje. Sendo uma das grandes competições do município de uma das maiores do Estado do Paraná.

Pergunta: Em termo ainda de gestão, a pasta da secretaria teve um acréscimo de disponibilidade de verbas, por parte do poder público?

R. Nós tivemos 2,8% do orçamento do município, sempre foi esta marca, enquanto Secretaria de Esporte e Recreação, em todas as gestões. Só para você ter uma ideia, a câmara municipal de Ponta Grossa, tinha 2% e Secretaria 2,8%. Então assim, tivemos um orçamento significativo. Hoje nos números atuais, aproximadamente quinze milhões, dá para fazer muita coisa.

Pergunta: Isso não gerou nenhum tipo de descontentamento, nenhuma opinião contrária no próprio secretariado?

R. Não, nunca. Foi um grupo de secretariado do prefeito Pedro Wosgrau Filho, muito unido. Um apoiava o outro e um precisava do outro. Então, o esporte sempre era chamado para auxiliar na campanha de vacinação pela Secretaria de Saúde, para fazer que as crianças tivessem uma atividade recreativa, e já participassem da vacinação. A Secretaria de Educação era parceira de primeira hora, até patrocinando algumas equipes através da FUNEPO. Então posso dizer assim, que tivemos sempre a parceria de todas as secretarias. A Secretaria de Obras fazia tudo para nos dar todo a infraestrutura necessária para nossos eventos. Eu cito esta Secretaria, mais poderia citar a de Indústria e Comércio, ou o Gabinete, enfim todos nós nunca tivemos nada que constrangesse ou não fosse dado entendimento. Criamos o projeto Prata da Casa, onde precisávamos sempre da Secretaria de Finanças para pagar as bolsas. E da Secretaria de Administração e Negócios Jurídicos, para elaborar Leis e os contratos. Este projeto também foi pioneiro na época, que atendia aos jovens e aos atletas que defendiam o município.

Pergunta: O Sr. disse que após a criação da Secretaria, o status dentro da região e do Estado mudou. Enquanto DERO e logo após a mudança para Secretaria, o Sr. notou algumas mudanças de tratamento por parte do Governo do Estado?

R. Não. Porque o Estado também passou de Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, onde a Cultura tinha uma força maior na época, porque tinha o teatro Guaíra. Existiam várias ações culturais, então eu lembro que a Secretaria da Cultura e Esporte, ali na Dr. Muricy, a maior parte dos prédios eram ocupados pela Secretaria da Cultura. E o esporte ficava em um "cantinho". Quando foi criada a Secretaria de Estado de Esporte, nós estávamos com o mesmo processo de mudança na época. Então foi o *upgrade*, foi uma coisa assim que aconteceu naturalmente, as duas, tanto a do Estado quanto a nossa. Todas tiveram uma possibilidade de crescimento, de um apoio maior, de uma participação maior, de projetos novos no Estado do Paraná.

ANEXO VI – CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTOS ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu CARLOS ROBERTO FERREIRA, CASADO, RG: 1.162.619-0., residente em RUA: RUA FREI CANECA., Nº477 AP:22; BAIRRO:CENTRO; PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84010-060.; declaro ceder ao Pesquisador CARLOS MAURICIO ZAREMBA, CASADO, RG 3508785-0, residente em Rua: MIGUEL COUTO, 967, BAIRRO SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84070-260, aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental prestado na cidade de PONTA GROSSA, PARANÁ, em 16/08/2013, como atividade relacionada Dissertação de Mestrado num total de 01 CD gravado(s) e que totalizou 08 (OITO) páginas de transcrições que foram por mim rubricadas com a rubrica (_____).

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu DUSGLAS PANZARINI TAQUES, CASADO, RG: 3.538.562-2, residente em RUA: R. Cirema Becker, Nº.s/n.; BAIRRO. Contorno.; PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84060-340; declaro ceder ao Pesquisador CARLOS MAURICIO ZAREMBA, CASADO, RG 3508785-0, residente em Rua: MIGUEL COUTO, 967, BAIRRO SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84070-260, aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental prestado na cidade de PONTA GROSSA, PARANÁ, em 01\02\2014, como atividade relacionada Dissertação de Mestrado num total de 01 CD gravado(s) e que totalizou 01 (UMA) páginas de transcrições que foram por mim rubricadas com a rubrica (_____).

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu Milton Ap. Anfilo, DIVORCIADO, RG: 2.081.493-4, residente em RUA: R. Alberto Torres, Nº.222 AP:34; BAIRRO. ESTRELA.; PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84040-190; declaro ceder ao Pesquisador CARLOS MAURICIO ZAREMBA, CASADO, RG 3508785-0, residente em Rua: MIGUEL COUTO, 967, BAIRRO SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84070-260, aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental prestado na cidade de PONTA GROSSA, PARANÁ, em 03\02\2014, como atividade relacionada Dissertação de Mestrado num total de 01 CD gravado(s) e que totalizou 02 (DUAS) páginas de transcrições que foram por mim rubricadas com a rubrica (_____).

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu JOSÉ ELVIO TORRES BERG, SOLTEIRO, residente em RUA: TRVESSA DEBRET, Nº48, BAIRRO: ÓRFÃS; PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84026-420; declaro ceder ao Pesquisador CARLOS MAURICIO ZAREMBA, CASADO, RG 3508785-0, residente em Rua: MIGUEL COUTO, 967, BAIRRO SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84070-260, aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental prestado na cidade de PONTA GROSSA, PARANÁ, em 05\02\2014, como atividade relacionada Dissertação de Mestrado num total de 01 CD gravado(s) e que totalizou 02 (DUAS) páginas de transcrições que foram por mim rubricadas com a rubrica (_____).

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu MARCOS AURELIO SCHEMBERGER, CASADO, RG: 3.247.773-9, residente em RUA: Av. Pastor Manoel Virgínio de Souza, Nº. 1020; BAIRRO. CAPÃO DA IMBUÍ; CURITIBA, PARANÁ, CEP: 82810-400; declaro ceder ao Pesquisador CARLOS MAURICIO ZAREMBA, CASADO, RG 3508785-0, residente em Rua: MIGUEL COUTO, 967, BAIRRO SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84070-260, aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental prestado na cidade de PONTA GROSSA, PARANÁ, em 05/02/2014, como atividade relacionada Dissertação de Mestrado num total de 01 CD gravado(s) e que totalizou 03 (TRÊS) páginas de transcrições que foram por mim rubricadas com a rubrica (_____).

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE ENTREVISTA ORAL

Pelo presente documento, eu LUCIAMARA SCHEMBERGUE, CASADO, RG:....., residente em RUA: MINAS GERAIS, Nº. 1799; BAIRRO NOVA RUSSIA.; PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84.070-040.; declaro ceder ao Pesquisador CARLOS MAURICIO ZAREMBA, CASADO, RG 3508785-0, residente em Rua: MIGUEL COUTO, 967, BAIRRO SÃO JOSÉ, PONTA GROSSA, PARANÁ, CEP: 84070-260, aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental prestado na cidade de PONTA GROSSA, PARANÁ, em 07/02/2014, como atividade relacionada Dissertação de Mestrado num total de 01 CD gravado(s) e que totalizou 01 (UMA) páginas de transcrições que foram por mim rubricadas com a rubrica (_____).
